

R\$ 6,00

www.etm.com.br

ISSN 0101-7993

215



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

MEDICAMENTOS

O CONTROLE DOS CARTÉIS



RÚSSIA

Putin: "Este país
é coletivista"

PANAMÁ

A reconquista
do Canal

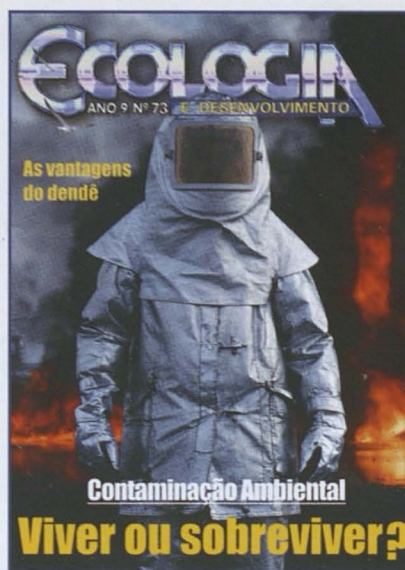
JUSTIÇA E TRIBUTO

Reformas
para os ricos

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO

A revista brasileira sobre meio ambiente



*Hoje são comuns a todos a preocupação e o interesse pela preservação ambiental. A revista **Ecologia e Desenvolvimento**, de forma pioneira, desde o início da década, leva informação ambiental de qualidade ao leitor. Ao longo desses anos vem ganhando diferentes prêmios. Não fique por fora do debate sobre as questões que dominarão a agenda mundial no próximo século. Junte-se aos milhares de assinantes da melhor publicação brasileira do gênero!*

Assinaturas:

Tel.: (0 XX 21) 221-7511
Fax: (0 XX 21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br



Medicamentos e novo milênio

Campo de fatura para as transnacionais que agem aqui de forma oligopolizada e impõem cada vez mais suas regras de atuação, o Brasil é o quinto maior mercado mundial em produtos de saúde (que rende por ano cerca de 12 bilhões de dólares). Hoje, 70% da indústria de medicamentos presente em território brasileiro são estrangeiros e as multinacionais ficam com 90% do faturamento anual do setor, restando poucos laboratórios nacionais de porte.

Ao mesmo tempo, modificaram-se normas do setor varejista de remédios, com o progressivo afastamento do farmacêutico formado do contato e da orientação ao público e o avanço da concepção puramente mercantil do comércio de medicamentos. Estes problemas são analisados na matéria de capa da presente edição, que traz ainda a visão dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que está investigando a cartelização do setor. Essa cartelização já vinha sendo apurada pela Polícia Federal desde agosto, quando abriu inquérito para investigar o crime de "abuso do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando total ou parcialmente a concorrência", indiciando 25 funcionários dos setores de distribuição dos laboratórios que operam no mercado nacional.

Outra matéria de destaque nesta primeira edição do ano 2000 é a

entrevista do deputado federal Miro Teixeira, líder do PDT. O parlamentar adverte que o projeto sobre o Judiciário e a Reforma Tributária de iniciativa do governo são contra os pobres e estão pensados para acobertar interesses dos poderosos. Entre as reportagens, uma cobertura do II Encontro pela Humanidade contra o Neoliberalismo, realizado em Belém do Pará, entre 6 e 11 de dezembro, com cerca de três mil participantes de 24 países.

Na seção internacional, três matérias quentes: o renascimento de Cuba, que, graças ao turismo, está vencendo a batalha do desenvolvimento; uma análise da situação russa, com a renúncia de Boris Yeltsin e a ascensão de Wladimir Putin, e, finalmente, a reconquista do Canal do Panamá por parte dos panamenhos.

Agora, uma palavra sobre o ano que se inicia: independentemente do fato de se começou ou não um novo milênio, a chegada do ano 2000 está impregnada de simbolismo. A equipe da **cadernos do terceiro mundo** quer se juntar às comemorações e, em particular, dirigir uma palavra de agradecimento aos leitores, que, ao longo de 1999, estiveram presentes com o estímulo na batalha em favor da regularização de circulação da nossa revista. A todos, um muito obrigado e um feliz e próspero ano 2000.

Os Editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 215 - Dezembro 1999/ Janeiro 2000

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - CEP 20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil

Tel: (021) 221-7511- Fax: (021) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

COMERCIALIZAÇÃO:

Mensagem Representação Ltda. - Kleber Saboya
São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -
05374-000 - Tel/Fax. (011) 810-4541/5828
Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG - Cep
30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628
Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.
R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140
Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio

ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Sexo

Muito se fala sobre a onda de violência e sexo nas programações na TV. O que é incrível é que as emissoras mais agressivas neste tipo de programação são as que detêm maior audiência. Deveríamos buscar na sociedade (a audiência) as respostas para por que, para se ter mais audiência, é preciso investir em programas violentos e com imagens obscenas. Por que as emissoras públicas, que possuem programação de acordo com o que se acha aceitável, não são as que detêm mais audiência?

Wellington França
São Luís-MA

Regime

Sou leitor há muito tempo de *cadernos do terceiro mundo* e aplaudo a linha editorial dessa resistente publicação. Gostaria, porém, de fazer algumas correções a matérias

do número correspondente a outubro de 1999 (edição 213).

A matéria "Lei proíbe compra de voto" traz o número do projeto de lei (1517/99) e não da lei, que é 9.840, sancionada por FHC em 28 de setembro de 1999. No mesmo texto, diz-se que o então procurador da Justiça Eleitoral no Ceará chama-se José Jair Cavalcanti. Na verdade ele se chama José Gerim Cavalcanti.

Na matéria "Parlamentarismo - de olho na crise e na impopularidade de FHC", por pelo menos três vezes se fala em "mudança de regime".

Parlamentarismo não é regime, mas um sistema de governo. A propósito: forma de Governo: Monarquia e República; sistema de Governo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Este pode ser monárquico (o original e puro) ou republicano. Regime de Governo: Democrático ou Autoritário (ditatorial).

Barros Alves
cordel@fortalnet.com.br

Coração

Recebi recentemente a edição 213 da revista *cadernos do terceiro mundo*, onde se encontra a magnífica reportagem a respeito da cirurgia cardíaca fetal. Quando eu digo que é magnífica, é porque se trata de uma pura realidade.

Vocês conseguiram sintetizar brilhantemente e de forma concisa um assunto extremamente técnico e abstrato, numa linguagem de fácil entendimento, plenamente acessível à população.

Eu agradeço e parabênizo em meu nome e em nome da nossa instituição pela excelência do enredo de sua reportagem.

Renato Assad
rsassad@cardiol.br

Dengue

A matéria sobre o mosquito da dengue, na edição anterior de *cadernos*,

finalmente mostrou o lado positivo dessa guerra entre homens e insetos. Entra ano, sai ano, entra século, sai século, sofremos com doenças há muito erradicadas dos países do Primeiro Mundo. No Brasil, é esse vaivém: dengue, malária, tuberculose. A iniciativa do governo municipal e estadual do Rio de Janeiro mostra que as autoridades estão atentas a esse problema.

Suzana Silva
Carangola - Minas Gerais

Fotos

Acompanho vocês até nas crises. Todos elogiam e criticam as matérias. Mas a qualidade das fotos melhorou bastante, tanto na escolha como na impressão. São imagens impactantes e ao mesmo tempo poéticas. Parabéns.

Clarice D'Araújo
Botucatu - São Paulo

Chico Mendes CD-ROM lembra ambientalista

Comemoramos no dia 22 de dezembro mais um aniversário da morte do sindicalista Chico Mendes. O evento discutiu e analisou o legado deixado por ele, em especial a sua relação com o Rio de Janeiro. Sob o título de "Chico Mendes e o Rio - Das reservas extrativistas à luta antimanicomial", o encontro foi patrocinado pela Escola Superior de Terapias Naturais (ESTN), da Universidade Estácio de Sá, e marcou o início da atuação deste novo centro de pesquisas e educação na geração de um conceito mais humano em saúde.

Paralelamente, foi lançado o CD-ROM "Chico Mendes", produzido pelo Ibase e uma feira mostrou produtos das reservas extrativistas. O evento foi organizado pela coordenação de farmacoterapia da ESTN e o Centro de Atuação em Vulnerabilidades Ambientais e Sociais (Caevs), com

o inestimável apoio do Comitê Chico Mendes do Acre, o Comitê Chico Mendes do Rio de Janeiro, a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa Fluminense, Os Verdes, a Comissão de Meio Ambiente do Crea-RJ, a Comissão de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), o Instituto Dr. Philippe Pinel e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O seminário "Chico Mendes e o Rio" buscou discutir o legado do líder seringueiro a partir de dois tópicos fundamentais. O primeiro, a ampliação do conceito de reserva extrativista, fundamentado e divulgado por Chico Mendes, analisando a experiência gerada nas reservas do Acre e em novas alternativas, como são os parques extrativistas marinhos. O segundo tópico envolveu o debate sobre a utilização da matéria-prima destas reservas por institui-

ções, associações e cooperativas populares, visando ligar os povos da floresta aos da cidade através do trabalho consciente, baseado na experiência da Cooperativa Praia Vermelha, integrada por pacientes do Instituto Dr. Philippe Pinel, que utiliza produtos das reservas extrativistas do Acre para a produção de gêneros alimentícios.

Esta atividade cria uma forma complementar de terapia, que, além de proporcionar ao paciente ocupação, integra-o crítica e conscientemente à luta antimanicomial e a toda uma rede de lutas políticas e ambientais. Os debatedores do seminário foram o geógrafo Orlando Valverde (CND-

DA), a pesquisadora Rosa Roldan (Ibase), a médica Teresa Monerat (Instituto Dr. Philippe Pinel) e o ambientalista Roberto Kant de Lima (Parque Extrativista Marinho de Arraial do Cabo).

Otávio C. da Silva
Caevs - Rio



O que eles dizem...

A inflação está derrubando os símbolos do real. O pãozinho de cinquenta gramas subiu de 0,08, em dezembro de 1998, para 0,13 neste mês (dezembro). O aumento é de 62,5%, num período em que o salário mínimo teve reajuste de apenas 4,62%. Contas dos moínhos indicam que as vendas do pão caíram 15% nos últimos três meses."

Correio Braziliense - Brasília

"Não, não sou candidato. Espero daqui a três anos encerrar a minha vida pública, mas estarei na linha de frente para não permitir que o Brasil continue sendo gerido por essa gente, comandado por esse homem (FHC) que me enganou com as suas idéias."

Itamar Franco, governador de Minas Gerais, sobre a sua candidatura em 2002

"Sou tão grato, que sou capaz de sentar no colo do vice-presidente Marco Maciel."

Rafael Greca, ministro do Esporte e Turismo, sobre a proteção que recebeu do PFL durante o escândalo dos bingos

"Vai acabar ocupando o lugar de Madre Teresa de Calcutá."

Jáder Barbalho, presidente do PMDB, sobre as propostas de ACM de combate à pobreza

"Se o PT chegar ao poder, o país crescerá 40 anos em 4."

Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT

"Há gente em Brasília que tem filho fora do casamento. Eu sei quem são. Mas não vou acusar ninguém."

Paulo Maluf, responsabilizando o PSDB por denúncia de que teria engravidado uma menor de idade

"Os banqueiros suíços matam sem metralhadoras."

Jean Ziegler, cientista político suíço

"Ao conseguir que uma criança preste demasiada atenção ao próprio corpo, expulsa-a do paraíso da inocência para o reino da concupiscência."

Frei Betto, sobre a erotização precoce estimulada pela mídia

"Sou um homem rico, graças a Deus e aos juros do Malan."

Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações

"Para os conservadores, o problema é o povo."

José Carlos Ruy, historiador

"O feminismo nada mais é do que o sindicato das mulheres."

Rose Marie Muraro, escritora

"O câncer não é mais uma sentença de morte."

Eliane Mota Pinheiro, curada de câncer há 12 anos

"O que temos hoje é uma grande abertura do mercado para bancos internacionais. Sou contra. Porque o país corre o risco de repetir o que ocorreu na Argentina, que não tem mais bancos nacionais, a não ser o Galícia. O inconveniente disso é que todas as decisões fundamentais passam a ser tomadas fora do Brasil."

Fernão Bracker, ex-presidente do Banco Central

"Sou a favor do rompimento com a tradição de não intromissão nos assuntos de países soberanos."

Fernando Henrique Cardoso, em entrevista à revista alemã Der Spiegel, durante conferência que analisou a Terceira Via em Florença (Itália)

"O PT é Marx sem economia, porém com religião."

Gilberto Vasconcelos, sociólogo

"Não acho que precisa esquecer o que foi escrito. Precisa é ler melhor o que foi escrito."

Marilena Chauí, filósofa, sobre a obra sociológica de Fernando Henrique Cardoso

"O país está sendo dominado por canalhas, é uma canalhice. Com uma quadrilha instalada no Planalto, como é que o país poderá sair do buraco e desenvolver a economia, pagando estas taxas de juros na ordem de 14,5% a 15% ao ano ao capital internacional?"

Aloysio Biondi, jornalista econômico

"A Justiça tem que ser cega, mas não pode ser surda nem muda."

Sérgio Noronha, jornalista

"Renuncie, presidente, antes que os fatos da vida o obriguem a fugir pelas portas dos fundos do Palácio do Planalto."

Roberto Requião (PMDB-PR), durante discurso no Senado Federal

"Nada é simples."

Luiz Fernando Veríssimo, cronista

"Quando o presidente ganha dois pontos na pesquisa fica saltitante, impossível. Depois, cai na realidade e fica mais humilde. Ele detesta que se diga que é indeciso, mas é."

Antonio Carlos Magalhães (PFL), presidente do Senado ■

Sumário

Dezembro 1999 • Janeiro 2000 • Nº 215 • Ano XXVI

2 CARTAS

6 PLANALTO

10 PANORAMA NACIONAL

ENTREVISTA

20 Miro Teixeira: Reformas para os ricos

Miro Teixeira adverte: o projeto sobre o Judiciário e a Reforma Tributária são contra os pobres e acobertam os interesses dos potentados

BRASIL

24 Comunicação: 20 mil Rádios Comunitárias sob ameaça

Opondo obstáculos à sua legalização, a Anatel sufoca uma promissora conquista democrática

LIVROS

26 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores

29 Belém: Milhares de pessoas na luta contra o neoliberalismo

O êxito do II Encontro, em um clima de luta e entusiasmo

34 NOTAS ECONÔMICAS

38 PANORAMA INTERNACIONAL

PERFIL

47 Personalidades e fatos atuais

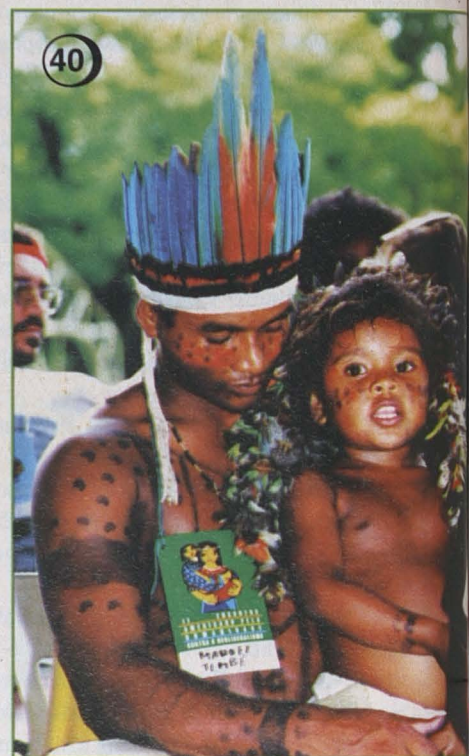
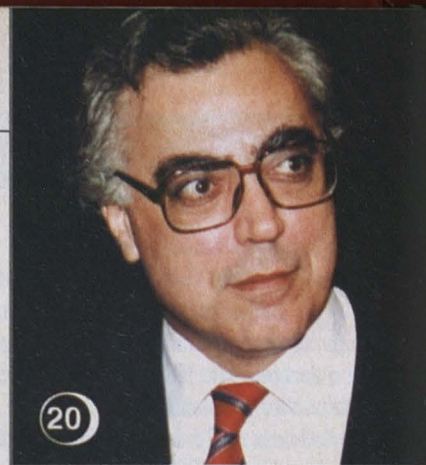
AMERICA LATINA

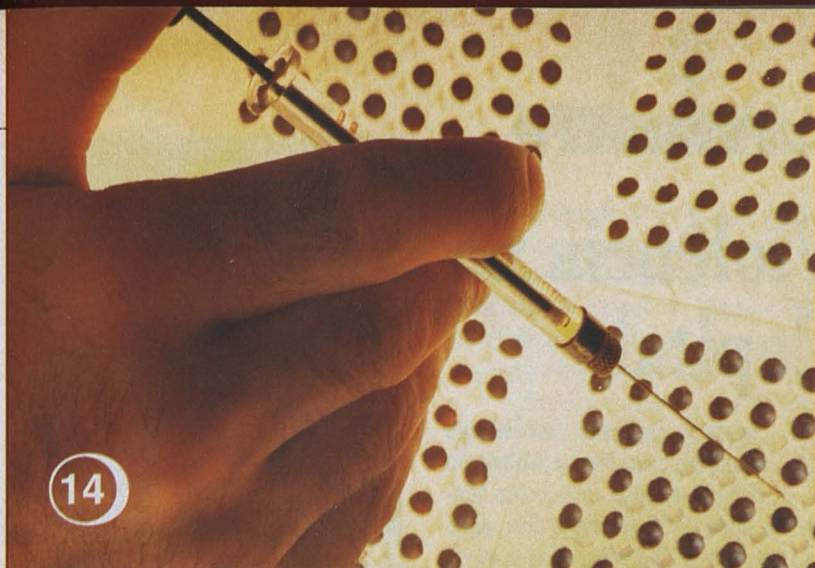
48 Panamá: A histórica batalha pela soberania do Canal

Após 75 anos de luta, o povo panamenho ainda enfrenta obstáculos na reconquista do Canal

53 Cuba: Um país que renasce

Graças ao turismo, a ilha caribenha está vencendo a batalha do desenvolvimento. O desafio agora é a abertura política





14



Medicamentos

O oligopólio faz o preço

Um dos maiores mercados mundiais para remédios, o Brasil tem controles frouxos contra a sede de lucros dos laboratórios internacionais

18 Os riscos da cartelização

Preços abusivos e propaganda enganosa são alguns dos desafios enfrentados pelo consumidor brasileiro



58

ÁFRICA

58

Moçambique: Chissano reeleito

Observadores internacionais confirmam a transparência do pleito, cujos resultados, no entanto, são contestados pela Renamo

EUROPA

60

Rússia: Pressão econômica e isolamento estratégico

Posições de Putin revelam as preocupações do Kremlin com a crise nacional

MERCADO COMUM

64

Caricom: Rumo à integração regional

Dirigentes caribenhos asseguram que o ano 2000 será um marco no processo de construção de um mercado comum caribenho



60

COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A deputada Miriam Reid (PDT-RJ) quer reduzir o problema da evasão escolar que vem crescendo a cada ano no país. Autora do projeto que altera a lei de Diretrizes e Bases, Reid pretende federalizar a experiência do município de Serra (ES), onde a secretária de Educação, Márcia Lamas (PDT), conseguiu reduzir a evasão a partir de uma iniciativa judicial que criou um fundo de combate à evasão, transformando as penas alternativas em cestas básicas destinadas às famílias de baixa renda que mantêm crianças na escola.



Deputada Miriam Reid (PDT-RJ)

De acordo com o projeto, os diretores de escolas devem apresentar, a cada dois meses, a lista dos alunos com 25% de faltas, ao juiz e ao Conselho Tutelar.

A partir daí, os juízes devem entrar em contato com as famílias para avaliar o problema e os pais, caso não cumpram a determinação judicial, podem ser enquadrados por crime de abandono intelectual.

A preocupação da deputada pedetista se baseia no censo escolar de 1999, do Ministério da Educação, onde se constata a redução em 1,5% de matrículas da 1ª à 4ª série e em 4,8% da 5ª à 8ª série. Isso, segundo o censo corresponde a 1,2 milhão de crianças fora da escola.

"Consequência disso é o crescimento do número de crianças na rua que, sem acesso à educação e, sem qualquer perspectiva de ambição profissional, acaba contribuindo para o aumento acelerado da violência no país", disse Reid.

Violência na Capital

A morte do jardineiro José Ferreira da Silva, pela Polícia Militar do Distrito Federal, que deixou também um saldo de 30 feridos e dois quase cegos por balas de borracha, durante manifestação reivindicando reajuste salarial, em 2 de dezembro, abriu uma crise no governo de Joaquim Roriz. Ele foi obrigado a demitir seu secretário de Segurança, Paulo Castelo Branco.

Com informações desencontradas sobre de quem partiu a ordem para o Batalhão de Operações Especiais (Bope) atacar os manifestantes, os deputados que integram a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, depois de três audiências públicas para ouvir os comandantes militares da PM, concluíram que houve uso abusivo da



Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal

força policial, quebra de comando, emprego indevido das armas e responsabilidade dos agentes políticos e militares.

No relatório apresentado, os integrantes da Comissão afirmam que a ação do Bope "foi solicitada por dirigentes políticos do governo do Distrito federal, precisamente o secretário de Segurança Pública, Paulo Castelo Branco, e do secretário de Obras, Tadeu Filipelli". Filipelli, do partido do governador (PMDB), não foi demitido.

Trabalho degradante

As empresas brasileiras serão proibidas de assinar contratos com empresas estrangeiras "que explorem trabalho degradante".

O projeto, de autoria do deputado Jacques Wagner (PT-BA), já foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores da Câmara e define como trabalho degradante aqueles que são "realizados em condições ilegais, os que utilizam o trabalho das mulheres em sobrejornadas, o trabalho escravo, o trabalho forçado, o trabalho infantil, o que implique risco de vida e aquele que afete a saúde do trabalhador".

ANFÓTERO

Itamar Franco penetrou fundo nos mistérios do idioma e foi original nos ataques a FHC que, sendo freqüentes em nível nacional, estavam pecando pela repetitividade.

O governador mineiro lançou no mercado o termo pouquíssimo conhecido, mas que está no Aurélio, "anfótero", uma palavra de origem grega. Para muitos que não sabiam o que isso significa: é a pessoa que consegue reunir em si qualidades contraditórias e opostas. Na química, o que pode ser ao mesmo tempo, ácido e base. No idioma vulgar, ter duas caras.

A resposta do situacionismo veio no afinado conhecimento do idioma do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio:

- Itamar pode omear à vontade.

Tradução livre: falar tolices, urrar, zurrar.

Como se vê, ambos contribuíram para enriquecer o melhor conhecimento da língua.

Anistia a multas eleitorais

A Câmara dos Deputados aprovou, por expressiva maioria, o projeto de lei apresentado pelo senador Gerson Camata, que anistia os que receberam multas decorrentes de infrações à Lei Eleitoral. A maior parte das multas refere-se ao uso indevido de material de propaganda nas campanhas eleitorais, com a colocação de cartazes e *outdoors* em locais proibidos, como prédios tombados, igrejas ou monumentos. Governadores, senadores e deputados foram alcançados pelas multas. Alguns já estavam pagando e quase todos alegavam desconhecimento da infração e até do procedimento legal. Em certos casos, acusavam os adversários de terem estimulado as propagandas em locais proibidos.

O projeto de lei também isenta do pagamento de multa os eleitores que não votaram e os meios de comunicação que abriram espaço a determinadas propa-

gandas eleitorais. O presidente da República vetou o projeto. Muitas entidades da sociedade civil, inclusive a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), exigiram do presidente o veto ao projeto, o que terminou ocorrendo.

Além desses apelos, que o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio, chamou de "clamor das ruas a favor do veto", o presidente deve ter atentado para uma razão importante: ele havia sido multado em 1998 - 6.839 reais - e, se não vetasse, estaria anistiando a si próprio. O veto vai ser apreciado pelo Congresso. Há opiniões pró e contra. O deputado Luiz Antônio de Medeiros (PFL-SP) declarou que "o Congresso não pode dar margem para que a população pense que os parlamentares são impunes". Uma opinião contrária é a do deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE).

"Não tenho multas, disse ele, mas votarei contra o veto. Hoje, um candidato é condenado mesmo sem ser o agente da irregularidade." O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães, não definiu o seu voto.

"O presidente acha que tem o direito de cumprir seus deveres, e com razão. Ele os cumpre e nós cumprimos os nossos, com a mesma independência", afirmou o senador.

Regras das MPs

As medidas provisórias (figura jurídica que permite ao Executivo legislar) estão regulamentadas. Desde o início de dezembro, o plenário do Senado aprovou a proposta de emenda constitucional que tira a eficácia das MPs caso não sejam aprovadas num prazo máximo de 120 dias.

A grande novidade da proposta é que as medidas provisórias editadas pelo governo passam a ser votadas em regime de urgência, depois de 45 dias em vigor. E, se não forem aprovadas neste prazo, elas permanecem em Plenário por mais 60 dias e nenhuma outra votação entrará na pauta, enquanto a medida não for aprovada ou rejeitada.

Esta proposta de emenda constitucional é de iniciativa da Câmara dos Deputados e foi modificada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

O substitutivo de Fogaça aperfeiçoa a proposta que não estava sendo bem assimilada pelos senadores, que rejeitaram o documento original por entenderem que inibia a autonomia do Senado.

EDUCAR PARA INCLUIR

A educação deve servir para a inclusão social do indivíduo. Com base neste argumento, o deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) apresentou relatório sobre o Plano Nacional de Educação, projeto que vai orientar o setor educacional nos próximos dez anos.

Ao apresentar seu projeto, Marchezan destacou um dos principais pontos de seu relatório e que se refere à educação infantil. Ele pretende que a educação das crianças seja unificada num único segmento até os seis anos. Com isso, explicou Marchezan, "vamos ampliar em 30% a oferta para crianças de até três anos de idade e 60% da população entre quatro e seis anos".

Já no ensino fundamental, prioridade constitucional, Marchezan sugere a universalização do atendimento neste nível em cinco anos, além da sua ampliação progressiva de oito para nove anos, obrigatórios.



Educação unificada até os seis anos

TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS

O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), propôs a seus colegas um amplo debate nacional sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, de autoria do deputado Marcondes Gadelha (PSDB-PB) e que foi discutido durante a III Conferência das Nações Unidas de Combate à Desertificação, em Recife.

Temer fez a proposta a partir do protesto do governador de Sergipe, Albano Franco (PSDB), que discorda do projeto porque, segundo o governador, "existe uma forte queda na vazão do São Francisco, devido a alterações ecológicas e suas nascentes e nas de seus afluentes, que têm impedido inclusive a reposição de estoques de água nos reservatórios das diversas represas no longo de seu curso".

O debate nacional sugerido pelo Temer deve acontecer no próximo ano. E os recursos para a transposição das águas já estão previstos no orçamento de 2000.



Deputado Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara

Última sessão do milênio

N a última sessão do segundo milênio, os trabalhos na Câmara dos Deputados colocaram, novamente, opositoristas e governistas em lados contrários na votação do projeto de iniciativa do governo de Fernando Henrique Cardoso, que transfere aos franceses parte do controle acionário da Embraer.

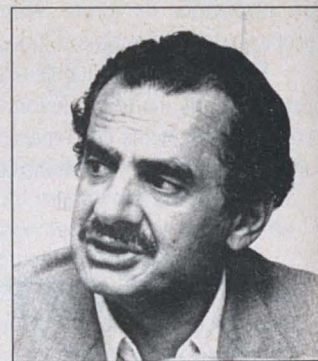
Com o plenário lotado, o líder do PT, José Genoíno (SP), alertou seus colegas sobre o descontentamento nas Forças Armadas com mais este projeto de "perda de soberania", além de criticar o governo pela "estratégia errada e sem sentido que nos tira a soberania".



José Genoíno (SP), líder do PT

Os protestos contra o processo de privatização do governo de FHC se repetiram ao longo do ano e até seus aliados o criticam, entre eles Francisco Rodrigues (PFL-RR) que, em discurso feito no Plenário elogiou o presidente venezuelano, Hugo Chávez, pela manutenção do monopólio do petróleo e, ao mesmo tempo, criticou o presidente brasileiro "que vem se desfazendo do patrimônio nacional".

Gastos do Proer causam estranheza nos senadores



Senador Pedro Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, bem como o ex-diretor de Fiscalização, Luís Carlos Alvarez, expliquem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a ajuda de 13 milhões de reais concedidos às instituições financeiras privadas.

Esta ajuda só foi descoberta durante os trabalhos da CPI do Sistema Financeiro graças a um rascunho de ta-
la encontrado por um assessor do Sena-

do, "provavelmente enviado por engano", segundo Simon.

"É impossível, inaceitável, que um rombo de 13 milhões tenha sido escondido por tanto tempo de nós, da sociedade e do presidente da República. As explicações dadas pelo BC são nada mais do que filigranas conceituais."

"O rombo existiu, é real e foi escondido pelo banco", denunciou o senador gaúcho.

CPI abre nova etapa

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Narcotráfico só reinicia suas atividades a partir de 15 de fevereiro, depois da convocação extraordinária da Câmara Federal. Mas não está inativa. Uma comissão interna, com o apoio de assessores, está elaborando um projeto de lei que disciplina a atuação dos advogados na assistência aos seus clientes convocados a depor. O presidente da Câmara, Michel Temer, espera que o projeto seja aprovado na convocação extraordinária do Congresso.

Esse tema tem sido objeto de controvérsias entre a Comissão e o Supremo Tribunal Federal, que, em recentes liminares, assegurou aos advogados uma participação julgada exorbitante pela CPI, na assistência aos seus clientes durante os interrogatórios.

O presidente da CPI, deputado Magno Malta, disse que, logo que a Comissão volte ao trabalho, procurará o presidente do STF, para lhe manifestar sua disposição de não criar obstáculos ao cumprimento das decisões da Justiça. "Queremos o Judiciário como parceiro nesta luta contra o narcotráfico", afirmou Malta. Também, no mesmo sentido, visitará o presidente da OAB, advogado Reginaldo Castro, com quem discutirá o controvertido tema das prerrogativas dos advogados nas audiências da CPI. No interior da Comissão, o trabalho é intenso. Mais de 500 documentos de pessoas e empresas estão sendo examinados, como base dos trabalhos da CPI nessa nova etapa.

Na segunda quinzena de dezembro, duas notícias importantes sobre a batalha do narcotráfico e do crime organizado no Maranhão: a prisão de José Laurixto, em Araguaia, Tocantins, e a fuga de Josias Borges dos Santos. Laurixto é considerado um dos "três grandes" do narcotráfico no Maranhão.

Estava foragido há vários meses e foi, afinal, localizado e preso naquela cidade e



Magno Malta, presidente da CPI do Narcotráfico

conduzido a São Luís. Josias fugiu de um quartel da Polícia Militar, quando ali se encontravam em serviço cerca de quarenta policiais militares.

As autoridades da Segurança consideram que é ele um dos chefes do Comando Vermelho e o seu dirigente mais procurado no Nordeste. A opinião predominante em São Luís é que sua fuga foi uma operação que contou com cumplicidade da Polícia.

Restrições à liberdade de informação

Em uma sessão dominada por acalorados debates, como raras vezes se tem registrado nas últimas votações, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei emanado do Poder Executivo, que proíbe a integrantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e autoridades policiais divulgar pelos meios de comunicação, antes de terem concluído as investigações a seu cargo, informações que violem a vida privada, a intimidade, o sigilo legal, a imagem e a honra das pessoas.

As discussões giraram, principalmente, em torno de dois preceitos constitucionais. O primeiro é o inciso X do artigo V da Constituição que define todos os direitos acima referidos. O segundo é o

artigo 220, que assegura a plena liberdade de informação, que não pode ser desconhecida por qualquer legislação ordinária. Esse artigo assegura também a inviolabilidade da vida privada, da honra, da intimidade das pessoas. Os que combatem o projeto o consideram um atentado frontal à liberdade de informação e, por isso mesmo, o batizaram de "Lei Mordaca".

Entre os que o defendem, destacou-se o deputado José Roberto Batochio, ex-presidente da OAB, que excluiu qualquer hipótese de ver nele "uma mordaca à liberdade de informação". "O projeto apenas assegura à pessoa o direito à privacidade", declarou. Mas não é apenas no Parlamento que o projeto suscita controvérsia. No Supremo, são divergentes as

opiniões de dois dos seus mais destacados juízes. O primeiro deles é o ministro Nélson Jobim, que se declarou autor do projeto, quando era ministro da Justiça. "Não tem nada de mordaca. Evita e proíbe que alguém, que exerça atividade pública, submeta um cidadão à exposição pública".

O ministro Jobim considera ainda que a legislação proposta evita que servidores públicos possam usar sua atividade profissional para obter notoriedade pública ou expor de maneira indevida as pessoas investigadas. Já o seu colega, ministro Celso de Melo, fez declaração ao mesmo jornal e manifestou opinião diferente. Acentuou ele que as restrições, previstas no projeto aprovado pela Câmara e agora pendente de votação no Se-



Ministro Nélson Jobim

nado, "afrontam o princípio constitucional da publicidade, que garante ao cidadão o direito de ter informações não só de interesse pessoal, mas geral."

No regime democrático, o princípio da publicidade é uma norma básica, representa pedra angular, pois a exigência de transparência governamental qualifica-se como prerrogativa inalienável que assiste a todos os cidadãos", disse Celso de Melo.

BRÄUER: a solidariedade dos aviadores

Como era esperado, a manifestação de apoio e simpatia ao brigadeiro Walter Werner Bräuer, como demonstração de solidariedade por sua destituição do Comando da Força Aérea, converteu-se em ato de ataque e hostilidade ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Programado para presença de 400 ou 500 convidados, esse número superou 700 pessoas, quase todos militares, com predominância de inativos. O brigadeiro Murilo Santos, um dos dirigentes do Clube da Aeronáutica, calculou em 200 o número de oficiais da ativa presentes.

O tom dos discursos foi de dura crítica ao presidente da República, indo da defesa do *impeachment* à denúncia da presença de antigos militantes da luta armada contra a ditadura em altos postos de governo. O brigadeiro Ércio Braga, presidente do Clube da Aeronáutica, disse que, "em hipótese alguma, o almoço não devia ser interpretado como sinal de crise entre os militares e o presidente, pois nosso objetivo é claro: ser tratados com respeito e

dignidade". Mas foi claro: "Não se pode falar na legalidade de um governo que, por sua estratégia, torna-se ilegítimo."

O presidente do Clube Militar, general Hélio Ibiapina, foi mais radical. Disse, referindo-se à demissão do brigadeiro Bräuer: "Foi um ato de deboche, covardia cívica e traição. De um modo geral, o ministro da Defesa, Elcio Álvares, foi alvo de duros ataques dos oradores". O brigadeiro Bräuer não discursou, limitando-se a dizer aos jornalistas que aquele ato de protesto "não era uma revolução. Reflete a opinião não dos militares, mas da nação".

Um ponto alto do almoço foi a presença do compositor Geraldo Vandré, um dos poucos civis na reunião, que vinha se ausentando discretamente de participação em atos públicos. Vandré foi muito aplau-



O compositor Geraldo Vandré cumprimenta o brigadeiro Bräuer

dido, quando fez uma mescla de duas de suas famosas canções *Prá não dizer que não falei de flores* e *Fabiana*, declarando: "Vem, vamos embora, esperar não é saber. Vive em tuas asas todo o meu viver. Sou teu, Força Aérea."

Nos meios políticos - governo e oposição - o tom dos discursos e a sugestão do *impeachment* foram muito contestados.

Figueiredo morre aos 81



General João Baptista Figueiredo

Por problemas cardíacos e renais, o último presidente do regime militar faleceu às vésperas do Natal. O general João Baptista de Oliveira Figueiredo governou de 1979 a 1985, encarregado de cumprir o calendário da redemocratização. Antes de substituir o general Ernesto Geisel na liderança do regime militar, Figueiredo dirigiu o Serviço Nacional de Informações (SNI). Exatamente da chamada comunidade de informações teve que enfrentar diversas manifestações de rebeldia contra os progressivos atos de abertura do regime, principalmente a partir da anistia, em 1979, que permitiu o retorno dos exilados políticos. O mais conhecido desses atos de provocação, destinados a interromper a marcha da redemocratização, foi o Caso Riocentro, no Rio de Janeiro,

em 30 de abril de 1981, quando se planejou um massacre durante um show musical organizado pelas esquerdas e que comemorava o Dia do Trabalhador. O atentado foi frustrado pela explosão antecipada de uma bomba, que matou o sargento do Exército, Guilherme do Rosário, e feriu gravemente o então capitão e hoje coronel Wilson Machado.

Figueiredo permitiu que se abafasse o caso por meio de um inquérito fantasioso, que só no ano passado foi reaberto e que deverá ser concluído em breve com algumas revelações importantes.

O temperamento carrancudo foi a marca do general, que não se furtava a tiradas bruscas nem disfarçava sua ojeriza à política e aos políticos. Apesar disso, passará aos livros de história como o general que concluiu, com persistência, o processo de redemocratização e de volta dos militares aos quartéis.

FHC continua em baixa

A operação de resgate de sua popularidade resulta em um ponto ganho. Sobem, na pesquisa, Itamar, Garotinho e Covas.

Apesar do enorme esforço de sua publicidade e de algumas medidas de interesse popular, o presidente Fernando Henrique Cardoso está muito longe de reverter a tendência negativa das pesquisas sobre sua popularidade. FHC só ganhou um ponto, que está dentro dos cálculos de erro, na última pesquisa Ibope-CNI (Confederação Nacional da Indústria): passou de 16% para 17% de aprovação.

Na pesquisa DataFolha, o presidente Fernando Henrique melhora quanto à rejeição: passou de 56% a 46%.

Um dado que confirma não apenas a capacidade do povo de resistir às situações adversas, mas, também, de alimentar otimismo, está nos 68% dos entrevistados na pesquisa Ibope que acreditam que este ano será melhor.

O desemprego continua sendo o maior problema para 76% das pessoas consultadas, seguido da saúde (41%) e dos baixos salários (33%). As drogas, seguramente pelas revelações da CPI do Narcotráfico, aparecem como uma preocupação fundamental dos consultados: 40%, seguida de 28% com a violência.

Os resultados no Rio de Janeiro

A pesquisa Ibope, no Rio de Janeiro, continua sendo muito desfavorável a Fer-

nando Henrique: 74% das pessoas desaprovam o seu governo e só 18% o aprovam. O índice menos negativo para o presidente foi achado no interior do estado, mesmo assim só 19% de aprovação.

O quadro é outro em relação ao governador Anthony Garotinho que, já com quase um ano de poder, alcança 79% de aprovação e somente 13% de reprovação.

Um dado expressivo é a mudança de opinião da população da cidade do Rio de Janeiro sobre Garotinho. Na eleição de 98, ele perdeu as eleições na capital para César Maia por 200 mil votos e nessa pesquisa já alcança 76% de aprovação.

Presidência da República

A pesquisa da DataFolha sobre as perspectivas eleitorais para 2002 apresentam poucas mudanças. Os três primeiros candidatos são Luís Inácio da Silva (24%), Ciro Gomes (17%) e Itamar Franco (9%). Lula e Ciro perderam pontos em relação à última pesquisa. O primeiro baixou de 29% para 24% e o segundo de 19% para 17%. Itamar aumentou um ponto: de 8% para 9%.

Vêm em seguida Maluf, que passou de 8% para 7%; Antônio Carlos Magalhães, de 7% para 6%; Mário Covas e Anthony Garotinho, que subiram de 4% para 5%, e Enéas, que baixou de 3% para 2%. A pesquisa DataFolha ouviu 12.039 entrevistados em todo o país, entre os dias 13 e 15 de dezembro.



Anthony Garotinho, Itamar Franco e Mário Covas melhoraram nas pesquisas



O Ano-Novo chegou ao Sudeste brasileiro com chuvas intensas, castigando sobretudo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais cerca de 20 pessoas morreram, registrando-se ainda enchentes, deslizamentos de morros e destruição de casas e barracos, nos primeiros dias de janeiro. A Via Dutra, principal ligação rodoviária entre Rio e São Paulo, foi tomada pelas águas em trecho do sul fluminense, interrompendo-se a circulação de veículos por um dia. Na foto, soldados do Exército socorrem moradores ilhados na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais



O jornalista Hêlio Fernandes, diretor da 'Tribuna da Imprensa', ao lado do vereador Pedro Porfírio, entrega a Neiva Moreira a Medalha Pedro Ernesto

Jornalistas homenageados



O jornalista Moacir Werneck de Castro passa às mãos do jornalista Edouard Bailby o título de Cidadão do Rio de Janeiro



O diretor do 'Jornal do Commercio', José Chamilete (ao centro), saudou Bailby e Neiva Moreira

Foi um dia para a imprensa. A Câmara de Vereadores, por proposta do jornalista e vereador Pedro Porfírio, aprovou, por unanimidade, homenagem a dois jornalistas: Neiva Moreira recebeu a Medalha Pedro Ernesto, a mais alta condecoração da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, e Edouard Bailby, o título de Cidadão Carioca. Na justificativa à homenagem, a Câmara destacou a história de lutas e coerência de ambos, sempre em defesa das causas democráticas e populares e dos interesses nacionais. Bailby é um jornalista francês, que tem dedicado sua incansável atividade profissional às lutas progressistas. Esteve muitos anos no Brasil, atuando sempre nessa linha, em diferentes meios de comunicação. Ambos participaram como redatores do jornal nacionalista *O Semanário*, fundado e dirigido pelo jornalista Oswaldo Costa. Neiva foi saudado pelo jornalista Hêlio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, que entregou ao homenageado a Medalha Pedro Ernesto e destacou a sua vida de jornalista sempre em defesa dos interesses do nosso povo. O jornalista Moacir Werneck de Castro entregou a Edouard Bailby o título de Cidadão Carioca e fez um relato da sua ativa participação, durante muitos anos, nas lutas sociais do nosso país. O diretor do *Jornal do Commercio* e também dirigente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista José Chamilete, dirigiu saudação especial aos dois homens de comunicação homenageados.

Lisâneas Maciel

O falecimento de Lisâneas Maciel abre uma imensa lacuna na frente de luta social do nosso país. Sua vida foi uma admirável história de trabalho, dedicação e combatividade em favor das liberdades democráticas e da justiça social. Decidido, bravo, coerente, enfrentou as ameaças e a repressão, sem ceder ou capitular ante a perseguição e as represálias. No país ou no exílio, Lisâneas sempre esteve em luta contra os opressores atuando decididamente



Lisâneas: lutador social

em apoio aos excluídos. Seu desaparecimento, em plena atividade política e social, causou profunda tristeza não só entre os companheiros do PDT, partido ao qual era filiado, mas em todo o conjunto das forças populares como nos amplos setores do país que com ele se irmanavam na cotidiana batalha contra a injustiça e a discriminação social. Nós, de **cader-nos**, que estivemos irmanados em tantas lutas, seja no Brasil ou no exílio, nos juntamos à sua família, aos seus amigos na saudade e na homenagem a esse grande brasileiro e extraordinário lutador social.

O escândalo

A etapa das privatizações descontroladas e fraudulentas parece estar se encerrando, embora, pelo grande poder dos grupos de pressão, ainda haja um longo e difícil caminho a percorrer. Essa é a opinião de especialistas independentes sobre o problema.

A primeira iniciativa sobre a revisão dos contratos ou a aplicação dos mesmos partiu do governo inglês, cujo chefe, o primeiro-ministro Tony Blair, apesar dos compromissos ideológicos do seu partido, o Trabalhista, fez concessões que em nada diferiam dos tempos de Margareth Thatcher. Pressionado pela opinião pública, depois da tragédia ferroviária que provocou mais de cem vítimas e que resultou de falha de manutenção na ferrovia privatizada, está examinando os absurdos da concessão e as suas consequências.

Na América Latina, a primeira iniciativa sobre privatizações realizadas no governo Menem e envolvidas em todo tipo de corrupção, partiu do novo governo do presidente Fernando De La Rúa.

As privatizações de Menem foram escandalosas, com insuportáveis ônus para os consumidores, resultando nas tarifas mais caras do mundo. O governo decidiu entrar na área dos telefones. Duas empresas, a Telefonica, de predominância espanhola, e a italiana Telecom dividiam o bolo, extorquindo os usuários. A partir de março, serão obrigadas a reduzir as tarifas - 19,5% no setor comercial e 5,5% no residencial - deixando de embolsar 140 milhões de dólares por ano. Agora a nova administração argentina atuará em dois setores: pedágios, que vão baixar consideravelmente as tarifas, e a eletricidade, entregue ao grupo espanhol Endesa.

A eletricidade está em grave crise. Os apagões são contínuos, apesar da elevação das tarifas. Mas De La Rúa não parou aí. Interrompeu o ciclo das privatizações. Hoje só restam ao Estado argentino o Banco de la Nación e as usinas nucleares, ambos disputados pelas multinacionais. O novo presidente do Banco, Christian Colombo, foi peremptório: "Esta instituição não será vendida."

das privatizações

Erros e irregularidades detectados na Inglaterra e Argentina. Garotinho saiu à frente no Rio de Janeiro

E no Brasil ?

Embora os novos donos ou concessionários das empresas brasileiras privatizadas administrem grandes programas de mídia, os aspectos negativos começam a aparecer e, também, os custos, sobretudo no caso dos telefones, com aumentos na virada do ano.

O caso da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj) é típico. Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica lhe concedeu aumento de tarifas de 14,23% e agora a Cerj exigiu mais 8 a 10%. Isso afeta mais de seis e meio milhões de pessoas em 66 municípios, 73% do estado. A Cerj alega perdas com a desvalorização do real (recebe energia de Itaipu) e do aumento de custos, mas só em 1999 a empresa teve um lucro de quase 150 milhões de dólares.

Nos meios oficiais, começa-se a admitir que o sistema de privatizações tem "furos" e erros que devem ser corrigidos. Se aprofundarem a análise, poderão chegar a um dado decisivo: a corrupção nas vendas das estatais.

Algumas declarações de figuras do governo, inclusive do ministro Alcides Tápias, já insinuam mudanças nos programas de privatizações, sem, no entanto, aludir ao que já foi feito de errado e contrário aos interesses nacionais.

O novo modelo de privatização de estatais, proposto pelo ministro Tápias, é feito sob medida para despertar a adesão da opinião pública, que vem se mostrando cada vez mais irritada com os resultados das desestatizações realizadas até aqui, seja pelos preços crescentes dos serviços e produtos, seja pela queda da qualidade. Furnas, Eletronorte e Chesf são o filão de ouro das privatizações federais planejadas para este ano.

O novo modelo de Tápias prevê a pul-

verização das ações, que serão oferecidas ao público, ensejando, num segundo momento, a movimentação dos grandes grupos para adquirir lotes nesse mercado e compor a maioria necessária ao controle. Desapareceria o leilão, e o eventual ágio seria diluído no universo daqueles pequenos aplicadores.

O ministro não adiantou se o público obterá algum tipo de financiamento para adquirir as ações das estatais, nem se o BNDES continuará a oferecer facilidades aos grandes grupos internacionais para que componham a maioria no futuro resgate dos pequenos lotes individuais em poder do público.

Não há também qualquer indicação de que haverá medidas para manter o capital diluído e evitar o domínio absoluto por parte das corporações estrangeiras.

O primeiro ato real, que pode levar a uma mudança de rumos nas privatizações, partiu do estado do Rio de Janeiro.

O governador Anthony Garotinho incumbiu a Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de analisar os contratos de privatizações.

Já é público que foram ali encontrados erros e irregularidades, com práticas escandalosas, como superfaturamento no preço das tarifas e fixação de preços de venda das



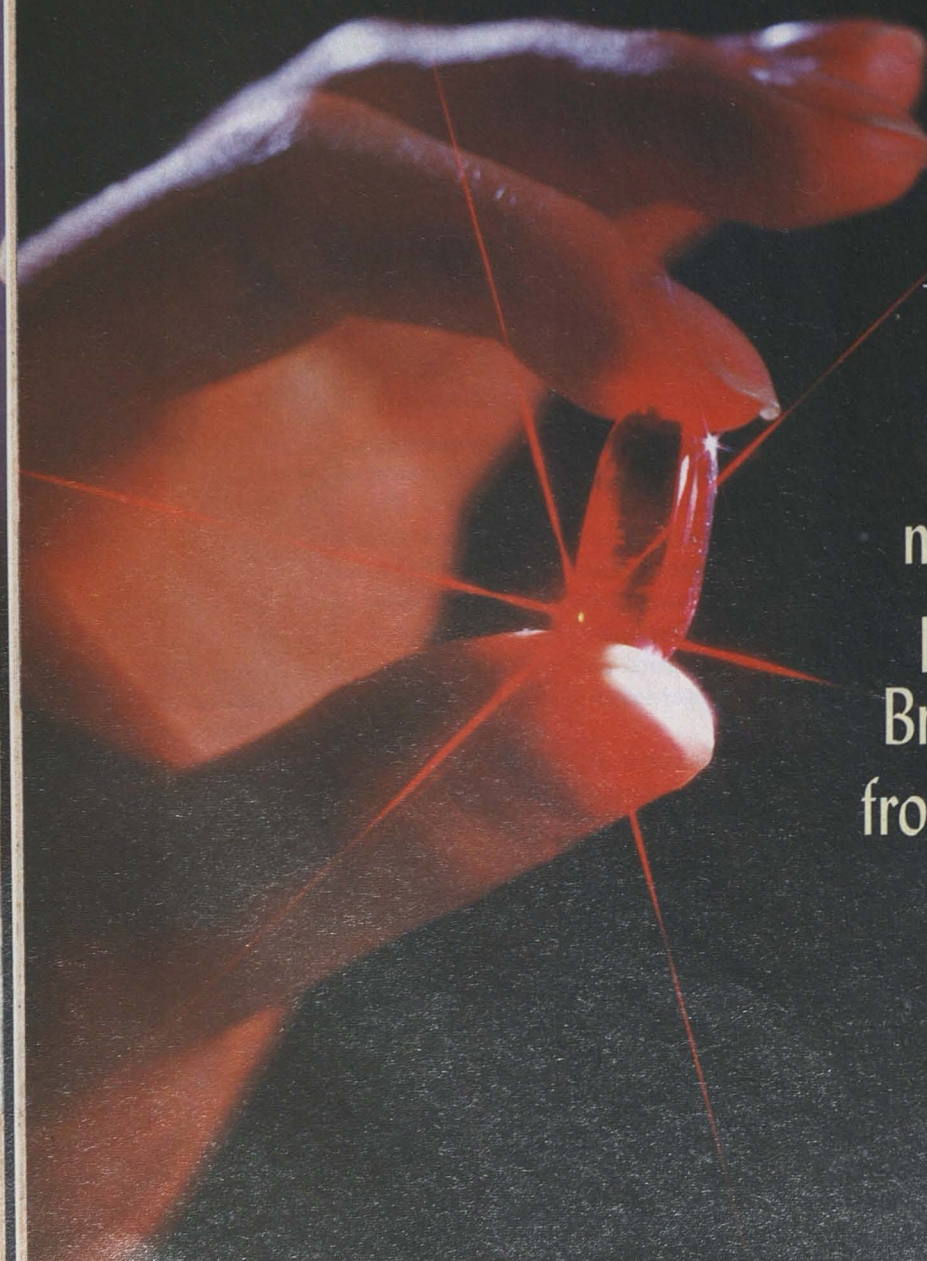
Banerj: o governo estadual vendeu o banco por apenas 300 milhões de dólares e ainda assumiu dívidas de nove bilhões na transação

empresas muito abaixo do seu valor real. O aumento de preços da Rio Gás são tão altos que cria obstáculos à construção de novas termoeletricas.

Além dessa empresa, onde já foram detectadas essas práticas, estão sendo observadas pela Coppe, instituição que desfruta de prestígio e respeitabilidade no país, outras como Cerj, Pró-Lagos, Águas de Juturnaíba, Metrô, Flumitrens, Conerj, Coderj, Ceg, além do Banerj, cuja venda encerrou aspectos graves.

Este banco foi vendido por 300 milhões de dólares, quantia considerada irrisória no mercado, deixando ao estado do Rio a responsabilidade de uma dívida de nove bilhões de dólares. O secretário de Planejamento do governo fluminense, Jorge Bittar, cuja secretaria coordena as medidas relacionadas com o problema, disse, a respeito das privatizações: "Estamos empenhados em corrigir tudo o que há de errado e proteger os usuários."

Medic



Procópio Mineiro

Um dos maiores
mercados mundiais
para remédios, o
Brasil tem controles
frouxos contra a sede
de lucros
dos laboratórios
internacionais

amentos

O oligopólio faz o preço

A VISÃO COMERCIAL SUBSTITUIU A DE AÇÃO DE SAÚDE E A BUSCA DO PURO LUCRO ENTROU NO LUGAR DO CONCEITO DO INTERESSE SOCIAL. Esta é a descrição que a presidente do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF-RJ), Guacira Corrêa de Matos, faz do setor de medicamentos.

A atuação dos laboratórios e das farmácias pauta-se por uma visão puramente mercantil, o que explicaria, segundo ela, os seguidos aumentos de preços dos remédios, sem maiores justificativas econômicas e em desacordo com a realidade social da população.

No mundo dos negócios dos medicamentos, o Brasil é um campo de fartura para as transnacionais que agem aqui de forma oligopolizada: trata-se do quinto maior mercado mundial em produtos de saúde, rende por ano cerca de 12 bilhões de dólares e apresenta controles muito frouxos.

"As transnacionais dominam nosso mercado e

impõem cada vez mais suas regras de atuação", diz Guacira. "São hoje 70% da indústria de medicamentos presentes em território brasileiro e ficam com 90% do faturamento anual do setor. Restam poucos laboratórios nacionais de porte."

A presidente do CRF-RJ chama a atenção para um princípio que deveria reger o setor de medicamentos: "Pela importância da saúde pública, é preciso estabelecer que um país deve produzir os remédios necessários à saúde de seus cidadãos a preços acessíveis. Não é isto o que está ocorrendo. É inaceitável, sob a ótica da saúde pública, ouvir o responsável pelo controle de preços, Cláudio Considera, afirmar seguidamente que estabelecer limites aos preços de remédios não é função do governo.

A produção oligopolizada implica produtos caros. Se o governo é relapso, a população fica desassistida e prejudicada. É evidente que saúde pública não pode ser tratada como mercado. Os preços abusivos decorrem, no mínimo, da negligência dos setores que têm competência legal para defender o interesse dos cidadãos."



Capa

Vender sem controle

A visão puramente mercantil do setor de remédios transparece claramente, segundo a farmacêutica, com a pressão para que se vendam medicamentos em supermercados e no projeto de se reduzir cada vez mais a exigência de receita médica para a aquisição de produtos de saúde.

Dois exemplos ilustram bem essa concepção de remédio como negócio. O primeiro foi o recente comparecimento do presidente da República ao congresso da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), no Rio de Janeiro. Lá, o próprio presidente defendeu a agenda do oligopólio dos remédios, a liberação da venda de remédios em supermercados - um objetivo que não é prioridade dos supermercadistas e que traz preocupações ao setor de saúde do próprio governo.

O segundo exemplo está expresso no lema do congresso da Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Saúde (Abips), programado para os dias

A Abips defende a venda de remédios sem receita médica, desconhecendo os valores envolvidos no ato da medicação

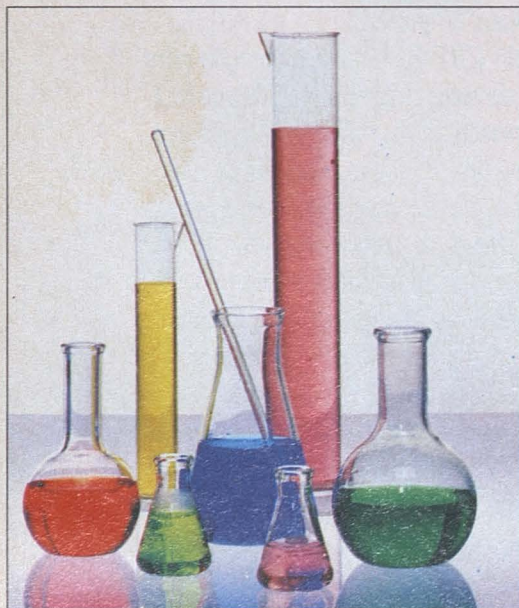


Foto: Pedro Martins



29, 30 e 31 de março próximo. A Abips defende a venda de remédios sem necessidade de receituário prescrito pelo médico, desconhecendo os valores envolvidos no ato da medicação e os imensos riscos de intoxicação medicamentosa. Para tanto, a entidade elegeu como lema uma frase que eleva a automedicação ao estado de um novo direito humano. Diz a frase-síntese do próximo congresso da Abips, o primeiro do milênio: "Reconhecendo e desenvolvendo o papel vital da automedicação na América Latina."

Setor estratégico sob domínio

A produção de medicamentos era predominantemente nacional até os anos 50, quando começou o rápido avanço dos laboratórios estrangeiros. Contando com facilidades fiscais e cambiais negadas às firmas nacionais, os laboratórios de fora puderam se estabelecer com máquinas importadas de última li-

nha, gerando uma situação de concorrência desleal com os fabricantes brasileiros e evoluindo para estrangulá-los, dominar o mercado e ditar as regras.

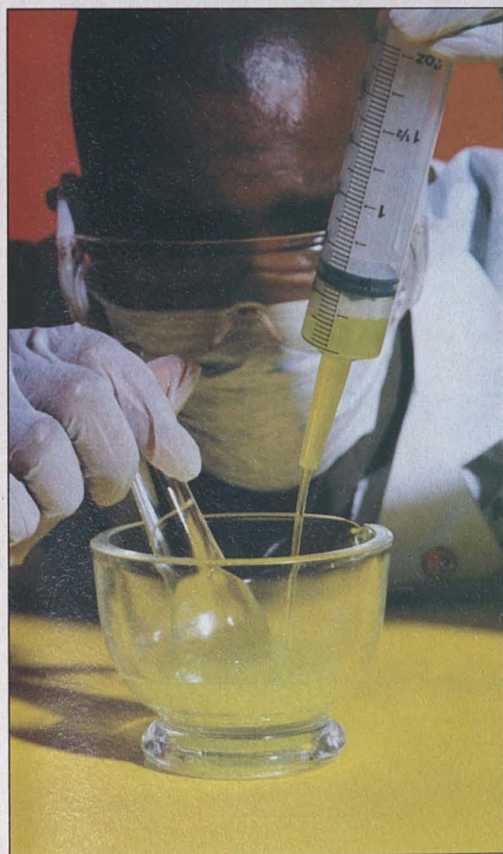
Este tipo de ação guarda boa correspondência com o que ocorre hoje em dia na escala geral da economia nacional: sob o argumento de modernização, promove-se a entrada de companhias estrangeiras, que recebem estímulos, financiamentos, garantia de preços e outros benefícios, estabelecendo-se logo condições de monopólios ou oligopólios que excluem de fato os empreendedores nacionais e inibem a própria ação estatal de regulação e controle.

"Concomitante com o domínio estrangeiro do parque produtor de medicamentos no Brasil, ocorreu a modificação das normas de atuação do setor varejista de remédios. Uma mudança grave foi o progressivo afastamento da figura do farmacêutico formado do contato e da orientação ao público. O farmacêutico foi afastado das farmácias, processo que se aprofundou nos anos 70. Avançou assim essa concep-



“Concomitante com o domínio estrangeiro do parque produtor de medicamentos no Brasil, ocorreu a modificação das normas de atuação do setor varejista de remédios. Uma mudança grave foi o progressivo afastamento da figura do farmacêutico formado do contato e da orientação ao público. Ele foi substituído pelo vendedor, o balconista de farmácia, dotado apenas de treinamento de vendas”

Guacira Corrêa de Matos, presidente do CRF - RJ



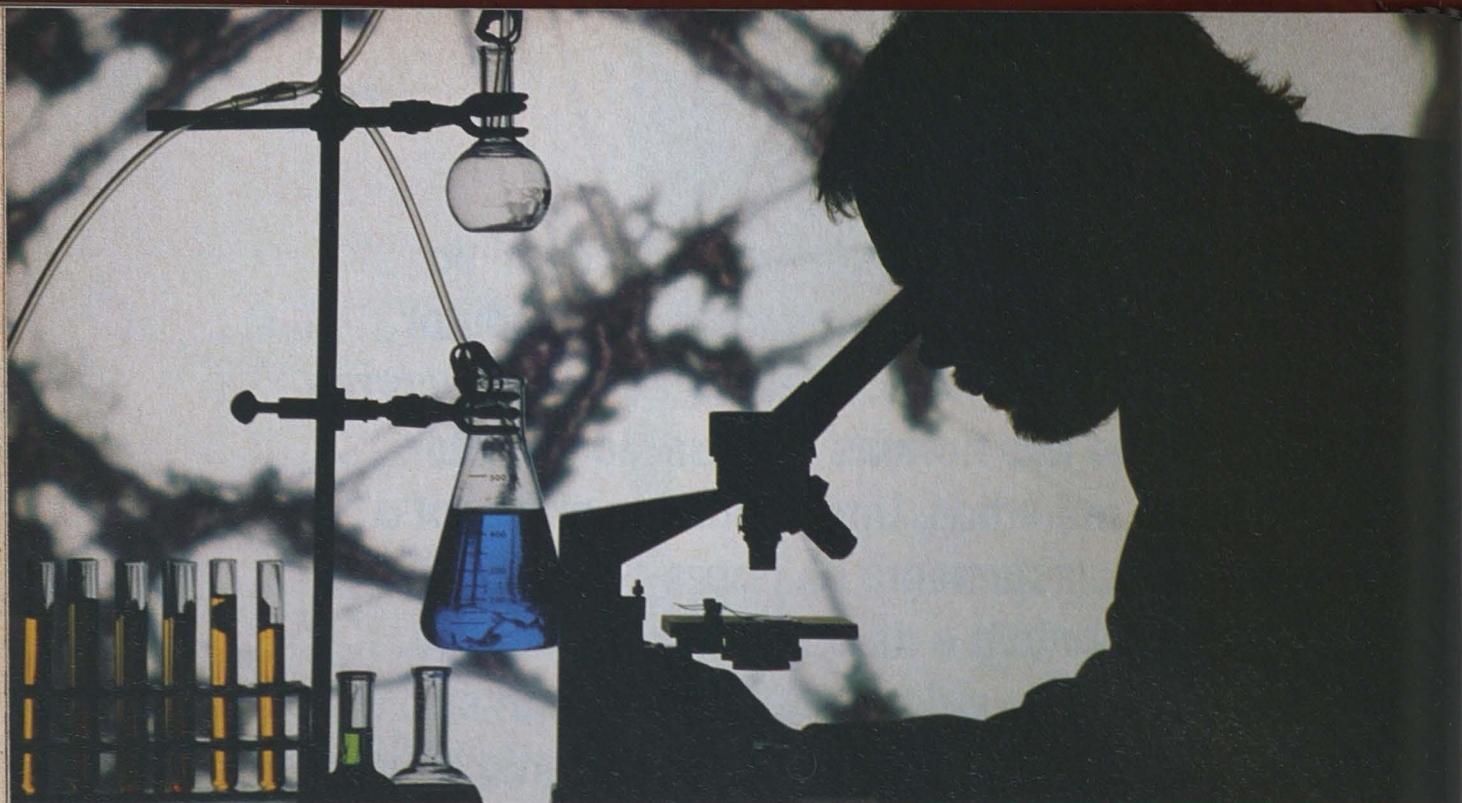
ção puramente mercantil do comércio de remédios, pois aquele profissional formado e capacitado para orientar o doente foi substituído pela simples figura de um vendedor, o balconista de farmácia, dotado apenas de treinamento de vendas e que desconhece totalmente a relação de saúde pública implícita na tarefa", reclama Guacira. "Foi o triunfo da visão comercial e da primazia do lucro num setor do mais alto interesse público, que é a saúde da população brasileira."

Este ataque, porém, ainda não terminou, segundo a farmacêutica. Agora querem transformar esse balconista em responsável técnico pelo estabelecimento. "Essa iniciativa é liderada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

(Senac), que vem dando um curso chamado de Técnico em Farmácia, pelo qual um simples vendedor supostamente se capacitaria em algumas semanas a assumir a responsabilidade técnica do estabelecimento, tornando desnecessária a figura do farmacêutico formado em universidade.

O Supremo Tribunal Federal já rejeitou essa pretensão, mas o Senac insiste em promover esse curso, iludindo inúmeras pessoas, que acabam perdendo dinheiro."

Guacira também rebate o argumento comum da indústria de que nos Estados Unidos existe ampla liberdade de compras de remédios pela população e que o sistema lá funciona sem problemas. "Não é verdade que não existam problemas. Háistem muitos problemas decorrentes dessa prática que privilegia os interesses mercantis. Um dado é irrefutável: nos Estados Unidos ocorrem os mais altos índices de intoxicação por remédios, decorrência da concepção de que medicamento é um produto como qualquer outro." ■



Os riscos da CARTELIZAÇÃO

Preços abusivos e propaganda enganosa são alguns dos desafios enfrentados pelo consumidor brasileiro

Memélia Moreira

Os medicamentos brasileiros são controlados por um cartel integrado pelos maiores laboratórios multinacionais instalados no país e os gastos do Ministério da Saúde vêm encarecendo com a compra destes medicamentos cujos preços são determinados pelo cartel. Esses laboratórios, sob orientação da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), promovem uma verdadeira campanha contra os remédios sem marca de fantasia. A denúncia é do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). "Há uma íntima relação entre os laboratórios. Isto caracteriza cartel. E eles interferem nos nomes dos medicamentos, o que aumenta os gastos do Ministério da Saúde com os medicamentos essenciais", disse o deputado.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara para investigar a cartelização do setor, Chinaglia apresentou documento mostrando que o Laboratório Roche distribuiu uma circular aos médicos do Rio Grande do Sul para que os pacientes atendidos pelo Tudo Fácil (programa do governo para distribuição de medicamentos gratuitos à população de baixa renda) saiam do consultório com uma receita citando o nome comercial do produto a ser usado. No caso, o Laboratório Roche indicava o Roacutan e o Neotigason, remédios receitados para pacientes com acne grau III e IV.

Esta cartelização já vem sendo apurada pela Polícia Federal desde agosto. Sob a responsabilidade do delegado José Carlos Zubcov, o inquérito para investigar crime de "abuso do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando

total ou parcialmente a concorrência" (lei 8.137) já indiciou 25 pessoas, todas elas funcionárias dos setores de distribuição dos laboratórios que operam no mercado nacional.

O inquérito só foi possível porque a Abifarma promoveu uma reunião com representantes dos laboratórios onde foi discutida a estratégia para desacreditar os medicamentos genéricos. Nesta reunião, acontecida nas dependências da Fundação Getúlio Vargas, em julho, decidiu-se que os laboratórios não distribuiriam os medicamentos genéricos e a Abifarma lançaria uma campanha nacional contra eles. A campanha foi ao ar pelos principais canais de televisão aberta e, desde a abertura do inquérito, suspenda por ordem dos próprios laboratórios.

Ouvido pela Polícia Federal, Anto-



nio Barbosa da Silva, presidente do Conselho Regional de Farmácia no Distrito Federal, confirmou a denúncia sobre a reunião, informando também que o boicote aos medicamentos genéricos, decidido na reunião, já vinha sendo praticado pelos laboratórios Teuto e Neoquímica.

Cartelização

A cartelização e o conseqüente controle dos preços foram citados pelo ministro da Saúde, José Serra, na CPI dos Medicamentos. O ministro disse que o aumento dos preços dos remédios "nos últimos anos chegou a 96%, bem acima dos aumentos do setor de alimentação e dos transportes". Sem citar a palavra cartel, Serra confirmou as suspeitas dos parlamentares que criaram a CPI dos medicamentos, afir-

mando que o setor tem "muita capacidade de fazer preços".

O ministro informou também que o cartel dos laboratórios conta com a conivência das drogarias e farmácias. Há 50 mil farmácias no país, disse o ministro, "e com a criação das gôndolas o medicamento que está na altura dos olhos do brasileiro médio paga o aluguel das gôndolas. Os que ficam em baixo, por exemplo, pagam menos. O Brasil ocupa o 9º lugar no mundo, em termos de consumo de medicamentos".

José Serra chamou também a atenção dos parlamentares sobre a questão da propaganda de medicamentos. "Há uma propaganda incrível por todo canto e isso, inegavelmente, tem um custo enorme", afirmou. Num mercado estilo inglês, "a propaganda também é menor". O ministro também falou sobre a propa-

ganda enganosa de medicamentos e pediu apoio aos parlamentares para coibir esta prática usada, principalmente por laboratórios. Ele contou ainda que os farmacêuticos reclamam porque são obrigados "a pagar inscrições e viagens de médicos a congressos de entidades porque, do contrário, eles ameaçam abandonar nossos medicamentos".

A questão da propaganda - enganosa ou não - é a principal preocupação da deputada Vanessa Graziottin (PCdoB-AM). Durante os trabalhos da CPI, a deputada amazonense apresentou a seus colegas exemplar da revista *ABCFarma*, especializada em produtos farmacêuticos e destinada às drogarias do país. Nas dezenas de propagandas, a linguagem principal é a do lucro.

Disse a deputada que esta revista "traz várias páginas de anúncios e propaganda que podem induzir a práticas enganosas e abusivas, em prejuízo dos interesses dos consumidores e da saúde pública em geral. A prescrição dos medicamentos não pode ser manipulada e conduzida pelo objetivo precípua da busca do lucro, já que se trata da prestação de serviço de saúde, inscrito na Constituição Federal como de relevância pública, o que significa que o Estado deve regular, fiscalizar e controlar as ações privadas nesse sentido".

Entre as propagandas apresentadas por Graziottin há a do Frutalax Geléia, um medicamento destinado a controlar a digestão e que, segundo o anúncio da revista especializada, "é um lançamento para seu caixa funcionar direitinho".

Todas estas práticas são, na opinião do deputado Chinaglia, "um escândalo diário" que deve ser controlado. Apesar disso, o deputado petista não confia muito nos trabalhos da CPI por acreditar que alguns de seus colegas não têm o menor interesse em enfrentar a indústria farmacêutica. Sua opinião é reforçada pelo deputado Sérgio Novaes (PSB-CE) que chama a atenção para o escasso espaço que a CPI está tendo junto à grande imprensa. ■

O ministro da Saúde, José Serra, disse na CPI dos Medicamentos que o aumento dos preços dos remédios "nos últimos anos chegou a 96%, bem acima de outros setores. E confirmou as suspeitas de que o setor tem "muita capacidade de fazer preços"



Reformas para os ricos

José Augusto Ribeiro

Miro Teixeira
adverte: o
projeto sobre o
Judiciário
e a Reforma
Tributária são
contra os
pobres e
acobertam os
interesses dos
potentados



Nasceu e foi criado em um dos lugares mais proletários do Rio, o bairro em torno da Praça Mauá, na área do Cais do Porto. Começou a vida como jornalista, repórter do jornal *A Noite*, cuja redação ficava na Praça Mauá. Miro Teixeira estudou Direito, formou-se e foi trabalhar no escritório de Heleno Fragoso, que era um dos maiores advogados então empenhados na defesa dos perseguidos e dos presos políticos. Foi como *office boy*, como se diz hoje em português (antes diríamos contínuo), que o então jornalista e futuro deputado Miro Teixeira deu início à sua carreira. Tornou-se, em pouco tempo, um destacado advogado, e daí partiu para tornar-se um jornalista popular de grande repercussão. Hoje é deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O que ele pensa sobre dois dos temas inclusos na pauta do Congresso Nacional neste início de ano, reformas do Judiciário e Tributária - e, dependendo do ponto de vista, de século e de milênio - é discutido nesta entrevista.

Um dos temas prioritários do Congresso na convocação extraordinária deste início de ano é a chamada reforma do Judiciário, que tem como pontos mais polêmicos medidas como a advocatória e a súmula vinculante.

MT - Não existe uma reforma do Judiciário, o que existe é uma tentativa de revisão de direitos sociais e de organizar duas qualidades de justiça: a justiça dos grandes conglomerados, que teria nos tribunais superiores a sua primeira instância e instância final, e uma outra justiça, que seria a justiça de primeira instância e de recursos de segundo grau, que seria a justiça do pequeno comerciante, do pequeno industrial, do cidadão de um modo geral, das brigas

domésticas. Uma a justiça do rico, outra a justiça do pobre. É isso que está em andamento.

Quando você, pela combinação da súmula vinculante com a advocatória, ou pela aplicação isolada de uma outra, organiza este sistema judiciário, você está construindo exatamente o quadro que eu descrevi. Não vai dar boa velocidade à Justiça, não vai dar mais acesso dos cidadãos aos seus direitos.

A Constituição é repleta de direitos dos cidadãos, mas como é que os cidadãos reclamam os seus direitos? Você não tem uma Defensoria Pública bem estruturada, os Códigos não estão sendo mexidos, os Códigos de processo, especialmente... Sendo assim, não se está cuidando da cidadania, na verdade está se cuidando dos interesses dos grandes conglomerados, ou seja, dos grandes grupos econômicos.

Como essa é uma matéria muito técnica, e mesmo pessoas que estudaram Direito podem não ter informação suficiente, por que são retrocessos a súmula vinculante e a advocatória? O que é a súmula vinculante e o que é a advocatória?

MT - A advocatória, que está disfarçada sob a forma do incidente de inconstitucionalidade, permite que o Supremo Tribunal Federal chame ou avoque para seu exame, ou por provocação de entidades legítimas, como os partidos políticos e as procuradorias da República, ou mesmo por deliberação própria, questões submetidas à primeira instância.

Assim ele poderá retirar diretamente da primeira instância, do último município brasileiro, do menor município brasileiro, sempre que interessar, o que exista de conteúdo constitucional em qualquer discussão. Com isso serão suprimidas instâncias, retirar-se-á do juiz de primeiro grau a prerrogativa de examinar a constitucionalidade de qualquer medida governamental ou legislativa.

Esse mecanismo, pelo qual um tribunal superior em Brasília assume uma decisão que normalmente caberia ao juiz de primeiro grau, não existiu na era dos atos institucionais, não era denunciado pelo pessoal que hoje está no governo?

MT - Isso aí foi o que produziu o recesso que resultou no Pacote de Abril, em 1977. O que se discutia exatamente era uma reforma no Judiciário que criava uma vocatória. Contra isso houve a resistência do MDB.

Quer dizer que um novo Ato Institucional está sendo feito pelo Congresso?

MT - Tem o mesmo sentido do Ato Institucional e dos Atos Complementares à Constituição outorgada de 1969. É uma ofensa aos direitos individuais, é uma forma de fazer, pela via processual, uma revisão daqueles direitos que estão na Constituição e nas leis. Para termos uma idéia, basta examinar o caso da Vale do Rio Doce. Nós ganhamos 107 liminares na justiça de primeira instância contra a privatização da Vale. Se fosse argüido o incidente de inconstitucionalidade em uma daquelas ações, ela, pura e simplesmente, subiria para apreciação do STF, que deliberaria e a decisão do Supremo funcionaria como uma súmula vinculante para os outros processos.

Esse caso da Vale do Rio Doce esclarece bem a questão da advocatória e da súmula? Se não houvesse aquelas liminares no caso da Vale do Rio Doce, a negociata teria sido maior?

MT - Eu penso que tudo teria sido entregue à Anglo American, como nós denunciávamos. À época havia uma articulação de empresas e de autoridades do governo para que fosse parar tudo na mão da Anglo American. Foi um meca-



“... os mecanismos de planejamento fiscal permitem que grandes empresas não paguem imposto de renda, porque geram lucros em paraísos fiscais”

nismo de denúncia social e a pressão que se realizou em todos os segmentos da sociedade e, mais, as demandas judiciais que impediram que isso acontecesse. Claro, a Vale acabou sendo privatizada, mas, a rigor, os fundos de pensão são os maiores proprietários.

E a súmula vinculante, como é que funciona?

MT - Da maneira como eu descrevi, a deliberação de um tribunal superior, em qualquer âmbito da atuação judicial, um tribunal superior decidindo, todos os segmentos abaixo, quer sejam os tribunais de justiça estaduais, que são instâncias intermediárias, quer sejam os juízes de primeiro grau, ficarão absolutamente subordinados a esse tipo de decisão do tribunal superior. O juiz ficará vinculado à súmula que resultará da decisão do Tribunal Superior.

Com a súmula vinculante, para que vão servir os juízes, os tribunais estaduais, todos os mecanismos do Poder Judiciário?

MT - A rigor você vai ter na primeira instância uma concentração das causas que dizem respeito diretamente às pessoas, nas suas relações conjugais, direito de família, a pequena disputa do senhorio com o inquilino ou então a instância criminal da maneira que se conhe-

ce, pura e simplesmente. Aí não acredito que mesmo na área criminal as discussões possam causar constrangimentos ao poder público, aos grandes interesses multinacionais, de modo a que venham a ter um tratamento diferente. Novamente, aí, vai funcionar a advocatória, porque sempre poderá ser encontrado um incidente de inconstitucionalidade - e uma decisão acabará produzindo o efeito da súmula vinculante.

A rigor, não ficaria bem eu dizer isso, se não estivesse dizendo também a platéias de juízes, desses notáveis juízes que estão ajudando a resistir, na defesa dos direitos da cidadania, que são os juízes de primeiro grau, que aceitam, no âmbito dos estados e da Justiça Federal, esses pedidos de liminar. Eles ficarão convertidos numa espécie de software para as matérias sujeitas ou à advocatória ou à súmula vinculante. Eles serão obrigados a seguir a decisão dos tribunais superiores. Ou seja, você dá a certas instâncias do Poder Judiciário o poder de fazer a lei, na prática.

Um juiz local ficaria impedido, por exemplo, de conceder uma liminar a um aposentado que protesta contra essas coisas que o governo vive inventando, esses descontos do aposentado...

MT - É outro exemplo. Nesse caso, da contribuição de aposentados no serviço público, nós ganhamos mais de mil liminares. Fizemos um modelo de mandado de segurança e o disponibilizamos na página do PDT na Internet. Bastava que a pessoa preenchesse ali os dados e poderia ingressar em juízo. Devem ser muito mais de mil liminares, porque nós recebemos mais de mil mensagens de pessoas que nos diziam que tinham se valido desse instrumento e vencido. Outros seguramente usaram e não se comunicaram conosco. É impossível saber quantos se valeram do nosso modelo e ganharam. Quando a discussão chegou ao Supremo, produzida por outro tipo de instrumento, já havia uma decisão de mais de um milhão de juízes, numa mes-

ma direção. Então ganhou uma força enorme a tese de que não cabiam os descontos de aposentados.

Esses milhares de casos decididos por tais juízes exercem influência sobre os tribunais superiores?

MT - Exercem, porque o argumento de que mil ações, mil mandados de segurança tiveram liminar ou dois mil é muito forte...

Mil juízes...

MT - Sim, de todos os estados brasileiros, tiveram a mesma visão daquela inconstitucionalidade. Como é que aqueles 11 homens ali poderão pensar diferente? Será que existe uma falência do conhecimento jurídico da magistratura de um modo geral? Então isso dá muita força. Os grandes conglomerados, por força da globalização, querem padronizar a ação da Justiça. Querem padronizar o sistema tributário de um modo geral e as demandas judiciais. A Justiça incomoda muitíssimo, e o caminho que vem sendo adotado é esse, de criar uma instância de grau superior, para dirimir as questões do interesse dos grandes conglomerados. Eles não admitem que, representando volumes de interesses da casa de bilhões de dólares, tenham o seu destino determinado por um juiz de primeiro grau.

A Justiça incomodou muito a ditadura, tanto que o governo desse tempo cassou ministros do Supremo Tribunal. Cassaram até generais, como o general Mourão Filho, ministro do Superior Tribunal Militar. O processo de hoje é parecido com o da ditadura?

MT - Eu penso que é pior. Se busca, pela via aparentemente democrática, da emenda constitucional votada pelo Parlamento, aquilo que a ditadura não conseguiu. A ditadura não conseguiu, rigorosamente, fazer uma advocatória e uma súmula vinculante, nos termos

em que hoje estão colocadas. Então, nós estamos diante de um fato mais grave para a cidadania do que o Ato Institucional nº 5. Se você retirar do período ditatorial as torturas e os assassinatos, no quadro da discussão jurisdicional você terá hoje um fato muito mais grave do que o quadro do Ato Institucional nº 5.

Sua crítica tem-se dirigido também, além dessa suposta reforma do Judiciário, à reforma tributária. Em sua opinião, o que se está querendo é fazer uma reforma tributária em benefício dos ricos e contra os pobres?

MT - Não acredito em reforma tributária que não tramite paralelamente, concomitantemente, com uma discussão de pacto federativo, que trate das responsabilidades e deveres da União, dos estados e dos municípios. É preciso dizer para que você quer o imposto, quanto você quer do imposto, tudo junto. Se a União é responsável por uma qualidade determinada de serviços públicos, precisa ter receitas para isso. Os impostos serão para cobrir as despesas decorrentes dos seus deveres.

O mesmo acontece em relação aos estados e municípios. O que tramita na Comissão Especial da Câmara dos Deputados é uma reforma dos impostos de consumo. Você, quando fala de tributos, tem três bases principais de arrecadação: renda, patrimônio e consumo. Essas são as três bases de impostos e tributos. Outras coisas podem dar contribuições, mas de impostos você tem essas três bases.

Foi recentemente aprovada a prorrogação do aumento da alíquota de imposto de renda de 27,5%. Um cidadão de classe média está pagando 27,5% de imposto de renda. Isso é voltado para o atendimento de grupos de interesses.

Além do mais, os mecanismos de planejamento fiscal permitem que grandes empresas não paguem imposto de renda, porque geram lucros em paraísos fiscais. Esses paraísos continuarão. Pior, estará agravado o mecanismo do planejamento fiscal, vamos chamar assim,

porque poderia ser chamado de sonegação. Tem gente que usa a lei e tem gente que sonega, pura e simplesmente, porque desaparecerão os impostos e contribuições que incidem sobre o faturamento, como por exemplo a Cofins. Para fazer desaparecer a Cofins, há um grupo de megaempresários que topa tudo, porque o resto eles sonegam, eles sabem sonegar; a Cofins eles não sabem sonegar.

Nessa tal alíquota de 27%, a pessoa que ganha 2 mil reais paga o mesmo imposto que um grande banqueiro?

MT - Eu não sei quanto paga de imposto esse grande banqueiro. Agora, o que eu vi na mão de pessoas muito responsáveis é que você tem grandes bancos e grandes empreiteiras, que não pagam imposto de renda, pagam zero de imposto de renda. Eu sei que no setor privatizado das teles [as empresas privadas de telecomunicações], essas empresas não pagam imposto de renda.

A Receita Federal está tendo um grande trabalho para tentar fazer a arrecadação que é verdadeiramente devida, e mais uma vez um juiz singular deu uma liminar obrigando uma dessas empresas recolher um bilhão de impostos que não foram pagos. Isso incomoda muito.

Foi uma juíza singular que mandou prender o empresário Sérgio Naya.

MT - Foi uma juíza singular que mandou prender o Naya, foi uma juíza singular que prendeu bicheiros, foram juízes singulares que deram as liminares no caso Vale do Rio Doce, foram juízes singulares que deram as liminares no caso da Previdência Social, da contribuição dos inativos.

Então, realmente, eles estão incomodando bastante, porque estão aplicando a norma ao fato. Estão exercendo a sua atividade jurisdicional, e isso incomoda, porque não há privilégios.

Essas questões e outras estão na dependência de decisões do Congresso.



“Não acredito em Reforma Tributária que não tramite de forma paralela, com uma discussão do Pacto Federativo, que trate de responsabilidades da União, dos estados e municípios”

A opinião pública é muito mal informada sobre as atividades do Congresso. A impressão que fica é que agora só funciona a CPI do Narcotráfico, que é a que está nas manchetes. Qual é a tendência da maioria da Câmara e do Senado em relação a essas propostas do governo?

MT - Sempre que se trabalha com quórum de três quintos, o ambiente é de incerteza de parte a parte. É incrível que num país de população oprimida, de salário baixo, desemprego, os conservadores obtenham maioria esmagadora, na Câmara e no Senado. Isso revela uma deformação do processo eleitoral.

A rigor, em 513 deputados, nós somos 90, aproximadamente, de oposição. A nossa possibilidade é nula quando se trata de projeto de lei, mesmo de projeto de lei complementar, em que o quórum de aprovação é de maioria absoluta. Nas emendas constitucionais, o quórum é de três quintos.

Nós vemos a possibilidade de impedir que eles consigam os três quintos. Isso não significa que nós teremos mais votos, mas, sim, que temos possibilidade de impedir que eles consigam os três quintos.

Eu tenho essa expectativa, porém asseguro que o nível de desinformação dentro do Parlamento é assemelhado ao nível de desinformação da opinião pública. ■

20 mil rádios comunitárias sob ameaça



**Opondo obstáculos à sua legalização,
a Anatel sufoca uma promissora conquista
democrática na comunicação**

Cristiano Dias

Após duas décadas no limbo e carregando o sinônimo pejorativo de "rádio pirata", as rádios comunitárias tentam driblar o autoritarismo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e sobreviver, na virada do milênio, levando informação e cultura para diversas comunidades espalhadas pelo país. Para se contrapor a um procedimento considerado arbitrário pelas próprias rádios comunitárias, elas se organizaram em associações e reacenderam o debate sobre o direito de transmissão e sobre a democratização dos meios de comunicação.

O movimento pela radiodifusão comunitária chegou ao Brasil na década de 80, com o surgimento de pouco mais de 100 rádios. As primeiras rádios serviram à causa da resistência à ditadura militar e ao combate ao monopólio das grandes redes de rádio e TV. Hoje, essas rádios evoluíram até atingirem a atuação e o conceito atual de rádios comunitárias.

"As rádios comunitárias são entidades sem fins lucrativos, atuantes no movimento de democratização dos meios de comunicação, que possuem perfil informativo em suas comunidades, e cuja programação é totalmente livre de vínculos com religiões, partidos políticos, ou filosofias de teor exclusivista", afirmou Emmanuel Emir, presidente da

Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária e Popular do Estado do Rio de Janeiro (ArLivre), criada para organizar iniciativas que divulguem a importância dessas rádios nos segmentos comunitários.

Segundo a organização, as rádios comunitárias oferecem 150 mil empregos aos profissionais ligados à radiodifusão, entre operadores de áudio, técnicos, jornalistas e locutores.

Existem, ainda de acordo com a ArLivre, cerca de 20 mil rádios comunitárias funcionando no Brasil, sendo que 12 mil já entraram com pedido de concessão junto à Anatel.

Repressão

Mesmo com a Lei 9.612, sancionada pelo Poder Executivo, em 1998, que regulamenta as concessões e o funcionamento das rádios comunitárias no Brasil, a Polícia Federal, por solicitação

da Anatel, vem fechando várias rádios comunitárias por todo o país. Somente no ano passado foram fechadas 50 rádios no estado do Rio de Janeiro.

A ação da Anatel e da Polícia Federal foi qualificada de "arbitrária" e "truculenta" pela ArLivre. "Os fiscais da Anatel e os policiais federais entram nas rádios, sem mandado judicial, prendem as pessoas que estão trabalhando e confiscam os equipamentos. São ações inconstitucionais, típica dos mais sombrios tempos da ditadura militar", alertou Emir.

O presidente da ArLivre afirma que a Anatel está desautorizada a proceder a esse tipo de busca e apreensão de bens devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que dá garantia de que ninguém pode ser privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Além disso, a própria Justiça Federal, segundo Emmanuel Emir, tem concedido liminares que autorizam a reabertura de rádios comunitárias fechadas pela Anatel e pela Polícia Federal.

"São os grandes tubarões da comunicação que tentam sufocar as rádios comunitárias que contribuem para a elevação cultural de suas comunidades, a geração de empregos e democracia nos meios de comunicação", analisou o presidente da ArLivre, citando vários institutos de pesquisa renomados que apontam uma audiência conjunta das rádios comunitárias em 30% do total da audiência de rádio no Brasil.

Clandestinidade

Apesar do avanço na legislação, as rádios comunitárias ainda vivem em clima de clandestinidade. Isso porque mais de um ano após a regulamentação e sanção da Lei 9.612, apenas 58 rádios comunitárias receberam autorização para funcionamento. Com a morosidade do Ministério das Comunicações e do governo federal, que distribuem as concessões, o assunto passou para a alçada do Congresso, que deve deliberar a questão.

Para os deputados Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) e Celso Jacob (PDT-RJ), ligados a movimentos favoráveis às rádios comunitárias, essa lentidão do Ministério das Comunicações é resultado de sua ligação com as grandes rádios comerciais.

"O Ministério das Comunicações foi historicamente pressionado e influenciado por estas grandes rádios e tratou a questão, durante décadas, apenas como assunto de polícia", disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB/SP), se referindo às constantes invasões de estúdios.

"As rádios comunitárias sempre foram um dos fatores fundamentais para o progresso das reivindicações sociais. Talvez por isso elas tenham sido tão combatidas pelo poder estabelecido", declarou o deputado Celso Jacob (PDT/RJ).

Para ambos os deputados, a consequência mais visível da regulamentação das rádios comunitárias seria a função regionalizadora dos veículos de comunicação, que retomam a discussão sobre a democratização da informação e dos meios de comunicação de massa em todo o país. Para Faria de Sá, um órgão de representação social que poderia agilizar a deliberação por parte do Congresso Nacional sobre as rádios comunitárias seria o Conselho Nacional de Comunicação Social, que foi previsto na Constituição de 88, mas que ainda não saiu do papel.

"Este Conselho poderia ser integrado, inclusive, por representantes dos grandes grupos da mídia, que, no entanto, ainda assim preferem não vê-lo instalado", disse Faria de Sá, para quem a instalação do Conselho não deve ser esperada nem a curto nem a médio prazo.



Emmanuel Emir, presidente da ArLivre

Regionalização

O deputado do PPB paulista não acredita nem mesmo que surja uma proposta deliberativa do Legislativo que garanta a regulamentação e regionalização das rádios comunitárias, com uma programação de caráter educativo, artístico, cultural e informativo. "Não há interesse, por parte do governo, em regulamentar essa situação", afirmou.

Os parlamentares, no entanto, se mostram otimistas quanto ao destino das rádios comunitárias no Brasil. "É preciso abrir um amplo debate na sociedade brasileira para que ela influa na deliberação por parte do Congresso", afirmou Celso Jacob.

"Eu não tenho dúvida que as rádios comunitárias serão a grande novidade da Comunicação Social do Brasil no próximo milênio", concluiu Arnaldo Faria de Sá ■

Postal Norte-Sul



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves filho

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0200-17 R\$80,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um

livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan - Cód. 0162 R\$25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (Unic/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor - Cód. 517 R\$34,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan - Cód. 0159 R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Visão além da economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad - Cód. 010064 R\$25,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV Editora - Cód. 20419-9 R\$24,00

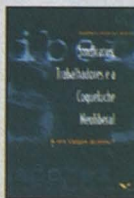


HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas pesquisas, estudos, ensaios, teses e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-68 R\$55,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de trabalho no Brasil, ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV Editora - Cód. 85-225-0265-X R\$31,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Um dos mais respeitados naturopatas, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus - Cód. 20310-0 R\$29,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas no Brasil pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas.

Editora Revan - Cód. 0156 R\$27,00



ESPAÑOL PARA BRASILEIROS

Juán Kattán-Ibarra

Curso completo para você entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira - Cód. 113-47 R\$ 42,00

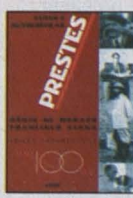


ESCRavidão ou MORTE

Jorge Prata de Souza

O autor esclarece, o motivo pelo qual, lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-20 R\$20,00



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 pgs.

Ed. Mauad - Cód. 020015 R\$36,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus - Cód. 20311-0 R\$29,00



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 pgs.

Editora Revan - Cód.0178 R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Análise o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a

nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Vozes - Cód. 85.326.2174-0 R\$16,00

**BENEDITA****Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin**

A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de

"uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 págs. Editora Mauad **Cód. 020013 R\$20,00**

**SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS**

Oficinas pedagógicas de direitos humanos
Várias autoras

Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados

a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.

Ed. Vozes **Cód. 85-326-2089-2 R\$19,00**

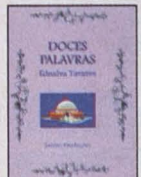
**VENCER É POSSÍVEL**

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

Nelson Mandela

Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.

Editora Revan **Cód. 0148 R\$19,00**

**DOCES PALAVRAS****Ednaiva Tavares**

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)

Janine Produções **Cód. 0001 R\$5,00**

**A REVOLUÇÃO DA QUALIDADE E O SERVIÇO DE SAÚDE****M. Daniel Sloan & Michael M.D.**

O livro mostra, com detalhes, um plano para se usarem ferramentas estatísticas do Controle de Qualidade do processo, em um contexto clínico.

A meta é reduzir os custos dos serviços de saúde com precaução. 232 páginas.

Editora Qualitymark **Cód. 0188 R\$ 26,00**

**UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO**

Argumentos para uma nova esquerda

Hilary Wainwright

Combina uma discussão sobre idéias políticas neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimento sociais e partidos. 152 páginas.

Jorge Zahar **Cód. Z 0486 R\$19,00**

**A ÁGUA E A GALINHA**

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se

busque o equilíbrio. 208 páginas.

Editora Vozes **Cód. 85-326-1845-6 R\$16,00**

**GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGÊNS**

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.

Editora Campus **Cód. 20412-1 R\$39,00**

**O DESPERTAR DA ÁGUA****Leonardo Boff**

O livro continua o anterior *A água e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.

Editora Vozes **Cód. 5-326-1977-0 R\$12,00**

**A INVENÇÃO DO MAR****Gerardo Melo Mourão**

O livro é uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas.

Editora Record **Cód. 050229 R\$ 28,00**

**"FICAR COM"**

Um novo código entre jovens

Jaqueline Chaves

A autora apresenta o livro com um estilo de vida praticado pelos jovens nos anos 80 e 90. As informações foram obtidas através de entrevistas feitas com jovens e formam um trabalho elucidativo voltado para pais, professores e adolescentes. 156 páginas.

Editora Revan **Cód. 0069 R\$ 11,50**

**UMA HISTÓRIA DO BRASIL****Thomas E. Skidmore**

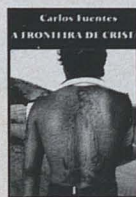
Mostra o processo integral de formação do Brasil. O que vem a tona é a história do povo brasileiro na procura de um país moderno e reconhecido internacionalmente em sua singularidade. 358 páginas.

Ed. Paz e Terra **Cód. 20488 R\$ 32,00**

**SABER CUIDAR****Leonardo Boff**

Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 páginas.

Editora Vozes **Cód. 85-326-2162-7 R\$ 16,00**

**A FRONTEIRA DE CRISTAL****Carlos Fuentes**

Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos imprensados entre o México e os EUA, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz

um retrato pungente da divisão entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; a opulência e a miséria. 176 págs.

Editora Rocco **Cód. 85.325.0967-3 R\$25,00**

**IUGOSLÁVIA**

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Análise sobre a guerra nos Bálcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.

Novos Ideais **Cód. 85.87414-01-1 \$14,00**

**DICCIONÁRIO DE EXPRESSIONES IDIOMÁTICAS AMERICANAS****Luiz L. Gomes e Donald E. Collins**

Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas.

Editora Pioneira **Cód. 113-38 R\$ 36,00**

**DOMINAÇÃO PELA FOME**

Economia política do abastecimento

Miranda Neto

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas.

Forense Universitária **Cód. 00124 R\$ 9,90**

**NOTÍCIAS DO PLANALTO****Mário Sérgio Conti**

O livro retrata os construtores dos impérios de comunicação e suas empresas. Com realizações surpreendentes, narra a ascensão e queda de Collor do ponto de vista da imprensa. (80

fotos cor e pb) 720 páginas.

Cia. das Letras **Cód. C 1182 R\$ 35,00**



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos

Francisco Antonio Doria

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170 páginas.

Editora Revan

R\$14,00

Cód. 0075



CONSTRUINDO O FUTURO

O impacto global do novo paradigma

Paulo C. Moura

Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 páginas.

Editora Mauad

R\$24,00

Cód. 010001



A LARANJEIRA

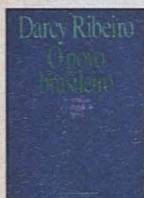
Carlos Fuentes

Sendo um conjunto de novelas a uma só vez místicas e desmistificadoras, *A laranja* reúne todas as qualidades da prosa de Carlos Fuentes: a densidade dramática, a riqueza das personagens e uma narrativa que flui circular, envolvente, como o próprio tempo histórico. 215 páginas.

Editora Rocco

R\$23,00

Cód. 85.325.0772-7



O POVO BRASILEIRO

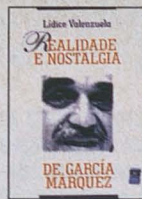
Darcy Ribeiro

Neste livro, que considera a súpula de seu pensamento sobre o Brasil, o autor procura explicar por que, e como, os brasileiros são o que são. 476 páginas.

Editora Cia. das Letras

R\$29,50

Cód. C 0570



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lidice Valenzuela

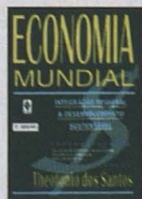
A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel,

a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas.

Oficina do Autor

R\$ 18,00

Cód. CA 107



ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional & desenvolvimento sustentável

Theotônio dos Santos

Introduz a Revolução Científico-Técnica como uma variável da leitura fundamental para compreender a Economia Mundial. 145 páginas.

Editora Vozes

R\$ 15,00

Cód. 20310-0



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória

Leonid Ieremeev

Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se, pois revive um momento crucial para sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas.

Editora Revan

R\$ 10,30

Cód. 0084



O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manuel Castells

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas.

Editora Paz e Terra

R\$42,00

Cód. 20.495



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas.

Editora Cia das Letras

R\$36,00

Cód. C 0890



EDUCAÇÃO

Estudos foucautianos

Organizador: Tomaz T. da Silva

Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas.

Editora Vozes

R\$29,00

Cód. 85.326.1317-9



BINÔMIO-Edição Histórica

Direção: José Maria Rabêlo

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas.

Barlavento e Amazém de Idéias

R\$34,00

Cód. BA 7013



O LONGO AMANHECER

Reflexões sobre a formação do Brasil

Celso Furtado

Reflexões sobre a formação do Brasil e que se inscreve na linha de reflexões pluridisciplinares das obras mais recentes de Celso Furtado. 117 páginas.

Editora Paz e Terra

R\$15,50

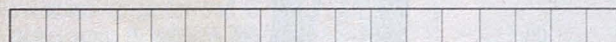
Cód. 10.533

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Nº Validade até ____/____/____



ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo de entrega estipulado em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 215

Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE: até durar o estoque

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua da Glória, 122 / 105 e 106 - Glória
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180
Tel: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
Internet: http://www.etm.com.br



Uma das muitas
votações do
Encontro

Fotos: Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Belém

Belém: milhares de pessoas na luta contra o neoliberalismo

Entre 6 e 11 de dezembro, cerca de três mil pessoas de 24 países, 31 nações indígenas, 40 comunidades de remanescentes de quilombos, entidades afro-latino-americanas e delegações de 24 estados brasileiros se reuniram em Belém no II Encontro pela Humanidade contra o Neoliberalismo. Esse evento, um dos maiores do gênero no mundo, realizou-se na Universidade Federal do Pará e, além de uma ampla discussão, no plenário e grupos especiais, programou também novos atos na luta contra a opressão do capitalismo internacional.

Um dos próximos atos será a Marcha Americana que, saindo simultaneamente do Canadá e do Brasil, terá o seu ponto final na Ciudad Juárez, no México, na fronteira com os Estados Unidos. Nessa cidade mexicana, expressa o documento do Encontro, "haverá manifestação contra o muro da vergonha! e de metal, protegido por helicópteros, guardas e cães, que separa simbolicamente a opulência dos países ricos e a miséria dos povos subdesenvolvidos do continente americano. Para que a história reencontre seu curso, esse muro deve cair".

O êxito do II Encontro, em um clima de luta e entusiasmo

O não pagamento da dívida externa "ilegítima e criminoso" será objeto de campanhas futuras. Também está programada a Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência.

Vários conferencistas, de diferentes países, abordaram aspectos diversos no quadro da resistência ao neoliberalismo. O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, pediu a atenção para o fato de que não se deve confundir poder local com governo local. "Não basta que o governo seja socialista para que mude o regime econômico vigente, mesmo que esse

regime seja de um grau cada vez maior de alienação e de produção de desigualdades sociais", ressaltou. O prefeito também falou sobre "o sonho socialista de justiça e igualdade para todos os povos explorados, entre os quais o povo brasileiro e todas as minorias, negros, índios e deficientes físicos". "Para que a sociedade ideal se concretize, é necessário que haja organização para se discutir o poder local na perspectiva do poder popular". Edmilson Rodrigues defendeu que o II Encontro pela Humanidade contra o Neoliberalismo "deve ser valorizado como um espaço aberto de debate que exigiu muito esforço organizativo para ser realizado e ainda enfrenta boicote da grande imprensa que vem ignorando as principais discussões do evento".

O sindicalista uruguaio Rubens Vilaverde aludiu aos novos desafios do sindicalismo e chamou a atenção dos trabalhadores para a importância da luta no campo da cultura. Ele disse que "a maior conquista da elite dominante tem se dado



Danielle Mitterrand, da França, denunciou que 'os povos são vítimas do sistema neoliberal que causa miséria, desemprego e racismo'



AMÉRICA, CHIAPAS E BELÉM, PELA HUMANIDADE

*"Assim, anunciamos:
A América da digna resistência,
da luta aguerrida,
da louca esperança,
a América esquecida por todos
menos por ela mesma
se dirige ao Brasil,
E nós também estaremos presentes.
Se as piranhas do imperialismo não
nos atrasarem muito, desembarcaremos
em Belém no amanhecer de dezembro.
Não levaremos muita bagagem,
apenas o necessário para repetir,
na Amazônia brasileira,
que, contra o neoliberalismo e pela
humanidade, lutamos hoje para que em
toda a América haja, para todos...
Democracia! Liberdade! Justiça!"*

Subcomandante Marcos



A jornalista Beatriz Bissio falou sobre os 25 anos de circulação da revista 'cadernos'

no plano cultural. A cultura neoliberal, padronizada, individualista, competitiva tem garantido suas vitórias. Faz-se necessário a construção de um grande movimento dos trabalhadores, não só do movimento sindical. Mas um movimento que articule as várias expressões de resistência popular - como esse Encontro".

Uma mesa-redonda reuniu representantes do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), do Processo de Comunidades Negras da Colômbia e do Movimento de Organizações Indígenas Mapuches, da Argentina e do Chile.

O Conselho Nacional das Entidades Negras, que possui representação em todo o país, foi uma das organizações de defesa do negro que participou da mesa-redonda "500 anos de Resistência no Brasil e na América".

A senhora Danielle Mitterrand, da França, denunciou que "os povos são vítimas do sistema neoliberal que causa miséria, desemprego e racismo", mas que "já existe no mundo uma tomada de consciência real no combate ao sistema neoliberal".

A viúva do presidente François Mitterrand exaltou a importância de eventos como o II Encontro e assinalou que "são discussões setoriais mas com objetivos comuns, como as que se travam aqui, em Belém, que evitam que a vida se banalize e vire mercadoria".

A combativa militante francesa pelos direitos humanos concitou os participantes a "criar uma rede de apoio ao líder dos sem-terra, José Rainha, que está

sendo julgado por um crime que não cometeu". Danielle Mitterrand disse que "o julgamento não está sendo justo nem correto; os assassinos estão soltos e os inocentes estão presos". E acrescentou: "Isso não é justiça". Reivindicou, ainda, que as forças progressistas busquem seus pontos de convergência e definam, para suas lutas, uma estratégia comum.

A jornalista Beatriz Bissio, diretora de **cadernos do terceiro mundo**, foi convidada para expor a experiência da revista, considerada pelos organizadores um instrumento de construção da solidariedade entre os povos do Terceiro Mundo.

"O êxito de **cadernos** resultou do ideal de um grupo de jornalistas de vários países e de muitas lutas e sacrifícios. O principal mérito dessa equipe foi a decisão de travar sua luta em um terreno-chave na sociedade moderna, o dos meios de comunicação, convertendo a revista não apenas em instrumento de informação independente mas, também, de estímulo à solidariedade internacional", disse a jornalista.

José Arbex Júnior, editor da revista *Caros Amigos* falou sobre a banalização da mídia: "Na América Latina, 77% da programação da televisão é importada dos Estados Unidos e apenas 25 companhias detêm o domínio dessa indústria. Ou seja, meia dúzia de grandes redes de comunicação domina o mercado televisivo de entretenimento. A informação conhecida é aquela de interesse desses oligopólios".

De 1835 a 1999

Fundada em 12 de janeiro de 1916, a cidade de Belém conta hoje com uma população de 1,4 milhão de habitantes, possui um importante patrimônio arquitetônico datado dos séculos XVII, XVIII e XIX e uma rica tradição cultural expressa na sua culinária, nos aromas, artesanatos, ritmos e danças que não encontram similares em nenhuma outra parte do Brasil.

Durante os anos 1835 e 1840, Belém foi o epicentro da Revolução Cabana,



Rostos velhos e jovens na luta comum

episódio singular da história brasileira, onde o povo em armas tomou o poder e governou por mais de um ano a maior parte da Amazônia. No início do século XX foi o centro do ciclo da borracha, que deixou sinais perenes de fausto e grandeza, como o Teatro da Paz e outros prédios históricos.

Atualmente, Belém é governada por uma frente de partidos de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e está na vanguarda do desenvolvimento de projetos que estimulam a participação popular e a diminuição das desigualdades sociais.

Cuba e o Zapatismo

O Encontro condenou duramente o bloqueio a Cuba. O jornalista e professor da Universidade de Havana, Eddy Jiménez Pérez, falou sobre o apoio cubano aos movimentos de libertação de todo o mundo e enumerou algumas das grandes conquistas da Revolução Cubana: "Antes, existia 1 médico para cada grupo de 3 mil habitantes, enquanto que hoje a média é de 1 para cada 176 habitantes. Antes, o analfabetismo atingia 45% da população e atualmente o índice é de um dos mais baixos do mundo: 2,6%. Também 85% da população é proprietária da casa onde mora, sendo que o restante paga aluguel que não pode ultrapassar 10% do salário", acentuou. Foi muito expressiva a participação dos delegados do Exército Zapatista de Libertação Nacional do México, Lúcia e Abram. Eles observaram que "a rebelião de Chiapas ocorreu devido à restrição de direitos dos índios, situação que não tinha mais qualquer possibilidade de ser mantida. Até então nós não tínhamos sido escutados e desde então temos voz". Segundo Abram, "nesses quase seis anos de luta, o povo de Chiapas conquistou várias vitórias e constituiu au-

toridades autônomas em algumas localidades, onde há respeito à população".

Ambos destacaram que o ideal zapatista não se restringe à luta armada. As coordenações estaduais e municipais do movimento atuam em grande parte do país e já envolvem 30 mil militantes.

O subcomandante Marcos enviou ao encontro uma mensagem (ver quadro). "Em Belém, de 6 a 11 de dezembro de 1999, foi levantada a tocha acesa

em Chiapas, no ano de 1996, durante o I Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo. Sua luz seguirá iluminando o continente", conclui o documento do encontro. ■

¹ A expressão Muro da Vergonha é utilizada para designar o muro que as autoridades norte-americanas levantaram ao longo da fronteira com o México para evitar a imigração ilegal



O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (de chapéu), ao lado dos zapatistas, na abertura do II Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo. Na sua intervenção, o governador do Amapá, João Capiberibe (à esq. na foto) disse 'ter certeza de que embaixo dos capuzes dos zapatistas existem rostos muito semelhantes aos dos povos indígenas brasileiros'

JÁ VIU UM JO TODO MUND

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

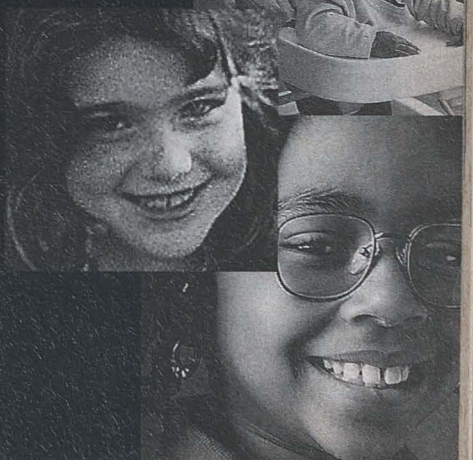
GOVERNO DO ESTADO



RIO DE JANEIRO



GO ONDE O GANHHA?



As lições da OMC

Algumas lições ficaram do fracasso da recente Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, onde sequer se conseguiu elaborar a agenda da Rodada do Milênio, um amplo projeto de negociações comerciais multilaterais que deveriam durar pelo menos três anos. A primeira lição é o imperativo da união entre os países subdesenvolvidos, a partir de objetivos políticos e econômicos convergentes, e a necessidade de capacitação técnica para enfrentarem as grandes potências nos organismos multilaterais, discutindo sobre questões que envolvam principalmente a preservação de espaços de autonomia para a execução de políticas capazes de atender os interesses nacionais.

A falta de transparência e a ausência de mecanismos democráticos fazem com que esses organismos funcionem como biombos de decisões de minorias hegemônicas que são impostas aos países mais fracos, frustrando-os nos seus ideais de desenvolvimento e justiça social.

A segunda lição é que a voz mundializada das ruas, a opinião pública, assume indisfarçável importância como instrumento de denúncia e pressão. Para Seattle acorreram dezenas de milhares de pessoas de nacionalidades diversas, mobilizadas por variadas entidades da sociedade civil de cada país ali representado e conscientes de que naquela conferência seriam toma-

das decisões prejudiciais aos povos indefesos.

Repetiram-se em Seattle os movimentos que frustraram o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), depois que os franceses denunciaram aquela trama secreta dos Estados Unidos e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) contra as soberanias nacionais, através de um acordo que recebeu o apelido de "A Consti-

a se sentir prejudicados por medidas destinadas a conter os seus excessos, estava prevista a revogação de todas as legislações nacionais que abrigassem mecanismos disciplinadores do capital estrangeiro. O princípio da lei do mais forte.

Os Estados Unidos, particularmente, queriam incorporar ao AMI as leis Helms-Burton e D'Amato, que dispõem sobre punições a empresas que investissem em Cuba, na Líbia ou em



O protesto da opinião pública mundial contra a OMC/WTO sacudiu Seattle

tuição da Economia Mundial".

O que pretendiam os Estados Unidos e a OCDE com o AMI? Nada mais nada menos que impor a soberania absoluta do capital transnacionalizado ao resto do mundo, liquidando com a soberania de cada nação. O AMI havia nascido em segredo com a pretensão de estabelecer, formalmente, sanções pesadas aos países cujos governos ousassem limitar os desmandos dos investidores estrangeiros. Caso esses investidores viessem

qualquer país onde fossem contrariados os interesses de investidores estrangeiros, para assegurar-lhes aplicação extraterritorial.

Depois de descoberta a conspiração do AMI, a trama ressurgiu na intimidade da OMC, onde ganhou nova roupagem, com outros acordos e tratados, tudo também em sigilo, entre eles a Parceria Transatlântica, para diluir a União Européia (UE) numa vasta zona de livre comércio com os Estados

Unidos, ou o chamado Novo Mercado Transatlântico (NMT).

Uma das tarefas do NMT era forçar a adesão dos países do Sul à nova armadilha, durante as negociações da Rodada do Milênio, cuja pauta incorporaria os prazos para a implementação dos acordos Trim (investimentos) e Trips (propriedade intelectual), proteção do denominador do "segredo comercial", cotas para filmes e vídeos, direitos conexos para intérpretes e executantes, além de acordos para padrões básicos de proteção de direitos de propriedade intelectual no Ciberespaço, etc. Claro que em muitos desses itens há contradições entre as próprias potências hegemônicas, como o demonstram as desavenças nos setores agrícola e cultural.

Assimiladas as lições de Seattle e com a volta das conversações para Genebra, os países subdesenvolvidos deveriam encampar a proposta da Venezuela, no sentido da definição de espaços para a elaboração e execução de políticas nacionais de desenvolvimento que atendam os objetivos nacionais e dêem prioridade aos mais pobres.

Um exemplo muito antigo, mas ainda não assimilado pelos países mais fracos, é o protecionismo sistemático dos países centrais, que assume formas as mais diversas, destacando-se as barreiras não-tarifárias (medidas antidumping, proteção sanitária, normas técnicas, procedimentos burocráticos etc.) e barreiras tarifárias (impostos, taxas e tarifas aduaneiras). Os países pobres mantêm-se fiéis às leis do mercado, as quais as nações hegemônicas sempre violam para seus próprios interesses. ■

Cenários para todos os gostos

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) projetou para o ano 2000 dois cenários, um otimista e outro pessimista, para o comércio externo do Brasil.

Na projeção pessimista, o superávit seria de 2,588 bilhões de dólares. Na previsão otimista, de 6,080 bilhões. O Iedi aposta mais firme na segunda hipótese, baseado na recuperação da Ásia, na expectativa de crescimento da União Européia e na manutenção do desempenho da economia norte-americana.

As exportações brasileiras, nesse ambiente mundial, aumentariam 13,3%, para atingir os 56,480 bilhões de dólares em 2000. O volume das importações crescerá 0,4%, devido a uma pequena valorização da taxa de câmbio, e o das exportações, 2,9%, por conta do efeito retardado da desvalorização do real em 1999. Já os preços das exportações cairiam 5% e o das importações, 3,7%.

O saldo comercial deveria ser maior para uma redução mais expressiva do déficit em conta corrente, que seria de 4, 2% do PIB, contra 4,3% antes da crise cambial do início de 1999.

A dificuldade está numa pauta de exportações que incorpora, em sua maior parte, produtos de baixo valor agregado, destaca o estudo do Iedi. De fato, o processo de desindustrialização, a que o Brasil vem sendo submetido desde o começo do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e a ampliação dos espaços geoeconômicos das empresas transnacionais no setor industrial são os grandes fatores responsáveis pela mudança na pauta de exportações do país. Essas empresas estão mais voltadas para a produção destinada ao mercado interno, dominam o comércio externo do Brasil e não têm interesse em competir, em outros mercados, com os mesmos produtos que fabricam aqui

e em outras partes do mundo. Claro que é mínima a margem de acertos nesse tipo de cenário, uma vez que neles estão envolvidas variáveis externas fora do controle do observador. Haja vista que muitas vezes escapam aos técnicos até mesmo o controle de variáveis econômicas internas. O próprio Iedi projetou para o ano de 1999 um déficit comercial do Brasil de 948 milhões de dólares, a partir de uma redução de 5,1% no valor das exportações (na realidade a queda foi de 15%) e de 14% no valor das importações (de fato 5%), enquanto o governo fez prognósticos que apontavam para um superávit de 11 bilhões de dólares, revistos quatro vezes, para chegar a um resultado negativo em torno de 1 bilhão. Até novembro - mês em que o déficit foi de 529 milhões de dólares -, no entanto, o acumulado foi de 1,452 bilhão. O ano deve fechar com um saldo comercial negativo de aproximadamente 2 bilhões de dólares. ■

Horizonte de incertezas

Nada indica que a economia mundial esteja às vésperas de uma era de progresso, conforme profetizam profissionais do otimismo. Ao contrário, as principais economias do mundo desenvolvido ainda sinalizam incertezas num horizonte de curto prazo. Ora reagem com discretos índices de crescimento do PIB, ora esses índices regredem de um trimestre para outro. É o caso do Japão, que ainda não conseguiu decolar com firmeza a partir de estímulos de políticas econômicas de inspiração keynesiana.

Depois de ensaios de retomada nos seis primeiros meses do ano - crescimento de 1,5% de janeiro a março e de 1% entre abril e junho (um acumulado de 2,5% no primeiro semestre) -, a economia japonesa acusou uma queda brusca de 1% no período julho-setembro, contrariando prognósticos de crescimento do PIB no limite de 0,6%. Agora, a meta traçada pelo governo é de um crescimento inexpressivo de 0,6% no ano fiscal que terminará em março de 2000.

Nos Estados Unidos, não se descarta a possibilidade de

nova elevação da taxa de juros na reunião do Federal Reserve (Banco Central norte-americano) em março próximo, uma vez que a economia vem mantendo o ritmo de sua expansão, até aqui sem riscos de inflação preocupante. A decisão do FED vai depender do comportamento dos preços ao encerrar-se o ano de 1999 e das projeções econômicas em função do panorama mundial.

A estagnação da economia japonesa e as incertezas quanto ao futuro próximo da economia norte-americana não favorecem as expectativas de crescimento

do restante da economia mundial no curto prazo. A chamada "nova economia americana" ainda não convence economistas mais cuidadosos. Ao contrário, eles prevêem a sua desaceleração em 2000. O quadro econômico mundial se completa com as oscilações do euro (moeda da União Européia) e o conseqüente receio de inflação, o que induziria o aumento das taxas de juros, com seus desdobramentos em frustração do crescimento. A recuperação dos países do Sudeste Asiático poderá ficar comprometida nesse contexto mundial, pois o crescimento dessas economias depende muito de suas relações comerciais com o resto do mundo. ■

Mais estímulo ao capital estrangeiro

Nos últimos três meses, o Banco Central vem "queimando" reservas, numa média de 800 milhões de dólares por intervenção no mercado de câmbio, na tentativa de evitar que o real se desvalorize e acabe por sepultar o mito do fim da inflação, que valeu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Por questões meramente doutrinárias, fiel, portanto, ao neoliberalismo radical, o governo descartou o atalho disciplinador do controle do mercado.

Esse expediente já seria perigoso, se o país ostentasse saldos significativos nas contas externas, mais ainda nas atuais circunstâncias, em que a reposição das reservas esbanjadas têm feito através do processo de endividamento externo, ora via novos empréstimos, ora através de lançamentos de títulos no mercado internacional, tudo isso acompanhado da atração de recursos voláteis, remunerados na base de altíssimas taxas de juros e lucros no mercado financeiro e em bolsas internas.

Mas os desastros não param por aí. No próximo ano, o governo pretende lançar no

mercado internacional cerca de 6 bilhões de dólares em bônus, para cobrir parte do dispendio que irá para o Fundo Monetário Internacional, em pagamento de 12,3 bilhões de dólares dos 41,5 bilhões daquele pacote de ajuda financeira do FMI para manter o real à tona, como suposta moeda forte.

Outros financiamentos, de 2 bilhões e 4 bilhões de dólares, o governo já obteve em 1999 junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também para a reposição de reservas desperdiçadas na especulação cambial. O Brasil - é importante lembrar - comprometeu-se a pagar, no ano 2000, centavo por centavo, os 41,5 bilhões de dólares patrocinados pelo FMI para a atual farra cambial.

Tudo isso, somado ao serviço da dívida externa (juros mais amortizações) e à necessidade de financiamento sob outras rubricas, vai perfazer um total superior a 100 bilhões de dólares, montante que o governo terá de buscar lá fora no correr deste novo ano. Hoje, as reservas cambiais do Brasil não passam de 42 bilhões de dólares, aí incluídas as dívidas contraídas

nos últimos oito meses e o que ainda não foi gasto do pacote garantido pelo FMI. Tal é o desespero diante deste cenário, que o governo resolveu adotar medidas de estímulo à entrada de capitais estrangeiros, até mesmo de pessoas físicas, que poderão adquirir ações nas bolsas de valores. Uma delas, anunciada no final de novembro passado, é o fim dos

anexos - exigências que disciplinam a entrada de capitais em cada segmento do mercado -, além de outras que visam à desburocratização e à simplificação do acesso desses capitais. A entrada será livre e o investidor escolherá o caminho que mais lhe convier para os seus recursos.

O Banco Central, por sua vez, anunciou a livre conversibilidade do real a partir do ano 2000. Numa primeira etapa, os dólares, por exemplo, poderão ser depositados exclusivamente em bancos estrangeiros com filiais no país. Ninguém poderá vir a se surpreender, se o Banco Central, mais tarde, vier a estender essa medida aos bancos brasileiros e depois instituir o *Currency Board* (Caixa de Conversão), acompanhando a Argentina na preparação do país para a dolarização da economia. A tese é do agrado do presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Unificadas as políticas monetária e cambial, os dois países se aproximariam da alternativa: ou a moeda única no Mercosul (menos mal), ou a dolarização ardorosamente defendida pelos mais influentes economistas do novo governo argentino.

Na verdade, é nada animador o cenário das relações comerciais e financeiras externas do Brasil, pelo menos no ano 2000: a dívida externa rompe a barreira dos 300 bilhões de dólares; o sistemático endividamento externo e a expectativa de um excedente comercial modesto, ou até mesmo de um déficit, ainda que pequeno; o pessimismo dos credores, já desconfiados da capacidade do país de pagar a dívida, por isso mesmo não excluem a possibilidade de uma moratória. Na frente interna, uma dívida hoje superior a 500 bilhões de reais, e que não pára de aumentar por obra dos juros elevados; fortes indícios de altas taxas de inflação ao longo do ano, em meio a uma recessão que tende a se aprofundar.

A livre conversibilidade e facilidades até para pessoas físicas estrangeiras aplicarem nos mercados financeiro e de bolsas sugerem a indagação: os credores externos vão continuar disponibilizando recursos para o governo manter a aventura do câmbio livre para perseguir a estabilidade do real por meios artificiais? ■



A livre conversibilidade desejada pelo BC abre caminho para a dolarização da economia

Inflação sob controle?

A inflação no Brasil ainda está sob controle, graças a um complexo mecanismo, cujas peças são os instrumentos tradicionais de política monetária - manejo das taxas de juros, recolhimento compulsório dos bancos à ordem do Banco Central e outras formas de restrição da oferta monetária, congelamento de salários, importações competitivas, passando por artifícios como as metas para a inflação (*Inflation Targeting*) até a adoção de índices diferentes, para medir a própria inflação e para os reajustes dos preços administrados.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, é oficial e mede o custo de vida para famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos nas 11 principais regiões metropolitanas do país. É base para as metas de inflação. Também de responsabilidade do IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) tem como universo famílias com renda mensal de 1 a 8 salários mínimos, nas mesmas 11 regiões metropolitanas.

O índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas para medir a inflação é o Índice Geral de Preços (IGP) - média ponderada do Índice de Preços no Atacado (IPA, que tem peso 6 na ponderação), do Índice de Preços ao Consumidor no Rio de Janeiro e em São Paulo (IPC, peso 3) e do Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC, peso 1). O IGP é usado

INFLAÇÃO MENSAL EM 1999 SEGUNDO O IPCA (IBGE) E O IGP (FGV)

	IPCA	IGP
Janeiro	0,70	1,15
Fevereiro	1,05	1,44
Março	1,10	1,98
Abril	0,56	-0,03
Maio	0,30	-0,34
Junho	0,19	1,0
Julho	1,09	1,59
Agosto	0,56	1,45
Setembro	0,31	1,47
Outubro	1,19	1,89
Novembro		2,39

para reajustes de contratos de prazos mais longos e leva em conta o mês fechado. Já o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela mesma Fundação Getúlio Vargas, obedece à mesma metodologia do IGP e é elaborado a partir dos dados levantados entre os dias

21 de um mês e 20 do mês seguinte. Serve para efetuar o reajuste dos contratos do mercado financeiro.

Por duas razões, o governo se mostra apreensivo com o aumento da inflação. A primeira são as pressões das mais fortes categorias de trabalhadores por

aumentos de salários, agora menos preocupados com a manutenção de seus empregos do que com os reajustes, ainda que para recompor salários nominais. Tais reajustes não deverão ser superiores a 8% ou 10%, enquadrados, portanto, na meta de inflação para 99, entende o governo.

A segunda são os aumentos reais dos preços administrados, como, por exemplo, as tarifas de energia elétrica e de telecomunicações, cujas empresas, por força de contrato, têm asseguradas majorações tarifárias pelo IGP. Se tomarmos por base a meta do governo de 8% a 10% para a inflação de 1999, diante do IGP de 20% previsto pela Fundação Getúlio Vargas, haverá perdas para os consumidores e os assalariados em geral, mas ganhos reais de 10% para as empresas que exploram serviços públicos (estatais e privatizadas) e apreensão para o governo. Os preços, certamente, voltam a correr mais do que os salários. Abre-se novo ciclo de transferências de renda do trabalho para o capital.

A aplicação do IGP aos reajustes de preços administrados comprometerá a meta de inflação para o ano 2000 (6%), invertendo a tendência de queda pretendida pelo governo.

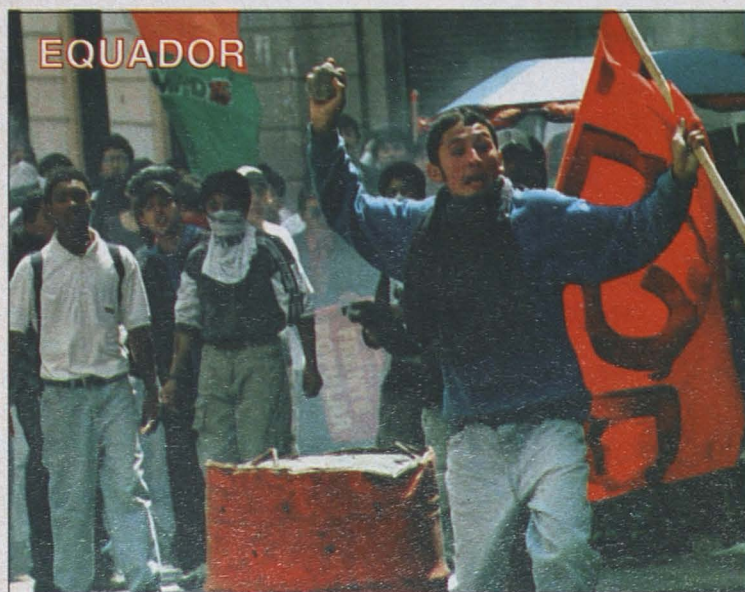
Outro complicador é a possibilidade de novos aumentos de preços do petróleo no mercado internacional, uma vez que os preços internos dos derivados sofrem influência direta das taxas de câmbio. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, os reajustes dos preços administrados pelo governo responderam por 50% (8,16%) da inflação medida pelo IGP-M, no período de janeiro a novembro passado. ■



Mídia

As guerras esquecidas

Segundo a ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF), prêmio Nobel da Paz de 1999, que oferece ajuda médica a vítimas de guerra, existem conflitos antigos, como os da Colômbia, Angola e Sri Lanka, e conflitos novos, em particular na África, que não receberam a devida atenção dos meios de comunicação durante o ano passado. Ao divulgar a segunda lista anual das "10 histórias mais importantes com difusão insuficiente", a organização não-governamental chamou a atenção para crises humanitárias quase ignoradas pela mídia. Os Médicos sem Fronteira consideram que conflitos como o da província sérvia de Kosovo e o de Timor Leste tiveram uma difusão adequada, enquanto que "as guerras crônicas e as crises de saúde receberam escassa atenção". Joelle Tanguy, diretora-executiva do escritório da MSF nos Estados Unidos advertiu que "as vítimas dos conflitos crônicos são sempre esquecidas pela mídia". A lista de conflitos insuficientemente difundidos em 1999 inclui a guerra civil da Colômbia; a guerra civil no Sri Lanka, que já leva 16 anos e se intensificou em 1999, enfrentando as forças do governo contra os Tigres de Libertação da Pátria Tamil, e a guerra em Angola, que causou o deslocamento de 1,6 milhões de pessoas desde o fracasso em 1998 do acordo de paz de Lusaka (1994) entre o governo e os rebeldes. O mesmo aconteceu com a guerra no Afeganistão, já em seu vigésimo ano. O Afeganistão tem "a maior população de refugiados do mundo, de 2,6 milhões", denunciou a ONG.



Trabalhadores e estudantes protestam nas ruas de Quito, no Equador contra o modelo neoliberal, exigindo a renúncia do presidente Jamil Mahuad. O país atravessa uma grave crise econômica, tendo a inflação atingido 61%, em 1999. Mahuad, que obteve o apoio das Forças Armadas, anunciou, em cadeia nacional em 10 de janeiro, a dolarização da economia e a renúncia coletiva do ministério. O país está em estado de 'emergência nacional' e vive rumores de golpe de Estado, que poderia destituir o presidente Mahuad ou, ao contrário, seria dado pelo próprio presidente, seguindo a mesma linha de ação de Alberto Fujimori, no vizinho Peru.

SOLUCIONES CONCRETAS

El Mensaje del CAMBIO



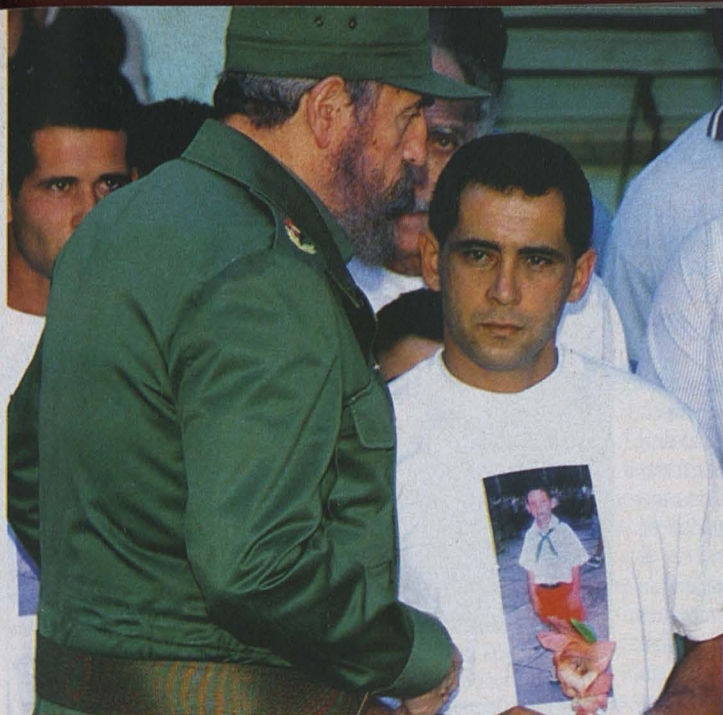
Policial caminha pelas ruas de Santiago ao lado de cartaz de Lavín, que disputa o segundo turno com Ricardo Lagos

Chile

Acirrado segundo turno

O empate entre o candidato situacionista, Ricardo Lagos, e o opositor de direita, Joaquín Lavín, nas eleições presidenciais de 12 de dezembro no Chile lançou de imediato a luta pelo segundo turno em 16 de janeiro. A extrema polarização dos votos deixou muito aquém das expectativas os demais quatro candidatos, que no entanto constituem um fator decisivo para a definição do resultado do segundo turno. Tendo alcançado a mais alta votação de um candidato presidencial da direita na história chilena da segunda metade deste século, Lavín foi considerado pelos analistas o grande vitorioso do primeiro turno. A diferença final entre ambos os candidatos ficou em somente 23.659 votos.

Postulante da Aliança pelo Chile, coalizão de partidos de direita, Lavín superou levemente Lagos na região metropolitana de Santiago, a capital. Já Lagos, que postulou a Presidência como candidato da Concertação pela Democracia, de centro-esquerda, teve forte apoio nos centros operários do norte do país. Quem vencer o segundo turno será o terceiro presidente civil desde a redemocratização (1990) e governará por seis anos, sucedendo Eduardo Frei.



Fidel Castro, que assumiu pessoalmente a campanha pela volta do pequeno Elián para Cuba, aparece na foto com o pai do menino González Quintana

Cuba-EUA

O caso Elián

Ao sobreviver ao naufrágio de uma embarcação cubana que tentava chegar às costas dos Estados Unidos com imigrantes ilegais a bordo, Elián González, de seis anos, se converteu no pivô de mais uma crise entre Havana e Washington. O menino perdeu a mãe e o padrasto no naufrágio em 25 de novembro, perto da costa do estado da Flórida, distante 180 quilômetros de Cuba. A travessia foi organizada por um cubano morador de Miami que, segundo denúncias, cobrou mil dólares de cada passageiro pela viagem.

Somente Elián e outras duas pessoas - de um total de 14 passageiros - se salvaram. Ele presenciou a morte de sua mãe, Elizabeth Brotón, de 28 anos, que tinha parentes em Miami, com os quais ficou o pequeno assim que chegou ao território americano após ter sido recolhido por pescadores. O pai do menino, González Quintana, denunciou que Elián fora tirado de Cuba ilegalmente, sem a sua autorização e acusou o governo dos Estados Unidos de seqüestro, ao negar-lhe a autorização para voltar a Cuba. As autoridades cubanas se colocaram do lado do pai do menino. A Chancelaria cubana responsabilizou pela tragédia o governo dos Estados Unidos "pela forma insensata com que esse país se promove, se estimula, e premia a imigração ilegal".

Convertido o caso num motivo a mais de atrito entre Cuba e EUA, em dezembro e começo de janeiro, milhares de pessoas marchavam todos os dias na capital cubana exigindo a volta do menino. O presidente Fidel Castro pessoalmente assumiu a direção do movimento em prol da volta de Elián. Com toda essa pressão, em 9 de dezembro, os Estados Unidos reconheceram o direito do pai do menino a tê-lo de volta. Quase um mês depois, a Justiça norte-americana autorizou que ele fosse devolvido ao pai e marcou para o dia 14 de janeiro a viagem de volta da criança.

No entanto, uma manobra do deputado americano de origem cubana Dan Burton - um dos autores da lei Helms-Burton, que sanciona empresas com negócios em Cuba - conseguiu evitar momentaneamente a repatriação de Elián: ele foi convocado para depor no Congresso no dia 10 de fevereiro.

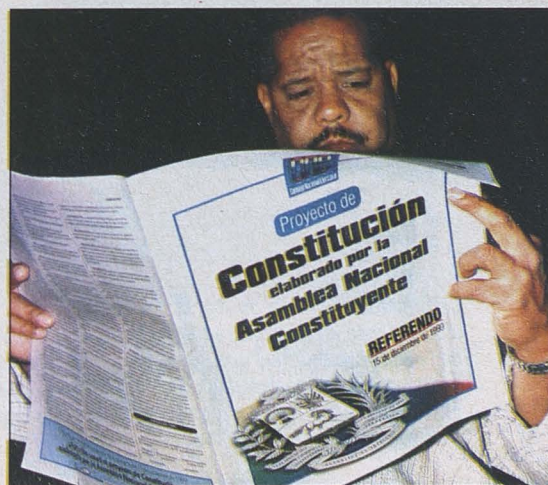
Venezuela

Nasce a República Bolivariana

A República Bolivariana da Venezuela nasceu amparada na contundente vitória eleitoral no referendo constitucional, que consolidou o projeto de "revolução pacífica e democrática" do presidente Hugo Chávez. O "sim" recebeu o apoio de 71% dos eleitores venezuelanos no plebiscito para aprovar uma nova Constituição, realizado em meio a condições climáticas adversas. Chávez, principal gestor da nova Carta Magna, suspendeu os festejos populares em respeito às vítimas e aos desabrigados da maior catástrofe natural do século no país, que superou o terremoto de 1967. As chuvas, as mais fortes desde 1951, obrigaram o governo venezuelano a desviar sua atenção da aprovação da Constituição para dar assistência aos 150 mil desabrigados. As autoridades locais falam em 50 mil mortos, enquanto o Pentágono (comando militar dos EUA) calcula em 30 mil as vítimas fatais.

A nova Constituição substitui a Carta fundamental vigente desde 1961. Na primeira linha do artigo 1, a nova Constituição estabelece que, de agora em diante, o nome oficial do país será República Bolivariana da Venezuela. A nova Constituição foi aprovada com uma abstenção de cerca de 55%, o que gerou críticas por parte dos que questionavam seu conteúdo. Mas isso não afetou sua legitimidade, pois a convocação do referendo não estabelecia uma votação mínima.

Para o presidente Chávez, é o ápice de uma fase fundamental para seu projeto político, cujo objetivo é conduzir a Venezuela para uma etapa de mudanças políticas, sociais e econômicas. A nova Constituição tem 350 artigos e propõe a transformação das instituições do Estado, consagra os direitos indígenas e ambientais e introduz novidades no sistema econômico. No entanto, o texto também tem críticos, em geral pertencentes aos partidos tradicionais venezuelanos, que o consideram centralista e incoerente em seus postulados econômicos.



América Latina

Cresce presença militar dos EUA

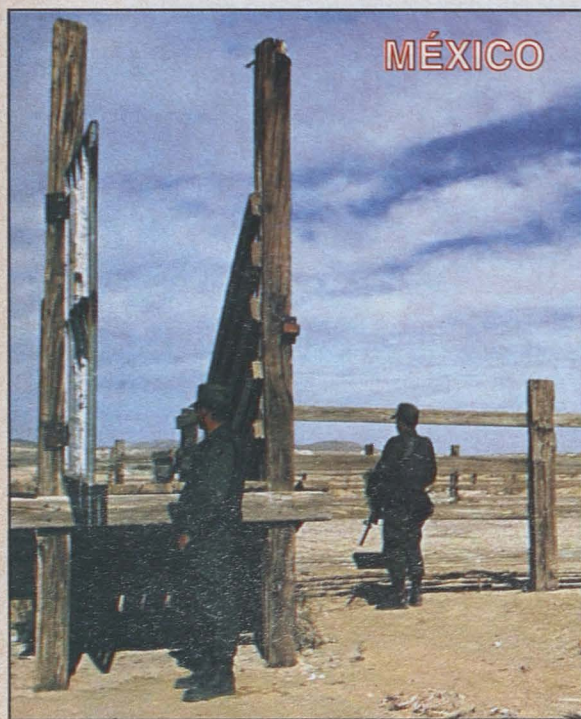
Um estudo elaborado pelo Centro de Políticas Internacionais (CIP) e pelo Grupo de Trabalho Latino-Americano, com sede em Washington, revelou que, apesar da entrega do Canal do Panamá e da retirada de tropas norte-americanas do país, as atividades do Pentágono, Ministério da Defesa dos Estados Unidos, continuam aumentando na América Latina.

Segundo o estudo, Washington continua instalando novas bases militares nas Antilhas Holandesas, Equador, Honduras, Porto Rico e, possivelmente, na Costa Rica, com a desculpa de travar uma cruzada contra as drogas. "A entrega do Canal não indica nenhuma mudança das prioridades militares norte-americanas", disse Adam Isacson, um dos autores do estudo. "A presença dos Estados Unidos ainda não terminou, só mudou de lugar", afirmou.

O estudo alerta para o perigo do envolvimento norte-americano na guerra civil colombiana e para o fato de o exército dos Estados Unidos ter treinado cerca de 10 mil homens na região somente no ano de 1998. Além disso, aumentou também a exportação de armas para a região, que atingiu quase um bilhão de dólares em 1999. O estudo questiona a atuação contra-insurgente do exército norte-americano. "O exército deveria reconhecer que treinou alguns dos piores violadores de direitos humanos", assinala o estudo.



Juan Somavia (à esquerda), diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e consultor da revista 'cadernos do terceiro mundo', cumprimenta o presidente norte-americano Bill Clinton, logo após uma convenção da OIT onde foi aprovada uma resolução que proíbe o trabalho infantil



Militares mexicanos procuram ossadas humanas em uma fazenda a poucos quilômetros da cidade de Juarez, onde a polícia está investigando a existência de cemitérios clandestinos que poderiam conter vítimas do narcotráfico. Nos primeiros dias da operação, foram encontrados dois cadáveres ainda não identificados

Comércio

Brasil denuncia protecionismo dos EUA

Segundo o governo e empresas do Brasil, o abuso dos mecanismos antidumping, praticado especialmente pelos Estados Unidos, constitui uma forma de protecionismo que deve ser revisada em futuras negociações. As medidas antidumping formam parte de um conjunto de numerosas restrições impostas pelos Estados Unidos contra os produtos mais competitivos do Brasil, como o suco de laranja, açúcar, etanol e calçado, e também o aço. As perdas brasileiras decorrentes desse tipo de medidas explicam em grande parte a inversão na balança comercial entre ambos os países. Até 1993, Brasil obtinha um superávit. Em 1997, o déficit era de 4,43 bilhões de dólares.

O fracasso da Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) frustrou a pretensão brasileira de reivindicar uma "revisão profunda" da questão.

"As regras da OMC, tal como se aplicam, para conter exportações a um preço supostamente inferior ao custo de produção, se converteram em um protecionismo disfarçado", disse o chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampréia.

O Japão e a União Européia também propunham modificações sobre dumping, diante do que consideram abusos norte-americanos, em defesa de suas indústrias obsoletas, como as siderúrgicas. Os empresários de ambos os países definem as ações antidumping como armas viciadas.

As dezenas de ações contra as empresas siderúrgicas brasileiras, por parte dos Estados Unidos, e também da Argentina, têm, além de tudo, um efeito seletivo.

Suas mercadorias são os produtos acabados, de maior valor agregado. "Por isso as exportações brasileiras de aço laminado, que representavam 57% do total, em 1993, caíram para 34% este ano", lamentou Antônio José Polanczyk, presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

A receita obtida no mercado externo pelo setor siderúrgico brasileiro foi de 2,4 bilhões de dólares em 1999, com uma redução de 14,3% em relação a 1998.

As barreiras comerciais contribuem para essa queda, junto com a baixa de preços e a desvalorização da moeda brasileira.

Uruguai

Líder do desenvolvimento humano

O Uruguai registrou em 1999 o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América Latina, segundo informa o escritório de Montevideu do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atualizando e corrigindo dados anteriores. O documento, o primeiro deste tipo produzido no Uruguai, foi como um presente do representante do PNUD ao presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti, cujo mandato cessa no próximo primeiro de março.

O trabalho de 130 páginas foi elaborado por especialistas convocados pelo PNUD, que estudaram a evolução do desenvolvimento humano e da pobreza desde 1985, quando o Uruguai retornou às instituições democráticas, após 12 anos de ditadura militar. O último relatório difundido deixava o país em terceiro lugar na América Latina, atrás da Argentina e do Chile. Mas agora, ao corrigir-se o IDH considerando a mudança na redistribuição de renda, o Uruguai passa a ocupar o primeiro lugar, aparecendo como o mais justo entre as demais nações. Ele é seguido, na região, por Chile, Argentina, Costa Rica, Venezuela, México, Panamá, Colômbia, Equador e, em décimo lugar, o Brasil. "Com menos território e menos população que a maioria dos países do hemisfério, sem petróleo nem grandes riquezas naturais, nós, uruguaios, temos chegado mais longe que praticamente toda a nossa região e estamos entre os países de mais alto desenvolvimento humano", assinalou Sanguinetti, aproveitando a deixa do relatório. O estudo do PNUD indica que o Uruguai se distingue por um desenvolvimento social mais elevado do que o de seus parceiros latino-americanos não somente devido ao seu nível de desenvolvimento econômico, como a uma preocupação de justiça social, cuja continuidade foi favorecida, no decorrer deste século, por uma estabilidade relativamente alta. Os especialistas ressaltaram que essas conquistas não foram "fórmulas mágicas". Decorreram de negociações políticas com alta participação social nas decisões distributivas, que de forma gradual e sem choques muito fizeram avançar o desenvolvimento humano do povo uruguaio.

Porto Rico

Protestos contra presença dos EUA

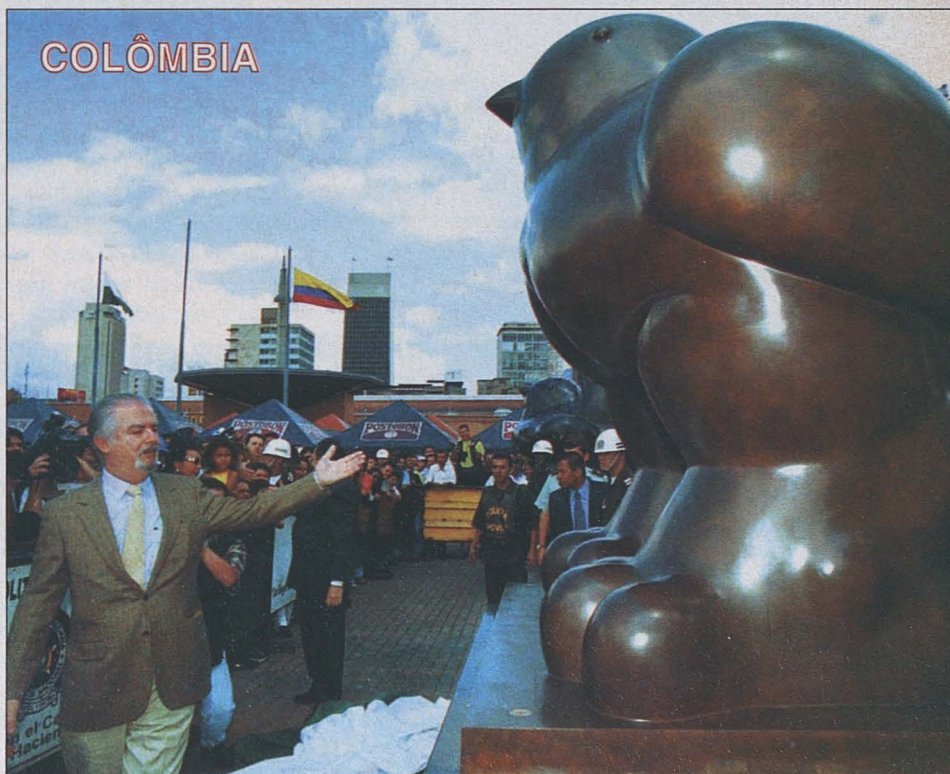
Os protestos contra a presença militar norte-americana na ilha de Vieques, em Porto Rico, completaram oito meses e os manifestantes continuam decididos a expulsar a marinha norte-americana do lugar.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ocuparam a maior parte dos 13 mil hectares da ilha, que passou a ser usada para a prática de tiro durante os últimos 60 anos. Em abril de 1999, uma bomba lançada por um avião matou um civil de Vieques. O caso foi a gota d'água para que os 9.400 habitantes da ilha se revoltassem e incentivassem a ocupação da área por viequesenses e porto-riquenhos, que passaram a acampar no local, procurando colocar um fim aos lançamentos de bombas servindo de escudos humanos.

Mas a marinha norte-americana manifestou a intenção de continuar

seus treinamentos em março desse ano, apesar da presença dos manifestantes. O presidente Bill Clinton fez uma proposta para solucionar o caso pacificamente. A marinha continuaria seus exercícios por 90 dias no ano sem utilizar munição ativa, e se retiraria em cinco anos, mas somente se encontrar um lugar substituto. Clinton também ofereceu uma indenização de 40 milhões de dólares aos habitantes de Vieques.

O governo porto-riquenho, que apóia oficialmente a retirada da marinha norte-americana do território, classificou a proposta de "inaceitável". Manuel Ojeda, líder do grupo Los Macheteros, que defende a independência de Porto Rico, disse que se a Marinha norte-americana lançar mais bombas em Vieques também o seu grupo se reserva o direito de jogar bombas.



O pintor e escultor colombiano Fernando Botero doou 70 obras para a cidade de Medellín, na Colômbia, a 450 quilômetros da capital, Bogotá. A cidade está organizando uma exposição com as obras de Botero, que se notabilizou pelas formas excessivamente arredondadas dos objetos esculpidos

Paraguai Oviedo some

O ex-general Lino Oviedo fugiu de seu exílio na Patagônia, Argentina, e os rumores sobre o seu possível retorno ao Paraguai aumentaram a instabilidade do governo e a possibilidade de intervenção militar, colocando à mostra a crise que atravessa o país. Oviedo foi condenado a dez anos de prisão por uma tentativa fracassada de golpe de Estado em 1996, e as autoridades paraguaias o acusam de ser o autor intelectual do assassinato do vice-presidente Luis María Argüña, em março do ano passado, fato que precipitou a queda de Raúl Cubas, seu aliado político, hoje exilado no Brasil. Recebeu asilo na Argentina em março de 1999, após deixar o Paraguai em consequência da queda de Cubas.

Versões contraditórias sobre o paradeiro do general, que surgiram de funcionários argentinos que o custodiavam, geraram uma onda de rumores semelhantes às que derrubaram o governo de Cubas. O presidente González Macchi teve uma reunião de urgência com os comandantes militares e policiais, o ministro de Defesa Nacional e os secretários da Presidência. Ele determinou o fim do enquadramento do exército, decidido na sua ausência. Quando começaram os rumores sobre o regresso de Oviedo, o presidente estava no Uruguai, participando de uma reunião

de cúpula do Mercosul, e depois viajou para a Argentina para assistir à posse do presidente Fernando De la Rúa.

As versões a respeito da presença do ex-general no Paraguai partiram da sua própria esposa, Raquel Marín de Oviedo, e dos seus advogados, Federico Pintos, Carlos Galeano Perrone e Max Narváez. Ao mesmo tempo, uma entrevista pelo celular com uma pessoa com voz parecida com a de Oviedo e que se identificou como sendo ele próprio foi ao ar na cadeia de televisão CBS, de Miami. O entrevistado assegurou que seria o próximo presidente paraguaio porque o atual governo não estaria cumprindo a Constituição nem convocaria eleições.

"Estou dentro do território nacional, com meus queridos camponeses, que tanto amo", disse a pessoa identificada como Oviedo através da CBS. O entrevistado se referiu também à dramática situação social do país, onde "crianças morrem sem antibióticos, afetadas por raquitismo e cretinismo". O ministro do Interior, Walter Bower, assegurou que Oviedo não está em território paraguaio e afirmou que o ex-general "se aproveita da fome, das necessidades e das misérias" do povo para realizar propaganda política.

O paradeiro de Oviedo continua um mistério. Um fazendeiro paraguaio, Miguel Angel Zelada, disse ao diário *Clarín*, de Buenos Aires, que Oviedo está em uma de suas propriedades e "quer garantias" da Corte Suprema de Justiça "de não aparecer enforcado numa cela", caso

se entregue. Já o deputado ovidista Luis Villamayor assegurou que o ex-general está no Paraguai, apesar de o país "não oferecer nenhuma garantia política, jurídica nem física". Cartas de Oviedo a outros exilados paraguaios na Argentina sugerem que os serviços de Inteligência do ex-presidente Carlos Menem estavam cientes de sua fuga e poderiam estar protegendo-o enquanto procura um novo país que lhe dê asilo ou se decide a entregar-se à Justiça paraguaia.

Uma terceira opção foi levantada pelo advogado argentino Federico Pintos. Ele disse que Oviedo "não deveria entregar-se até que exista uma lei de pacificação no Paraguai e eleições livres sejam convocadas". O que não ficou claro é se Oviedo deixou a Argentina um dia antes da posse de De la Rúa temendo sua extradição ou se quis aproveitar a ausência de González Macchi para voltar ao Paraguai, apostando em uma sublevação militar e de parte dos camponeses, que obrigaria o governo a convocar eleições antecipadas.

Há algumas semanas circulam versões sobre a possibilidade de um "golpe para convocar novas eleições" por parte de militares antiovidistas, que desejariam derrubar González Macchi antes que o próprio Oviedo o fizesse.

O presidente do Partido Liberal Radical Autêntico, Julio César Franco, alertou sobre os riscos de "um retrocesso autoritário".

O presidente peruano Alberto Fujimori anunciou, no final do ano, sua intenção de ser, pela terceira vez consecutiva, presidente do Peru. Os partidos opositores ao regime consideraram a atitude de Fujimori inconstitucional, mas o presidente ganhou, na Justiça, o direito de se candidatar nas eleições presidenciais que se realizarão no dia 9 de abril



EUA

Poucos milionários, milhões de pobres

Um relatório divulgado pelo grupo de pesquisa Unidos por uma Economia Justa (UFE) expôs as contradições do desenvolvimento econômico norte-americano. Segundo a UFE, os Estados Unidos produziram, na última década, mais de 200 novas fortunas individuais acima de um bilhão de dólares, mas o país levou à pobreza cerca de outros três milhões de habitantes.

O estudo cita o caso de Bill Gates, proprietário da Microsoft e um dos 268 milionários com fortuna acima de um bilhão de dólares. Há 10 anos, Gates tinha 2,5 bilhões de dólares, o equivalente ao Produto Nacional Bruto da Nicarágua. Hoje, o milionário detém 85 bilhões de dólares, aproximadamente a

produção econômica de todo o istmo centro-americano e mais Bolívia, República Dominicana, Haiti e Jamaica.

Em contrapartida, os operários assalariados ainda não recuperaram o mesmo nível salarial da década de 70 (o poder aquisitivo do salário mínimo é 27% menor do que em 1968) e um a cada oito norte-americanos vive abaixo da linha de pobreza, sendo que 5,1% da população vive em estado de pobreza extrema.

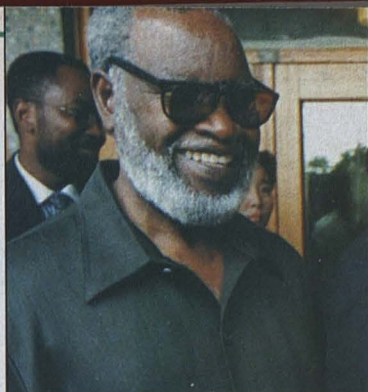
A receita dos diretores-executivos das principais companhias do país é 419 vezes maior que a receita média de um operário e, segundo o estudo, a tendência é que essa disparidade aumente para 619 vezes no final do ano 2000.

Namíbia

Nova vitória da Swapo

A Organização Popular do Sudoeste Africano (Swapo), o partido situacionista da Namíbia, e o presidente Sam Nujoma, conquistaram a segunda reeleição consecutiva, com uma nítida vitória no início de dezembro. A Swapo teve 408.174 votos (76%) para o Poder Legislativo e Nujoma obteve 414.096 votos (77%) para ser reconduzido à Presidência, ultrapassando os 74% obtidos em 1994.

O triunfo da Swapo, que governa o país desde a independência em 1990, era previsível, mas muitos analistas acreditavam que o partido po-



O presidente Sam Nujoma foi o grande vencedor das eleições gerais namíbias

deria perder a histórica maioria de dois terços no Parlamento devido ao aumento do desemprego, corrupção e críticas à participação no conflito da República Democrática do Congo. Com essa maciça votação, a Swapo obteve 55 das 72 cadeiras do Congresso, duas a mais do que em 1994, quando o candidato da oposi-

tora Aliança Democrática Turnhalle (DTA), Mishack Muyongo, obteve 23% dos votos. Muyongo está refugiado na Dinamarca após o fracasso de sua participação na tentativa de insurreição separatista na região noroeste de Caprivi, no início de 1999. Seu afastamento do cenário político significou o declínio do DTA.

O novo líder do partido, Katutiire Kaura, mostrou-se confiante durante as eleições e afirmou que seria o novo presidente, mas seu partido foi substituído como principal força da oposição pelo Congresso de Democratas (CD), cujo dirigente, Ben U-lenga, conseguiu mais votos que Kaura.

No primeiro discurso de seu novo período de governo, Sam Nujoma disse que as eleições "mostraram ao mundo que a democracia está consolidada em uma Namíbia unida e pacífica".

Sudão

Presidente dissolve o Parlamento

O presidente do Parlamento do Sudão qualificou de "golpe de Estado" a dissolução das câmaras e a declaração do estado de emergência decretado pelo presidente Omar Hassan al Bashir. "O presidente deu um golpe contra o povo que o levou ao poder. O que aconteceu é o contrário da Revolução para a Salvação Nacional, de 1989", protestou o líder parlamentar Hassan Abdalla al Turabi, que controla um grupo de milicianos islâmicos. Al Turabi apoiou o golpe militar que dera o poder a Al Bashir, em 1989, e que instituiu o atual regime fundamentalista islâmico.

Desta vez, advertiu, a situação não é a mesma. "O povo tem que fazer algo para deter os golpistas", disse. O presidente Bashir justificou a medida em conferência de imprensa realizada em Cartum. "Decidi ser o único líder do Sudão porque no passado, quando éramos dois (ele e Turabi), era difícil atuar como presidente. Dois líderes rivais podem afundar qualquer sistema", afirmou. Por outro lado, Bashir anunciou que não abolirá o controverso fundamentalismo islâmico instaurado por Turabi. "Nada nos obrigará a abandonar as regras do Islã, porque pagamos com nosso sangue o preço de

implementá-las", afirmou o presidente. O decreto de Bashir fechando o Congresso foi feito enquanto o Poder Legislativo, liderado por Turabi, se dispunha a votar pela destituição do presidente. As diferenças entre ambos se agravaram em setembro quando Turabi, de 69 anos, conseguiu derrotar Bashir ao ser nomeado secretário-geral do Congresso Nacional.

Bashir assinou, no mês passado, em Djibuti, um importante acordo de paz com Sadiq al Mahdi, que governava o país quando deu o golpe de Estado, em 1989. O acordo fortaleceu a posição de Bashir, até então vulnerável, já que Mahdi foi dirigente da Aliança Democrática Nacional, uma coalizão de partidos opositores guerrilheiros que conta entre sus membros com o poderoso Exército Popular de Libertação de Sudão (SPLA).

Desde 1983 o SPLA luta para obter a independência do sul do país, de maioria cristã e praticante de cultos tradicionais, enquanto que no norte predominam os muçulmanos. O líder do SPLA, coronel John Garang, condenou o acordo de Djibuti e chamou a depor o governo do Sudão.

COSTA DO MARFIM



Na véspera do Natal, o general Robert Guei (dir.) tomou o poder na Costa do Marfim e formou um governo de transição, suspendendo o pagamento da dívida externa e prometendo melhores salários. Na foto, o general aparece ao lado de M'Boua Christophe (à esq.), ministro das Relações Exteriores, e do ministro das Finanças (atrás de Guei), N'golo Coulibaly



PALESTINA

Segundo um processo de negociações, cuja mais recente etapa foi o acerto de percentuais de devolução territorial feito em setembro de 1999, até dia 20 de janeiro a Autoridade Nacional Palestina assumiu o controle de 40% da Cisjordânia. A foto à esquerda mostra soldados recolhendo a bandeira de Israel do campo militar de Mahaneh Yosef, na Cisjordânia, que passa agora a ser controlado pelos palestinos, que hastiam, sob chuva, a sua bandeira (à direita). O acordo assinado pelos dois países coloca um fim ao impasse entre judeus e árabes sobre a questão da transferência dos territórios ocupados



SÍRIA - ISRAEL

O presidente norte-americano Bill Clinton acompanha o primeiro-ministro israelense Ehud Barak (à esq.) e o chanceler da Síria, Farouk al-Shara, durante as negociações de paz em Sheperdstown, EUA, entre Síria e Israel, sobre o futuro do Golã, território sírio ocupado por Israel. A fixação das novas fronteiras entre ambos países é um dos pontos mais difíceis da negociação

Chipre

ONU manterá força de paz

O Conselho de Segurança da ONU prolongou por seis meses o mandato da força de paz em Chipre enquanto os dirigentes da ilha dividida seguem negociando a reunificação. O voto por unanimidade ocorreu 12 dias após as "conversações de aproximação" que se realizam na sede da ONU, em Nova Iorque, entre os dirigentes das comunidades grega e turca do Chipre, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e outros altos funcionários. A resolução autorizou até o dia 15 de junho de 2000 a presença da Força de Manutenção de Paz da ONU em Chipre que já está na ilha há 35 anos. O país está dividido desde que forças turcas invadiram e ocuparam o norte da ilha, em 1974, após um golpe de Estado contra o governo cipriota ligado à ditadura militar que então governava a Grécia.

O presidente do Chipre, Glafcos Clerides, e o dirigente turco cipriota Rauf Denktash concordaram em negociar no âmbito da ONU, sendo que cada líder se reuniu por separado com Annan e com seu assessor especial em Chipre, Alvaro de Soto. "Tenho esperanças num acordo", declarou Annan.

Sri Lanka

Reprimir separatismo

Após ser reeleita por uma contundente maioria, a presidenta do Sri Lanka, Chandrika Kumaratunga, prometeu reprimir os separatistas e colocar em prática o plano de paz prometido há seis anos. Longe de amedrontá-la, o atentado que sofreu pouco antes da votação aumentou sua decisão de "forma incalculável", segundo declarou a própria Kumaratunga pouco depois de prestar juramento e assumir seu segundo mandato de seis anos.

"Quero avisar àqueles que, por ato ou omissão, apóiam o terrorismo, que seus dias estão contados", declarou num duro discurso em que anunciou seus planos de governo. Kumaratunga obteve 51,1% dos votos, contra os 62% que havia obtido nas eleições de 1994. Seu principal rival, Ranil Wickremasinghe, do Partido Nacional Unido (PNU), conseguiu 43,7% dos votos.

Calcula-se que 75% dos 11 milhões de eleitores foram às urnas para escolher entre 11 candidatos à presidência. Ainda

que não se possa atribuir o alto comparecimento à solidariedade com Kumaratunga, o fato é que, até o atentado, a corrida presidencial estava muito equilibrada e muitos eleitores pareciam decepcionados com as promessas não cumpridas de pacificação por parte de Kumaratunga.

A violência tomou conta do último mês de campanha eleitoral. O número de vítimas fatais aumentou abruptamente após dois ataques a bomba em Colombo, a capital. A presidenta foi ferida no rosto num ataque terrorista tamil que causou a morte de 25 pessoas. Em outro lugar, uma bomba explodiu num ato do opositor PNU e matou pelo menos nove pessoas. Ambos os incidentes foram atribuídos aos rebeldes separatistas Tigres de Tamil, que costumam nunca reivindicar a autoria de seus atentados.

Em 1994, os guerrilheiros assassinaram Gamini Dissanayake, candidato do PNU às eleições presidenciais e, em 1991, mataram o ex-primeiro-



Soldado passa pelo cartaz da campanha da presidenta Kumaratunga

ministro indiano Rajiv Gandhi, que se preparava para regressar ao governo na vizinha Índia. Kumaratunga declarou aos ministros reunidos na cerimônia de posse que se considera a única líder capaz de conduzir o Sri Lanka à paz.

"Sofri como toda a nação, nas perdas de meu pai e meu marido, e num atentado que só por milagre não me custou a vida", disse a presidenta. O seu pai e o seu marido, ambos políticos de expressão, foram mortos em atentados pelos separatistas.

O próximo passo de Kumaratunga pode ser a convocação de uma reforma constitucional para mudar o sistema de governo, paralisado pela oposição parlamentar. Isso seria feito mediante a dissolução do Legis-

lativo e a designação de uma Assembléia Constituinte.

A frágil maioria parlamentar de Kumaratunga impediu a aprovação do plano de paz que havia prometido em 1994. No Sri Lanka, são necessários dois terços dos votos dos deputados para a aprovação de uma reforma constitucional.

A analista política Jehan Perera, chefe de imprensa do Conselho Nacional de Paz, considera possível que a presidenta designe uma Assembléia Constituinte para aprovar as reformas com uma maioria simples.

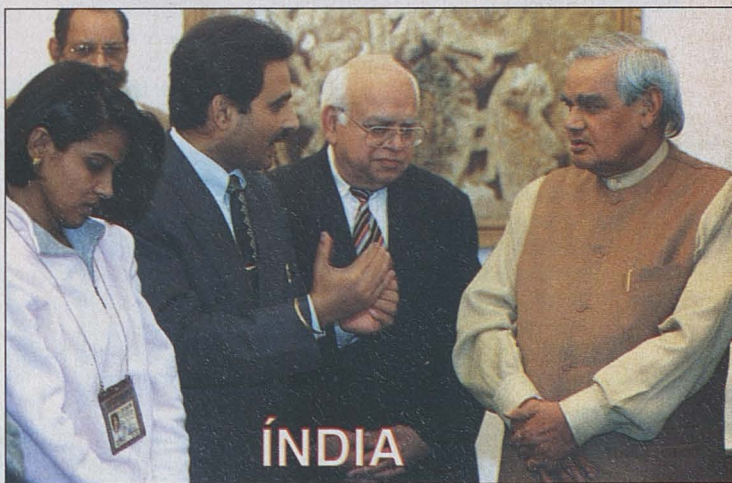
Em 1972, a mãe de Kumaratunga, Sirimavo Bandaranaike - a primeira mulher do mundo a ocupar uma chefatura de governo - estabeleceu uma Assembléia Constituinte para aprovar uma nova Carta Magna para o Sri Lanka. Kumaratunga "destacará que tem um mandato claro, superior a 50% dos votos, para aplicar o plano de paz e recorrer a estas medidas. Tem a luz verde das massas para realizar reformas constitucionais", comentou Perera. Os rebeldes tamils lutam contra as forças do governo há 16 anos por um estado independente de minoria étnica tamil no norte e leste da ilha do Sri Lanka.

Macau

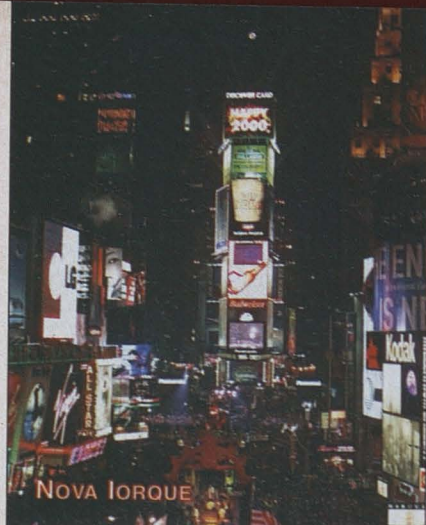
China recupera enclave

Macau, último enclave europeu na Ásia e último vestígio do colonialismo português, foi devolvido à China no dia 19 de dezembro. Após 442 anos de domínio, Portugal perde sua última possessão ultramarina, enquanto os chineses retomam seu último bastião territorial sob domínio estrangeiro, dois anos depois de recuperar Hong Kong. Macau terá uma administração especial, nos mesmos moldes de Hong Kong. "Um país, dois sistemas. Esta é a fórmula", assinalou o presidente chinês Jiang Zemin durante as festividades.

Além de Zemin, a cerimônia que marcou a devolução de Macau foi acompanhada pelo presidente português Jorge Sampaio e pelo último administrador da província, Vasco Rocha Vieira, que recebeu das mãos de um soldado chinês a bandeira de Portugal, substituída pela chinesa e pela macaense, recém-criada. A maioria da população de Macau é de origem chinesa e se manifestou feliz em ter um governo chinês, mesmo estando apreensiva com o futuro da província de 430 mil habitantes no novo sistema.



Devi Sharma (segundo à esq.), piloto do Airbus da Indian Airlines, seqüestrado no final de dezembro, relata o fato ao primeiro-ministro indiano, Atal Vajpayee (à dir.). O seqüestro durou sete dias e terminou com a libertação dos 150 reféns que foram trocados por três dirigentes guerrilheiros islâmicos da separatista Caxemira. Em seguida, os seqüestradores fugiram num ônibus para destino ignorado



NOVA IORQUE



ALEMANHA



BRASIL



EGITO

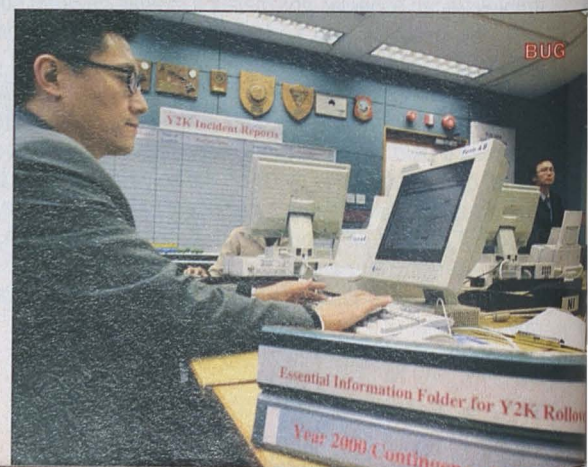


PERU

Apesar de não ter sido a virada oficial do milênio, o réveillon do ano 2000 foi celebrado com muita festa em todos os cantos do planeta. No alto, à esquerda, a tradicional comemoração no Times Square, em Nova Iorque, que mostrou no telão a festa acontecida uma hora antes, em Copacabana, no Rio, onde cerca de três milhões de pessoas assistiram ao espetáculo pirotécnico. Em Java, na Indonésia, um líder budista acendeu 100 mil velas para dar as boas-vindas ao ano novo. Muitos efeitos especiais e jogos de luz marcaram a entrada do ano em Frankfurt, na Alemanha, enquanto no Cairo, capital do Egito, o show ficou por conta do francês Jean-Michel Jarre, ao lado das pirâmides especialmente iluminadas. Um grupo de bailarinos executou a "dança da lua", nas ruínas de Sacsayhuaman, em Cuzco, no Peru. Abaixo, à direita, o tão esperado bug do milênio ficou somente na ameaça, graças a altos investimentos das empresas para ajustar os computadores para a nova data.



INDONÉSIA



BUG

Gente



O líder timorense Xanana Gusmão e o presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, num encontro histórico em Jacarta. Os dois se encontraram para tentar estreitar relações entre a Indonésia e o futuro Estado de Timor Leste. Tropas indonésias ocuparam o território do Timor Leste em 1975 e, na repressão aos patriotas, assassinaram mais de 200 mil pessoas, quase um terço da população do país

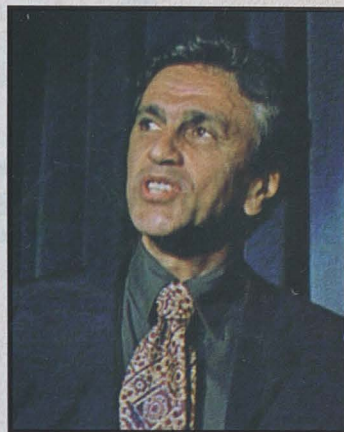


Em recente reunião do seu Conselho Político Nacional, o PRI, partido situacionista do México, elegeu a advogada Dulce Maria Sauri Riancho para exercer a presidência desse partido. Ex-governadora do estado de Merida, Sauri vinha se desempenhando como secretária-geral do PRI. É a segunda vez que o PRI é presidido por uma mulher. A primeira foi a atual senadora Maria de los Angeles Moreno



O cineasta espanhol Pedro Almodóvar (centro), acompanhado da atriz espanhola Cecilia Roth (esq.). Almodóvar ganhou o prêmio de melhor diretor europeu do ano e Roth o de melhor atriz, ambos pelo filme 'Tudo sobre minha mãe', escolhido o melhor filme europeu do ano

O compositor Caetano Veloso foi indicado para o Grammy, o Oscar do disco, pelo seu último CD, 'Livro', na categoria World Music, logo após receber o Prêmio Especial, por sua participação em músicas do cinema brasileiro, do XXI Festival de Cinema Latino-Americano, em Havana, Cuba (foto)



Morreu no dia 2 de janeiro, em Montevideu, Uruguai, Jose Maria Silva, considerado o fotógrafo oficial de Carlos Gardel. Nascido na Espanha, em 1897, Silva emigrou para o Uruguai com seis anos, conheceu Gardel em 1917 e tomou a série célebre de fotos do astro do tango no ano de 1933. Silva tinha 102 anos



A atriz italiana Sophia Loren, durante o lançamento de seu livro de receitas culinárias, em Milão. Sophia foi eleita recentemente a mulher mais bela do século

A histórica batalha pela SOBERANIA DO CANAL

Após 75 anos de luta, o povo panamenho ainda enfrenta obstáculos a vencer na reconquista do Canal

*Paulo Cannabrava Filho**

Estava estabelecido no chamado Tratado Torrijos-Carter que à zero hora do dia 1º de janeiro de 2000 não devia haver um só soldado dos Estados Unidos na área do Canal do Panamá, nem nada que significasse violação à soberania do país sobre todo o seu território. É um fato a ser comemorado por todos os povos da Terra, beneficiados pela situação geográfica panamenha que encurta caminho aproximando o Oriente do Ocidente.

Eu estava lá em setembro de 1977 quando foram firmados os novos tratados e também quando esses tratados entraram em vigor em outubro de 1979, dando início a um processo gradual de descolonização que culminou em 31 de dezembro de 1999. Há vinte anos, num dia pleno de emoções, a população do Panamá, empolgada, saiu às ruas para comemorar o fato de entrar no território da Zona do Canal sem pedir licença.

O general Omar Torrijos, protagonista maior dessa batalha, foi um dos personagens mais impressionantes entre os líderes políticos das últimas décadas. Gabriel García Márquez, Graham Greene, os grandes líderes políticos e os revolucionários que eram as principais manchetes nos anos 60 e 70 nutriam por ele uma grande admiração e respeito.

Fidel Castro dizia que Torrijos era um homem muito especial e com ele concordavam homens como o marechal Tito, da Iugoslávia, o ex-presidente James Carter, Muamar Kaddafi, da Líbia, e até Menahem Beguin, de Israel. Ele conseguiu unanimidade em apoio à sua causa de libertação do Panamá.

Como ascendeu ao poder através de um golpe contra um presidente eleito em 1968, Torrijos foi logo chamado de ditador. Ele respondeu dizendo que ditadores eram os governos oligárquicos que usavam a Guarda Nacional para reprimir os movimentos populares em suas legítimas reivindicações. E garantiu que ele jamais comandaria essa Guarda contra seu povo.

No poder, Torrijos colocou como objetivo maior a recuperação da plena soberania do país sobre todo seu território. Para isso precisava ter o povo unido a seu lado. E satisfazer, ainda que minimamente, os anseios de democracia com justiça social. De fato não teve dificuldade em conseguir uma interação com o povo, porque era parte dele. Chamou então os intelectuais e os líderes das organizações sociais para apoiar a luta pela descolonização do Canal e em favor de um programa de desenvolvimento integrado nos aspectos econômico, social, cultural e político.

Mas bastou anunciar que seu objetivo era recuperar a soberania do Canal para o governo dos Estados Unidos o

considerar como inimigo a ser esmagado. Como de hábito, logo começou a conspiração para derrubá-lo.

Não importa aqui contar os antecedentes históricos da nação panamenha, mas não se pode deixar de mencionar alguns fatos que são indispensáveis para um bom entendimento de todo esse episódio.



Depois das guerras de independência contra a Espanha, devido às circunstâncias da época, o Panamá foi anexado à Colômbia. Começou então uma nova luta pela independência. Nos Estados Unidos começara a corrida ao ouro da Califórnia.

Para levar esse ouro da costa oeste para a costa leste, era mais vantajoso fazer a travessia do istmo centro-americano por território panamenho, mesmo em lombo de burro, do que cruzar o território dos Estados Unidos, cheio de índios ou dar a volta pelo Cabo de Hornos, no extremo sul do continente.

Daí o porquê do apoio dos Estados Unidos às pretensões independentistas da oligarquia local panamenha. E fez-se a independência. O custo no entanto

foi muito alto. Os Estados Unidos praticamente impuseram à jovem República em 1903 um tratado para a construção e exploração de um canal interoceânico. Por incrível que pareça, um tratado perpétuo.

Depois de quase dez anos e milhares de mortos, em 1914 o canal ficou pronto. Os mortos eram negros das Antilhas britânicas e chineses que formavam o exército de trabalhadores. É uma obra de engenharia ciclópica considerada uma das maravilhas do mundo moderno. Porém, só funciona em absoluta dependência dos recursos naturais do Panamá: sua geografia, sistema de chuvas e bacia hidrográfica.

A importância estratégica do canal é incalculável. Sem o Canal, para nave-

gar da Califórnia a Nova Iorque, eram precisos meses para dar a volta pelo Estreito de Magalhães. Com a eclosão da primeira guerra e logo depois da segunda, a Zona do Canal se transformou num enclave militar. Na realidade, todo o território panamenho foi semeado de bases norte-americanas. Em 1945 eram mais de 100.

Um bom negócio

Para os EUA, além da questão estratégica militar, o Canal tinha interesse econômico. Era um bom negócio. Em 56 anos de exploração do Canal, os Estados Unidos ganharam 13 bilhões de dólares. Só com a cobrança do pedágio arrecadaram três vezes mais do que gastaram para construir todo o complexo. Durante a Segunda Guerra Mundial, o exército norte-americano economizava mais de 200 milhões anuais pelas facilidades oferecidas pelo Canal.

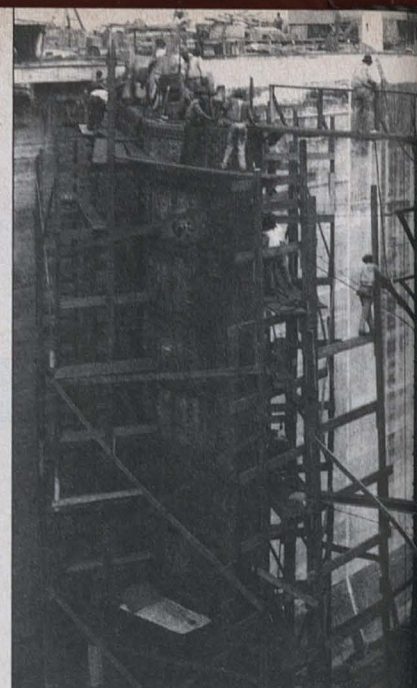
Os conflitos entre a população panamenha e os militares norte-americanos sempre foram uma constante. O Panamá era o país da quinta fronteira: limitava ao norte com o Atlântico, ao sul com o Pacífico, ao leste com a Colômbia, a oeste com a Costa Rica e ao centro com os Estados Unidos. Da Cidade do Panamá, no litoral Pacífico, ou em Colón, no Atlântico, atravessando-se uma rua, se entrava na área exclusiva da Zona do Canal.

Além dos militares das bases, a maioria dos funcionários operativos e administrativos da Companhia do Canal era originária dos Estados Unidos.

As leis dentro dessa faixa de 80 km de comprimento por oito de largura eram



Presidentes e chefes de Estado que participaram da cerimônia oficial de transmissão de posse do Canal do Panamá, diante das eclusas de Miraflores. Ao lado da presidente panamenha, Mireya Moscoso, o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter e o rei Juan Carlos, da Espanha



Operários trabalham na represa que formaria o Lago de Gatún (à esq.) e na construção da comporta de Gatún (centro). À direita, o navio norte-americano SS Ancon cruza o Canal no primeiro dia de funcionamento. De acordo com a Comissão do Canal do Panamá, desde a inauguração, 825 mil embarcações cruzaram suas águas, economizando 4.800 km que teriam de cumprir se passassem pela América do Sul

as do estado de Alabama. Leis de um estado racista dentro de um país negro-mulato. Os poucos panamenhos que trabalhavam na Companhia do Canal eram discriminados.

Exército de ocupação

Nessa franja, um verdadeiro enclave colonial, os Estados Unidos mantinham 50 mil homens entre técnicos, burocratas, empregados de serviços e soldados. Um verdadeiro exército de ocupação distribuído em 14 bases.

Das cinco bases mais importantes, só duas tinham o papel de defender o Canal: Fort Davis, no Atlântico, e Fort Clayton, no Pacífico, onde estava aquartelado o 4º Batalhão de Infantaria. O Fort Amador, no Pacífico, abrigava o QG da Marinha; o Fort Gulick era a sede da Escola das Américas; o Fort Sherman era onde treinavam os *rangers* que iam lutar no Vietnã. Com o fim da guerra do Vietnã, passou cada vez mais a servir para treinamento de tropas especiais de intervenção rápida e para treinar oficiais latino-americanos em técnicas de guerra de antiinsurgência.

Na base aérea de Albrook funcionava a Inter American Air Force Academy,

outro centro de treinamento para oficiais dos países amigos. Tropas especiais para intervenção rápida onde fosse necessário. A Escola das Américas, por sua vez, era o centro de adestramento de militares golpistas latino-americanos. Daí saíram ditadores como Somoza, da Nicarágua, Barrientos, da Bolívia, e tantos outros. Ali se ensinava tática antiinsurgência e práticas de tortura que se tornaram moda em nossos países.

De vocação pacifista, sem ter declarado guerra a ninguém, o Panamá estava exposto a uma represália por parte de países que estavam sendo agredidos por tropas e armas saídas de seu território.

Desde a construção do Canal já estavam presentes os fuzileiros navais em território panamenho, sob o pretexto de defender a obra. A partir de 1917 instalaram um comando, o Caribbean Defense Command, e em 1963, o Southern Command.

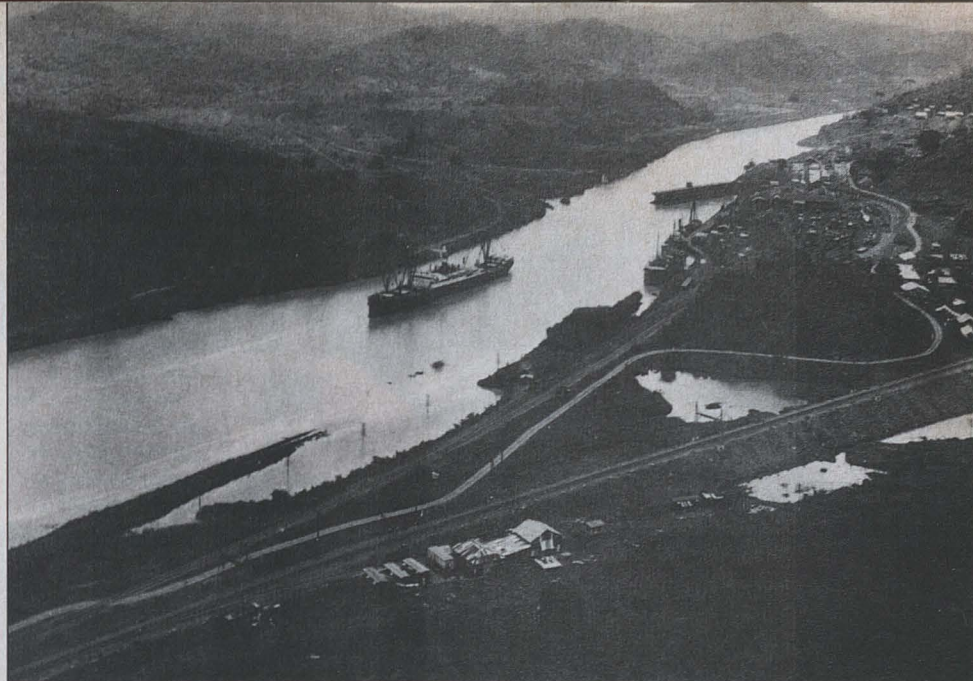
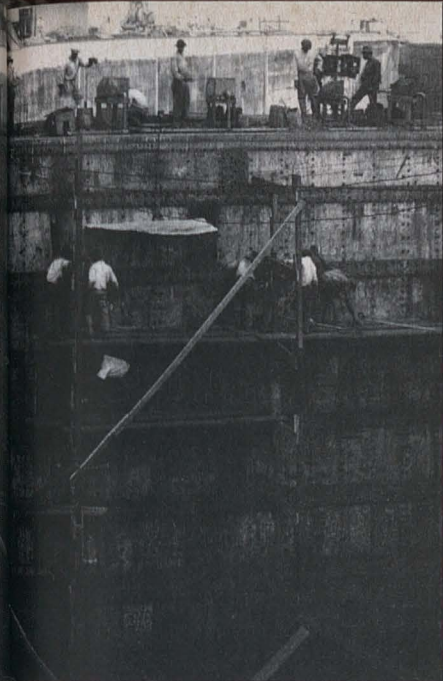
O pretexto era sempre o de defender o Canal. Não obstante, o general Torrijos convenceu a opinião pública, tanto dos Estados Unidos como da comunidade internacional, de que o Canal era indefensável; que poderia ser alvo fácil para qualquer míssil de curta, média e longa distância.

Alvo mais fácil ainda para qualquer ação de terroristas. Torrijos dizia que a maior garantia para a segurança do Canal era a sua neutralidade, e que isso só seria possível se operado por uma nação de paz. Com a assinatura dos Tratados Torrijos-Carter, o número de tropas norte-americanas de fato diminuiu para 10 mil e desde 31 de dezembro de 1999 é zero. Agora só pode haver na Zona do Canal tropas panamenhas.

A conquista da opinião internacional

O maior obstáculo enfrentado pelo general Torrijos foi a opinião pública dos Estados Unidos e, conseqüentemente, os órgãos de poder, principalmente a mídia, o Congresso e o Judiciário. Nenhum deles admitia, sob qualquer hipótese, perder o Canal do Panamá. Torrijos sabia que não ganharia essa guerra sem reverter essa expectativa.

Como o trauma do Vietnã ainda estava muito presente na sociedade americana, não foi difícil sensibilizar intelectuais, jornalistas e congressistas honestos, os quais passaram a apoiar a cruzada panamenha.



Omar Torrijos foi pessoalmente a vários países conversar com os líderes de projeção internacional da época para levar sua mensagem e formar a frente de apoio externo. Com esse apoio conseguiu convocar uma sessão extraordinária do Conselho de Segurança da ONU para debater a questão do Canal do Panamá. O Conselho, reunido no Panamá em março de 1973, reconheceu os direitos panamenhos sobre o Canal e, portanto, a justiça da descolonização. Os Estados Unidos foram derrotados por onze votos a zero. Mas impuseram seu veto.

Sem a coesão das frentes interna e externa e sem a firme decisão de Omar Torrijos, o Panamá nunca teria chegado à vitória. Quando finalmente os tratados foram assinados, faltava ainda uma outra batalha: para entrar em vigor, precisavam ser ratificados. No Panamá, foi por plebiscito. Nos Estados Unidos teriam que ser aprovados pelo Congresso. E a correlação de forças no Senado era visivelmente desfavorável. Torrijos conseguiu então com que cerca de metade dos senadores visitassem o Panamá para conhecer pessoalmente a situação.

Nesse período, o clima era de grande tensão. Em cartas aos senadores e em discursos para acalmar a juventude, dizia o general: "Se não haver um acordo satisfatório, ocorrerá, por combustão espontânea, uma explosão do povo panameño.

A Omar Torrijos restam dois caminhos à frente da Guarda Nacional: esmagar essa rebelião patriótica do povo ou conduzi-la. E eu não a vou esmagar!"

Se os senadores tivessem rechaçado os tratados, não haveria novas negociações. O dia 19 de abril de 1979 começaria uma nova etapa da luta. Disse Torrijos horas depois em coletiva de imprensa: "Quando a um povo lhe fecham todas as caminhos da negociação pacífica, aos dirigentes não resta outro caminho que o da luta de libertação nacional violenta."

De fato, estava tudo preparado e havia uma "senha" que faria explodir os pontos principais das eclusas, inutilizando o Canal para navegação. Torrijos lembrava que o líder nacionalista egípcio Gamal Abdel Nasser só conseguiu a soberania de seu país sobre o Canal de Suez depois que proibiu a sua navegação pelo em 1952.

De acordo com o planejado na Operación Potable, caso os senadores não ratificassem o tratado, um comando integrado por Machos del Monte, grupo especial da Guarda Nacional, atuaria ao ouvir a senha: *no son potables*. Felizmente, o grupo ouviu no rádio uma outra frase, indicando que deviam recolher-se à casa e comemorar a vitória: *son potables*.

Em 1º de outubro de 1979, entraram em vigência os novos tratados. Nesse dia

reverteu-se à soberania panamenha uma boa parte da área urbana da Zona do Canal.

À zero hora dessa segunda-feira, começou um fluxo contínuo de gente que disputava espaço na visita à área. O fluxo só terminaria no final da tarde: umas 500 mil pessoas entraram na Zona nesse primeiro dia. Metade da população da capital estava mobilizada. Omar Torrijos, que dizia não querer entrar na história e sim na Zona do Canal, não apareceu na concentração popular na praça nem em nenhum outro ato. Ficou recolhido em sua casa. Queria que o presidente eleito, Aristides Royo, presidisse os eventos. Não queria roubar-lhe o show.

Humilhação

Mas na passagem do século o povo panamenho compareceu às festividades com um sabor amargo de derrota atravessado na garganta. Primeiro, foi a morte do general Omar Torrijos Herrera em 1981, num acidente aéreo até hoje não muito bem esclarecido.

Depois, foi a humilhação de ter o país sido invadido por tropas dos Estados Unidos, em 1989, que depuseram um governo constitucional e impuseram um governo títere. Os EUA invadiram o Panamá e prenderam o general António Noriega, então no comando da Guarda



O general Omar Torrijos dedicou a sua vida à luta em favor do controle panamenho sobre o Canal. Após conseguir assinar os Tratados Torrijos-Carter, que consagravam o direito dos panamenhos ao controle dessa parte de seu território, o dirigente faleceu em um misterioso acidente aéreo, até hoje não esclarecido

Nacional. Como pretexto, acusaram o general de estar envolvido com o tráfico de drogas.

Fizeram a opinião pública aceitar a intervenção com o argumento de que era um problema ético. Não era. Era uma questão estratégica. Com Noriega no comando seria mais difícil deixar de cumprir os Tratados Torrijos-Carter. Se fosse uma questão moral, junto com Noriega deveriam ter sido presos oficiais e agentes de inteligência dos Estados Unidos que sempre foram seus cúmplices.



*Paulo Cannabrava Filho (à esquerda, na foto com Torrijos) viveu alguns anos exilado no Panamá, onde foi correspondente de **cadernos do terceiro mundo** e participou ativamente das lutas populares, muitas vezes ao lado do líder Torrijos. Em mais de uma oportunidade, Torrijos fez à nossa revista revelações importantes sobre as complexas negociações com os Estados Unidos. Cannabrava também trabalhou na Secretaria de Comunicação, pelo lado panamenho, da Comissão Panamá-Estados Unidos de Negociação dos Novos Tratados

Os panamenhos conseguiram livrar-se da ocupação norte-americana e retomar o caminho da construção da soberania. Mas não na plenitude. Nas primeiras eleições realizadas depois da invasão, o Partido Revolucionário Democrático, o PRD organizado por Torrijos para dar continuidade ao processo que iniciara, voltou ao poder. Mas até segmentos do alto escalão do torrijismo estavam contaminados e negociavam às escondidas como manter uma presença norte-americana após 1º de janeiro de 2000.

Aproveitando-se das contradições internas no PRD que o dividiram e debilitaram, os Estados Unidos ajudaram a eleger nas últimas eleições, realizadas em 1999, a presidenta Mireya Moscoso. Era a candidata do Partido Panamenhista, o mesmo que em 1968 fora aliado do poder pela Guarda Nacional. A nova presidenta é viúva do então chefe de Estado Arnulfo Arias Madrid, derrotado por Torrijos por seu servilismo aos Estados Unidos.

Era muito importante derrotar o torrijismo em 1999. Mal assumiu o poder a Sra. Moscoso, o Ministério de Governo e Justiça do Panamá subscreveram um convênio com a Agência de Inteligência e Defesa dos Estados Unidos que garante a Washington manter no Panamá um enorme aparato de espionagem, um exército de agentes, barcos militares e tropas.

Talvez por isso, para evitar possíveis inconvenientes, a cerimônia de transferência da soberania do Canal - prevista para o *réveillon* - foi antecipada e no dia 14 de dezembro houve um ato sem pompa e sem participação popular.

O convênio assinado em sigilo pelo governo panamenho, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, permite que os Estados Unidos continuem a ameaçar a paz mundial. Pelo convênio, Washington continuará escutando, através de suas bases de espionagem eletrônica situadas em território panamenho, as comunicações de todas as naves, aéreas ou navais, civis ou militares.

O acordo permite também que os agentes dos Estados Unidos abordem qualquer embarcação que navegue por águas de soberania panamenha. Além disso, estabelece uma promiscuidade comprometedora para o Panamá já que diz que tudo se fará de forma bipartite.

Apesar disso, os setores mais conservadores dos Estados Unidos continuam buscando pretextos para não cumprir com os tratados. Agora dizem que o Panamá entregou a administração do Canal a uma empresa de Hong Kong, o que vale dizer, aos arquiinimigos da China Comunista (*sic*). O próprio presidente Clinton negou no dia 8 de dezembro que haja na Casa Branca qualquer preocupação a respeito.

Na realidade, há três anos o Panamá fez um contrato de arrendamento por 25 anos das instalações portuárias para contêineres dos portos de Balboa, no Pacífico, e Cristobal, no Atlântico, para a Panamá Ports Company, uma sucursal da Hutchison Whampoa Limited, de Hong Kong. Trata-se, realmente, de uma empresa chinesa, porém especializada em carregar e descarregar barcos com contêineres, em muitos lugares do mundo. Só na Grã-Bretanha essa empresa opera quatro portos. E nunca um senador norte-americano disse que por causa disso a City estava a ser operada por comunistas. ■



Um país que renasce

Graças ao turismo, a ilha caribenha está vencendo a batalha do desenvolvimento. O desafio agora é a abertura política

Edouard Bailby*

Gaspar, artesão em Baracoa, a cidade mais ao leste de Cuba, tem um filho pequeno asmático. "Durante quatro meses este ano, conta, faltou o remédio de que precisa por causa do embargo norte-americano. Fiquei desesperado." Antigo combatente em Angola, onde passou 22 meses, sendo ferido duas vezes, não esconde a sua admiração por Fidel Castro. "Ele defende a nossa dignidade", diz. Mas acrescenta logo a seguir: "A vida aqui melhorou nos últimos três anos, infelizmente

ainda é muito difícil". Falta de transportes, falta de remédios, falta de sabonetes, cadernos escolares e aparelhos eletrodomésticos. Gaspar não compreende porque os norte-americanos são tão intransigentes com um pequeno país como Cuba quando nunca vacilaram em apoiar e financiar governos autoritários ou ditaduras na América Latina.

A minha conversa com Gaspar ocorreu casualmente um dia antes de que o pequeno Elian Gonzalez, de seis anos, fosse levado clandestinamente pela mãe num barco que acabou afundando em frente às costas da Flórida. (Ver seção Panorama Internacional). Recolhido pelos guarda-costas norte-americanos, o

garoto não foi autorizado a retornar ao seu país de origem onde moram o pai e os avós paternos e maternos. A população ficou revoltada. Além dos comícios diários frente à representação dos interesses de Washington em Havana, os cubanos deixaram diariamente durante alguns minutos os seus postos de trabalho para ouvir na televisão as últimas notícias.

As mães eram as mais exaltadas com o desrespeito dos Estados Unidos pelos direitos do pai. "A Cuba no poderá conquistá-la jamás!" repetem há anos os cartazes espalhados por toda a ilha. Mesmo os anticastristas do interior não compreenderam a atitude de Washington.

Turistas: um milhão e 700 mil

Acabei de passar três semanas em Cuba percorrendo o país de ponta a ponta para atualizar o meu guia, que será lançado na França em nova edição. Nessa viagem tive a oportunidade de falar com dezenas de cubanos de todas as profissões. Por causa do embargo norte-americano e do fim da ajuda da União Soviética, a vida continua difícil, às vezes insuportável. Mas Cuba está renascendo. Graças aos investimentos do Canadá e da União Européia, é impressionante a quantidade de hotéis, restaurantes e centros desportivos construídos para atender a avalanche de turistas estrangeiros: 1,7 milhão em 1999, contra 600.000 em 1993, ou seja, tanto quanto o Brasil, cujas estatísticas continuam confundindo turistas nacionais e estrangeiros. Os mais numerosos são os canadenses: 250.000. Eles viajam de Montreal a Havana em três horas e quinze minutos de voo. Vêm depois os alemães, italianos, espanhóis e franceses, estes em número de 120.000 e para os quais Cuba hoje é o principal destino na América Latina.

Brasileiros foram poucos este ano, mas os argentinos chegaram a ser mais de 50.000. Não faltam motivos para conhecer o "crocodilo verde" cantado em seus poemas por Nicolás Guillén: a arquitetura colonial em Havana e Trinidad, as praias maravilhosas na costa norte, o acolhimento caloroso dos cubanos, o ritmo frenético dos conjuntos de son, a infra-estrutura turística e afinal, a segurança. Ladrões há em Havana e Santiago, especialmente à noite, atraídos pelos turistas, mas ninguém é esfaqueado ou assassinado a tiros por alguns dólares. Quanto à prostituição, a polícia deu uma limpeza nas ruas há dois anos quando as *jineteras* começaram a proliferar, inclusive nos hotéis. Foram mandadas de volta para as suas famílias com sérias advertências. Hoje

muitos canadenses, europeus e argentinos viajam a Cuba com os filhos pequenos e às vezes os avós. O fenômeno é novo.

"Hasta la victoria siempre!" A histórica palavra de ordem de Chê Guevara aparece em edifícios ou à beira das estradas. Mas os turistas que viajam pela ilha em ônibus climatizados Volvo ou Mitsubishi parecem indiferentes às conquistas da Revolução. "Vim para passar uma semana na praia de Veradero e descansar. Se puder darei um pulo até Havana, a 140 km daqui, mas somente por

um dia", confessa uma canadense que possui no seu país 21 limousines e quatro rolls royces alugados por algumas horas aos ricos a preços exorbitantes.

Etapas dramáticas

No entanto, muitos turistas que imaginavam a ilha de Fidel Castro caindo aos pedaços ficam espantados com a capacidade de recuperação dos cubanos e a sua alegria de viver, malgrado os problemas diários. Quantos jornalistas da chamada grande imprensa ocidental

Nas escolas de Cuba, foram espalhados cartazes de apoio à volta do pequeno Elian ao convívio com o seu pai



Por toda parte é visível o fantástico esforço de Cuba para superar os seus problemas. Pequenos restaurantes foram abertos e hoje contribuem para melhorar a dieta dos cubanos

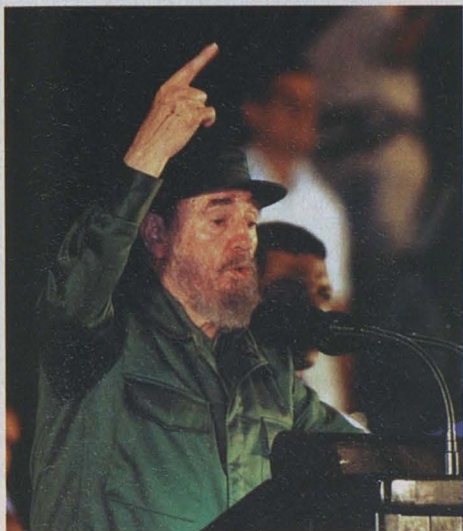


que se diziam bem informados não vaticinaram o fim da Revolução? É verdade que não era para menos. Quando os Estados Unidos iniciaram o bloqueio em 1961, Cuba teve de mudar por completo o seu parque industrial. Começaram a faltar peças sobressalentes para carros, ônibus, tratores e máquinas necessárias à produção do açúcar. Nem petróleo havia! Não fosse a União Soviética, que começou a comprar açúcar a preço acima do mercado mundial em troca de petróleo, Cuba teria mergulhado no caos.

Posteriormente, em 1970, quando todas as energias do país foram mobilizadas num impulso revolucionário, porém com a desorganização geral da economia, para alcançar a safra recorde de dez milhões de toneladas de açúcar, que finalmente chegou a 8,5 milhões, muitos pássaros de mau augúrio predizeram mais uma vez o fim da Revolução. Naquele ano, enviado especial da revista *L'Express*, percorri toda a ilha de carro. Não havia mais nada nas lojas, nem café para beber nos bares. Apenas água! Cheguei para o meu espanto a reconhecer os

sabores diferentes do precioso líquido da bica entre Havana, Cienfuegos, Santa Clara, Camagüey e Santiago. A situação parecia desesperadora. No entanto, Cuba conseguiu recuperar-se.

As coisas estavam melhorando quando veio o desmoronamento da URSS no início dos anos 90. Nova catástrofe! De repente, os soviéticos, que passaram a ser russos com Boris Yeltsin, deixaram de entregar o petróleo prometido desistindo ao mesmo tempo de comprar o açúcar cubano. Mais de 200 fábricas tiveram de parar, as obras da central nuclear de Cienfuegos não puderam ser concluídas e, por falta de petróleo, as máquinas nos canaviais tiveram de ser substituídas por 250.000 bois como nos tempos da colonização espanhola. Resultado: a produção de açúcar caiu em 1998 para pouco mais de 3 milhões de toneladas quando era superior a 7 milhões. Foi algo dramático!



Que acontecerá depois de Fidel? É a grande pergunta. 'Nada será como antes', afirmam os cubanos

Apesar de não ter uma vida folgada, o povo cubano não passa fome nem tem dificuldade para comprar roupas



Superando o isolamento

Para manter a sua independência e proteger as conquistas sociais da Revolução - principalmente ensino e saúde grátis para todos - Cuba teve de dar nova virada na sua economia. Aprovada pela Assembléia Nacional, uma reforma da Constituição autorizou a criação de empresas mistas (*joint ventures*) com capital estrangeiro sem afetar a soberania do país. Canadenses, alemães, italianos, franceses, suecos e sobretudo espanhóis começaram a investir milhões de dólares em Cuba não só no setor do turismo, hoje a principal fonte de renda do país, como na produção de petróleo e níquel, na montagem de veículos, na modernização dos aeroportos e das telecomunicações. Até a Souza Cruz, que distribui os cigarros cubanos, inclusive com a marca Hollywood, e a Petrobras, esqueceram o embargo norte-americano para participar do desenvolvimento de Cuba.

Mais de 345 *joint ventures* num país de apenas 11 milhões de habitantes estão ajudando direta ou indiretamente. Um vexame para os EUA que, apesar de todos os votos da Assembléia Geral da ONU - este ano somente eles e Israel aprovaram o embargo -, não conseguiram isolar a ilha.

Durante trinta anos após o início da Revolução, Havana só conseguiu manter ligações aéreas com México, Madrid, Praga e Moscou. Agora tudo mudou. Cuba tem linhas aéreas diretas com mais de 50 cidades no mundo, inclusive da América Latina. Na primeira semana de dezembro, o próprio governo norte-americano acabou autorizando a abertura de uma linha semanal entre Nova Iorque e Havana. Quatro companhias cubanas dispõem de DC-10, Airbus 320, ART-42 de fabricação franco-italiana, além de antigos aviões soviéticos e biplanos modernizados de 12 passageiros que datam da Segunda Guerra Mundial.

Qual foi o país que em 40 anos teve de mudar três vezes de estrutura econômica para resolver os seus problemas de sobrevivência? Hoje, graças ao turismo, Cuba está vencendo a batalha do desenvolvimento e dentro de dois ou três anos terá o maior complexo hoteleiro no Caribe. A cadeia espanhola Sol Melia já administra 14 estabelecimentos modernos e está construindo meia dúzia de hotéis, especialmente em Varadero, praia de 30 km de extensão na costa norte, e em Cayo Coco, pequena ilha de 370 km² no Oceano Atlântico chamada a ser um dos principais centros de turismo no país. Por toda parte é visível o fantástico esforço de Cuba para entrar na era moderna. No velho bairro de Havana, inscrito na lista do patrimônio mundial da Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os trabalhos de restauração dos prédios antigos continuam.

Até o famoso Malecón, cujas fachadas estavam desmoronando em consequência da maresia e da falta de manutenção, começou a ser restaurado. O mesmo está acontecendo em Trinidad, preciosa cidade de arquitetura colonial no sul da ilha, também tombada pela Unesco.

Um país sem favelas

Alguns perguntarão: e os cubanos nisso tudo? Percorri de ônibus mais de 1.300 km atravessando várias regiões: a província ocidental de Pinar del Rio, onde são produzidos os melhores charutos do mundo, os canaviais e as zonas pecuárias do centro, entre Havana, Cienfuegos e Trinidad, bem como a parte oriental do país entre Santiago e Baracoa, primeira cidade fundada pelos espanhóis em 1512, passando perto da base aeronaval norte-americana de Guantanamo.

Em comparação com os bairros da classe média na América Latina, as casas em Cuba são pobres e têm na maioria das vezes fachadas decrépitas que dão uma impressão de tristeza e subdesenvolvimento. No entanto, basta visitar o interior para verificar que os quartos são de uma limpeza exemplar. Não vi nenhuma favela nem crianças abandonadas, apenas vez por outra algum mendigo na porta das igrejas. Apesar das dificuldades econômicas, todo cubano é corretamente vestido e ninguém anda descalço. Carteira de racionamento em vigor há muitos anos, a *libreta* assegura o estrito mínimo a preços módicos. É verdade que não dá para viver folgado. Mas com os mercados livres dos pequenos agricultores que podem vender os seus produtos - arroz, feijão, mandioca, verduras e frutas - a preços que variam segundo a lei da oferta e da procura num teto máximo estabelecido pelo governo, os cubanos têm eventualmente a possibilidade de adquirir os produtos que lhes faltam.

Graças ao turismo, mais de 40% recebem de maneira direta ou indireta dinheiro em dólares. É o caso dos garçons nos hotéis e nos bares, dos motoristas de táxi, dos inúmeros artesãos que apareceram nos últimos anos, dos donos de restaurantes privados, os "paladares" com 12 cadeiras no máximo, e das famílias autorizadas a alugar quartos para os estrangeiros, menos em Varadero. Todos eles, que têm de pagar um imposto ao Estado, po-



dem trocar os seus dólares nas casas de câmbio (Cadecas) ao câmbio de um dólar por 20 pesos, quando o câmbio oficial é de um por um. Há poucos anos o câmbio negro era de um por 120.

Na principal discoteca de Cienfuegos, perguntei ao gerente se os cubanos também podiam entrar pagando em dólares. "Sim", respondeu. "E como fazem?" O homem deu uma gargalhada e respondeu: "Não sei, mas como muitos cubanos ganham dólares com o turismo ou podem receber dinheiro dos seus familiares nos Estados Unidos, eles vêm." Na realidade, os cubanos preferem gastar os seus dólares nas lojas Caracol, onde se compra de tudo, ou freqüentar pagando em pesos as alegres Casas de tal Trova abertas em todas as cidades da ilha. Lá se dança, se

Na foto, um gigantesco mural de Chê Guevara no centro de Havana: apesar dos problemas do dia a dia, Cuba mantém duas conquistas fundamentais da Revolução, educação e saúde grátis para todos

mo à beira das estradas dezenas de pessoas ficam aguardando um carro, um caminhão, uma carroça, para poder ir ao local de trabalho ou voltar para casa. Nos cruzamentos principais, funcionários públicos - os *amarillos* por causa da farda amarela - mandam parar os carros oficiais organizando o transporte das pessoas para tal ou qual destino. Todos os cubanos que encontrei comentaram: "É um inferno, perdemos horas esperando por condução." O sacrifício é grande porque os ônibus climatizados dos turistas passam sem poder levar ninguém.

Mas, apesar dos problemas do dia a dia, Cuba mantém duas conquistas fundamentais da Revolução: educação e saúde grátis para todos. Em toda a ilha as crianças da escola primária são vestidas de vermelho, as da escola secundária de amarelo. O ensino é gratuito mas obrigatório para todos até mais ou menos 15 anos de idade. Hoje, graças à Revolução a porcentagem de analfabetos é praticamente nulo e, segundo a Unesco, o nível cultural é o mais alto da América Latina. As empresas privadas do Canadá e da União Européia afirmam que não têm a menor dificuldade em recrutar técnicos e engenheiros competentes.

Infelizmente, mais uma vez por causa do embargo norte-americano, faltam nas escolas lapiseiras e cadernos, dificultando a vida das crianças e professores. Mesmo assim, o ensino em Cuba equipara-se ao nível dos países desenvolvidos.

Também no campo da saúde, a Revolução é um exemplo para o resto da América Latina, sendo comparável o seu nível ao das nações industrializadas da União Européia. Atualmente há um médico para 195 habitantes, o que merece ser sublinhado, já que no início da Revolução a metade dos seis mil médicos cubanos emigrou para o exterior, principal-

mente os Estados Unidos. O sistema de saúde está organizado de tal maneira que em todas as cidades e povoados, mesmo os mais isolados dos centros urbanos, a população tem a sua disposição os "médicos de la familia", que atendem gratuitamente a todos.

Vi no campo pequenas casas de dois andares: o médico vive no primeiro e no térreo ele tem o seu consultório, onde atende os pacientes com a ajuda de uma enfermeira. Apenas alguns remédios como a aspirina têm de ser pagos. Quando um doente necessita ser hospitalizado, é levado de ambulância para a clínica mais próxima. Não paga nada. "E se não for um bom médico?" perguntei. É transferido para receber uma formação mais completa.

Em 1998, Cuba mandou 1.387 médicos ao exterior para prestar ajuda. Algum país da América Latina fez melhor? Duvido. Em novembro, o governo inaugurou perto de Havana uma Escola Superior de Medicina reservada a centenas de estudantes bolsistas da América Latina que não têm recursos para se formar nos seus próprios países. Cuba não entrega os pontos.

Que acontecerá depois de Fidel? É a grande pergunta. "Nada será como antes", afirmam os cubanos. Certamente serão organizadas eleições, como prevê a Constituição, para escolher o novo chefe de Estado.

Mas hoje pouco resta dos anos heróicos quando soprava o vento da Revolução em toda a ilha. País em fase de recuperação econômica, Cuba iniciará sem trauma o século 21 - apesar de alguns opositores fanáticos em Miami - provando ao resto da América Latina que um país pequeno pode defender com dignidade a sua soberania frente a uma superpotência nuclear. O importante agora é abrir o regime às liberdades políticas. ■

"Edouard Bailby acabou de passar três semanas em Cuba percorrendo a ilha. Esta é a sua reportagem exclusiva para cadernos do terceiro mundo

Os transportes

Talvez o maior problema no momento seja o transporte. Com a prioridade dada ao turismo para reconstruir a economia do país, os ônibus urbanos e interurbanos são pouquíssimos por falta de gasolina, ficando sempre superlotados. Um horror! Tanto nas cidades co-

Chissano reeleito

Observadores internacionais confirmam a transparência do pleito, cujos resultados, no entanto, são contestados pela Renamo

Moçambique, a ex-colônia portuguesa que conquistou a sua independência em 1975, realizou em 3, 4 e 5 de dezembro as segundas eleições presidenciais e legislativas. O presidente Joaquim Chissano, da Frente de Libertação de Moçambique

(Frelimo) - movimento que liderou a guerra pela independência - saiu vencedor, com 52,29% dos votos.

Afonso Dhlakama, da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), recebeu 47,71% dos votos. Além do presidente, foram renovados os 250 assentos

da Câmara dos Deputados. Mesmo que a Renamo obtivesse a maioria no Legislativo, o que não aconteceu, Chissano não seria obrigado a formar o governo a partir da maior bancada, o que não aconteceu nem mesmo em 1994, quando a Frelimo recebeu 48,54% dos votos e a Renamo-União Eleitoral, 38,81%.

Neste pleito, nenhum dos pequenos partidos conseguiu atingir 5% de votos, quantidade necessária para ganharem assentos na Assembléia da República (AR), o Parlamento moçambicano. Desta forma, o novo Congresso será constituído apenas por deputados da Frelimo e da Renamo. A campanha e a eleição estiveram sob a vigilância de observadores internacionais da União Européia, da Commonwealth (Comunidade Britânica) e da Fundação Carter (instituição ligada ao ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter).

A Renamo, que após abandonar as armas é hoje um dos partidos da oposição legal, se recusou a reconhecer a sua derrota, argumentando que houve fraudes e falta de transparência durante a contagem dos votos. "O roubo de votos pela Frelimo foi vergonhoso", denunciou Dhlakama, ameaçando como o fez após as eleições de 1994, as primeiras depois da independência de Portugal, desconhecer os resultados da consulta.

Mas observadores independentes não dão importância a essas denúncias. Aham que são só ameaças de quem manteve por 16 anos a guerra civil no país, que deixou um saldo de 1 milhão de mortos e 1,5 milhão de refugiados.

Uma das observadoras internacionais, a especialista portuguesa em Consultoria Eleitoral, Ana Barradas, considerou que a eleição não podia ter sido mais transparente. E confirmou a justeza do resultado divulgado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Ana Barradas refutou a acusação da Renamo de que os observadores internacionais teriam estado em Moçambique de "férias" e para desfrutar a beleza das praias moçambicanas. "Se os observadores não reagiram a esse comentário é porque compreendem que deve ser entendido no



O presidente Joaquim Chissano, da Frente de Libertação de Moçambique, movimento que liderou a guerra pela independência, venceu as eleições, com 52,29% dos votos



A campanha eleitoral, acompanhada por observadores internacionais, foi intensa e chegou até os mais longínquos cantos do país, contando com elevada participação popular

contexto em que ele foi pronunciado, em que o Partido Renamo, de uma forma irrefletida, procura atirar para cima de outros parte da responsabilidade de não ter ganho as eleições".

Apoiada pelos Estados Unidos e pelo então regime racista sul-africano, a Renamo iniciou a guerra de guerrilha contra a Frelimo nas regiões centro e norte de Moçambique, onde hoje recebe a maioria de seus votos.

Os Estados Unidos felicitaram Moçambique pela correta realização das eleições, afirmando que o fato era um passo positivo na consolidação da democracia no país. Mas o porta-voz do Departamento de Estado, James Foley, apelou "às autoridades competentes em Moçambique para investigarem rapidamente e de maneira transparente e imparcial as alegações de fraude".

E conclamou todas as partes para resolverem as suas divergências de forma pacífica, sublinhando que se trata das segundas eleições livres neste país desde o fim da guerra em 1994. "Esperamos que todos os moçambicanos trabalhem juntos para desenvolver a democracia de uma forma pacífica e produtiva", indicou Foley, assegurando que os EUA estão prontos a dar a sua assistência neste domínio.

Manuel Tomé, secretário-geral da Frelimo, não deu maior importância às

denúncias da Renamo. "É um blefe político sem significado; sempre somos vítimas deste comportamento da Renamo", afirmou ele. No entanto, o Supremo Tribunal Moçambicano (TS) começou a trabalhar na impugnação da Renamo-União Eleitoral no que diz respeito aos resultados finais do pleito.

Em entrevista à Rádio Moçambique, o secretário-geral do TS, José Maria de Souza, confirmou a recepção do documento da Renamo e disse que a instituição, na sua qualidade de Conselho Constitucional, está trabalhando na matéria para a tomada de uma decisão.

Enquanto isso, Joaquim Chissano recebeu as felicitações da comunidade internacional por sua reeleição. Conhecido pelo apelido de Dambuza, Chissano nasceu na província de Gaza, a 22 de outubro de 1939, filho de um funcionário público e de uma camponesa cooperativa. É casado e pai de quatro filhos.

Em 1962 ingressou na Frelimo, tendo sido eleito membro de seu comitê central em 1963, quando foi nomeado secretário do primeiro presidente da Frelimo, Dr Eduardo Mondlane.

De 1973 a 1974 lecionou em escolas da organização as disciplinas de História da Frelimo e o Nacionalismo em Moçambique. É presidente em exercício da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SDAC). ■

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a revista **Cadernos** ligue para:

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

ou pela Internet:

etm@etm.com.br

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

O preço da Assinatura é **R\$ 72,00**, mas estamos com uma promoção **POR TEMPO LIMITADO** de **R\$ 60,00 (à vista)**.



Pode enviar cheque nominal à **Editora Terceiro Milênio**, ou solicitar envio de boleto bancário.

Para se corresponder com a redação ou enviar cartas:

**Redação da Cadernos
Editora Terceiro Milênio**

Rua da Glória, 122 / 105-106
Glória - CEP 20241-180
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Contacte para Pesquisas o nosso **Centro de Documentação** ou os Editores.

Para anunciar:

Departamento Comercial
Ligue (0 XX 21) 221-75 11

Para comprar números atrasados:

Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescidos de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br

Pressão econômica e isolamento estratégico

Posições de Putin
revelam as
preocupações
do Kremlin com
a crise nacional

Neiva Moreira

A decisão de o presidente Boris Yeltsin deixar o poder não só surpreendeu a Rússia e o mundo mas desencadeou preocupações diplomáticas não apenas nos países europeus mas, sobretudo, nos Estados Unidos.

É evidente que a renúncia acentua algumas preocupações bastante conhecidas. Uma delas é a necessidade que tem Yeltsin de uma imunidade legal que bloqueie as investigações sobre seu governo, que transformou as privatizações numa imensa área de corrupção e cujas denúncias já chegaram muito próximas do seu círculo mais íntimo e até de sua família.

O novo presidente, Wladimir Putin, ao assumir, baixou um ato impedindo qualquer investigação ou sentença que envolva Yeltsin e sua gente. Parece que estava tão apressado que anunciou, antes mesmo de receber a maleta nu-



clear com os segredos dos códigos que controlam o disparo dos mísseis atômicos, a anistia ao presidente renunciante. Mesmo na Rússia, a reação ao ato da anistia, que poderia parecer uma condição da renúncia, tem sido grande. O partido do ex-primeiro ministro Ievgne-

ni Primakov, Patria - Toda a Rússia, presidido pelo reeleito prefeito de Moscou, Iúri Lujkov que, nas últimas eleições parlamentares ficou em terceiro lugar, depois do Partido Comunista e do novo grupo de Putin, Unidade, quer que as investigações sobre a corrupção continu-

O novo presidente Wladimir Putin passou o primeiro dia do ano em companhia das tropas russas na frente de guerra da Chechênia. A mão dura com que tem tratado o separatismo dos islâmicos chechenos é um dos trunfos do novo homem forte da Rússia



em. Acusa a filha de Yeltsin, Tatyana Dyachenko, de ter sido beneficiada por um depósito milionário (um milhão de dólares) feito por uma empresa suíça em um banco da Hungria. Seu nome é frequentemente envolvido na proteção a pessoas que conseguiram rápido e inexplicável enriquecimento e que a mídia internacional chama de "máfia russa".

O novo presidente, em um dos seus primeiros atos administrativos, substituiu a cúpula da direção do Kremlin, o porta-voz do governo, Dmitri Yakushkin, e a filha de Yeltsin, Tatyana. Segundo revelação feita pelo ex-presidente Gorbachov, ela teria sido decisiva na renúncia do pai sobre quem exercia grande influência. Em troca, comenta-se em Moscou, conseguiu a segurança da imunidade.

Esse é um dos detonantes da crise mas não a sua causa decisiva, que se situa bem mais na exigência nacional de que se assegure a defesa estratégica do país, se restaure a confiança no seu presente e futuro e se detenha a crise ética, econômica e social que se instalou depois da dissolução da União Soviética.

Um Estado forte

Em recente discurso, Putin destacou dois pontos do seu programa, a luta contra a corrupção e o fortalecimento do Estado. "Precisamos de um Estado forte porque é com ele que estamos acostumados. O modo de vida coletivo sempre predominou na Rússia em relação ao individualismo", declarou nas comemorações do ano-novo na Praça Vermelha, certamente querendo dizer a que veio.

Mas o presidente tem surpreendido os observadores e também os governos capitalistas, não apenas com essa defesa do Estado, que para Clinton e outros governantes da Aliança Atlântica pode parecer uma tendência autoritária e anti-neoliberal. Putin deixou claro que o ataque à Chechênia é muito mais do que uma simples operação antiterrorista. Visa, fundamentalmente, preservar a Rús-

Petróleo e a guerra na Chechênia

A linha de Baku a Novorossiisk é vital para a segurança russa, dependente das exportações de petróleo do Azerbaijão. Mas o oleoduto cruza 153 quilômetros de território checheno, o que o deixa fora da soberania russa.

A princípio, a Rússia tentou negociar com os dirigentes rebeldes da Chechênia. Após árduas negociações, funcionários russos e chechenos chegaram a um acordo para permitir a passagem do petróleo do Azerbaijão pela república separatista. Segundo o acordo, a Rússia pagaria uma taxa de 43 centavos de dólar por tonelada de petróleo, ao invés dos 2,20 dólares que exigia inicialmente a Chechênia.

Moscou também aceitou encarregar-se da manutenção e da segurança do oleoduto, mas o fluxo de petróleo cessou quando grupos armados começaram a desviar grandes quantidades de óleo cru.

Os russos ainda tentaram construir um oleoduto alternativo no Daguestão, a fim de evitar passar pela Chechênia. Mas esta opção foi abandonada devido a incursões de guerrilheiros chechenos em território daguestanês.

Foi então que começou a segunda guerra chechena. Mesmo assim, se presume que a ameaça

terrorista retardará a construção de um trecho de 1.600 km a partir do campo petrolífero de Tengiz, conhecido como o Consórcio do Oleoduto do Cáspio, entre o Cazaquistão e Novorossiisk. Criado em 1992 pelos governos do Caza-

setor privado nas antigas repúblicas soviéticas. A conclusão do projeto, de um valor de 2,5 bilhões de dólares, está prevista para junho de 2001.

Se prevê que o trecho de 750 km do oleoduto que corresponde à Rússia esta-

de toneladas de petróleo por ano e um máximo de 67 milhões, será uma resposta russa ao projeto de oleoduto Baku-Ceyhan assinado entre a Turquia e o Azerbaijão durante a cúpula da Organização para a Segurança e a Cooperação da Europa (OSCE), realizada em Istambul, em



quistão, Omã e Rússia, o Consórcio é a esperança russa para que Moscou se converta no principal agente de petróleo do Cáspio.

Em dezembro de 1996, a metade das ações do consórcio foram vendidas a companhias petrolíferas internacionais, o que tornou a iniciativa no maior projeto de infra-estrutura petrolífera financiado pelo

rá terminado em dezembro de 2000. O consórcio quer bombear meio milhão de barris por dia antes de outubro de 2001. Os acionistas investiram 700 milhões de dólares, só no ano passado, e planejam aumentar a cifra para 1,3 bilhões de dólares este ano.

O oleoduto do Consórcio, que terá capacidade inicial de 28,2 milhões

novembro de 1999.

Este acordo, que conta com o forte apoio dos Estados Unidos, deixaria a Rússia quase fora do negócio do transporte de petróleo do Azerbaijão.

E, do ponto de vista geoestratégico, compromete a segurança russa. Daí a importância da Chechênia, corredor pelo qual escoar o petróleo do Cáucaso.

sia da crise nacional que a envolve e destrói as bases de sua unidade. Foi passar o ano-novo junto aos soldados que estão cercando Grozny, capital da Chechênia,

A guerra na Chechênia repete a estratégia norte-americana no ataque à Iugoslávia. O peso das operações militares recai sobre os bombardeios aéreos e também, no uso maciço de artilharia. Até agora o emprego de infantaria tem sido quase limitado a operações realizadas por comandos russos e partidários chechenos da causa russa



“A Chechênia é o corredor pelo qual escoia o petróleo do Cáucaso. Daí a sua importância para os interesses estratégicos da Rússia”

e aí falou: “A operação que está sendo realizada aqui objetiva não apenas restaurar a dignidade e a honra da Rússia, mas colocar um fim à desagregação da Federação Russa.”

Comentaristas internacionais acham que a súbita popularidade de Putin resulta, fundamentalmente, da maneira como encara o problema nacional ao qual se liga o separatismo islâmico na Chechênia. O êxito da ofensiva na Chechênia resgata as Forças Armadas russas de duas derrotas inaceitáveis, atribuídas mais à desordem dos governos em Moscou do que aos militares: Afeganistão e o malogrado ataque a Grozny em 1994. Mas não é só isso. O que predomina, no fundo, é a resistência ao que Putin chamou de “a desagregação da Federação Russa”.

Em meios oficiais russos considera-se que esse é o problema fundamental e admitem que detrás do seccionismo checheno há mais elementos de poder do que os guerrilheiros islâmicos e sua valente resistência. O problema chama-se Cáucaso e, mais precisamente, petróleo.

Os novos fatos

Há fatos novos na questão do petróleo do Cáucaso que incidem sobre a grave crise da região. Um deles é a política de envolvimento pela diplomacia norte-americana de países de grande influência como o Azerbaijão e a Geórgia, debilitando a histórica presença russa nesses antigos membros da União Soviética.

Dirigentes russos consideram que essa pressão se relaciona diretamente com a fragmentação da Federação e o seu isolamento político e militar, estimulado por Washington e já tornados claros no ataque à Iugoslávia, um tradicional aliado desse país, com um sistema de portos no Adriático de grande importância para a sua esquadra.

Outro fato que teria levantado o sinal amarelo no Kremlin foi a iniciativa apoiada pelos norte-americanos de cons-



A filha de Yeltsin, Tatyana Dyachenko, perdeu o influente emprego no Kremlin

trução de um oleoduto (ver quadro) que levaria o petróleo do Cáucaso aos portos turcos. A atual linha de exportação passa pela Chechênia e o Daguestão, países que integram a Rússia. Com a resistência da guerrilha islâmica, essas linhas estratégicas ficaram expostas aos ataques armados. Isso pode explicar a decisão russa de resistir militarmente e a posição radical de Putin de ampliar ao máximo a atual ofensiva militar.

Yeltsin havia perdido totalmente a credibilidade do povo e o respeito dos comandos militares. A escolha de Putin como seu sucessor não foi assim casual. Yeltsin garantiu sua imunidade mas entregou o poder a um quadro imbuído do nacionalismo russo e conhecedor dos mistérios da diplomacia. Ex-chefe do serviço secreto, com longa presença na Europa, principalmente na Alemanha, Putin conhecia os propósitos da Aliança Atlântica e, também, as realidades econômicas e militares do seu país. ■

Rumo à integração regional

Dirigentes da região asseguram que o ano 2000 será um marco no processo de construção de um mercado comum caribenho

O mercado único e a Corte de Justiça comum são pontos-chaves no processo de integração regional do Caribe que deverão ser postos em prática ainda este ano. Essa foi a decisão da última reunião de cúpula do Mercado Comum do Caribe (Caricom), realizada no fim do ano passado, em Trinidad e Tobago.

O mercado comum caribenho vai ter seu primeiro impulso neste início de ano, quando será realizada uma consulta popular em Barbados. De acordo com a avaliação feita pelos chefes de governo, há uma série de áreas que necessitam de uma rápida definição para que o projeto do mercado comum seja iniciado. Entre elas a integração de instituições regionais, a mobilidade da força de trabalho e o futuro de instituições financeiras locais. Como parte deste processo, os líderes do Caricom concordaram com o estabelecimento de um passaporte comum em 2001, que seria um símbolo definitivo da integração regional.

Quanto à Corte de Justiça Caribenha, um mecanismo indispensável para o funcionamento de um mercado comum e de uma economia unificada, Trinidad e Tobago se ofereceu como uma sede apropriada para a instituição, que passaria a atuar a partir de outubro deste ano. A instauração da Corte poderá pôr fim a um dos últimos vestígios do colonialismo na região, já que substituiria as funções do Privy Council britânico, que faz o papel de tribunal de apelação nas ex-colônias inglesas.

Discutir a Alca

Outro aspecto delicado é o futuro das relações exteriores do bloco. O Caricom quer rediscutir acordos como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo o Mercado Comum do Caribe, a Área de Livre Comércio das Américas não demonstra preocupações com a situação das economias pequenas, como as do Caribe. Os líderes aprovaram o envio de delegados a uma reunião ministerial em Toronto para insistir num tratamento especial para os pequenos países dentro do bloco americano.

Quanto à OMC, o que mais preocupa é o futuro da banana, produto de exportação que é a espinha dorsal de muitas das economias locais. Os Estados caribenhos apoiaram uma proposta do primeiro-ministro de Dominica que pediu uma reunião urgente com o presidente dos Estados Unidos, e querem obter apoio da OMC para privar a banana de alguns benefícios que vêm sendo dados por vários países europeus.

Por outro lado, os dirigentes da região vêm com apreensão a instabilidade política existente em alguns países, já que a região depende, em grande parte, de uma atmosfera estável que respalde o turismo, uma das principais fontes de receita. É o caso da Guiana, que, desde a disputa presidencial de 1997,



O que mais preocupa os dirigentes caribenhos é o futuro da banana, produto de exportação que é a espinha dorsal das economias locais

vive incontáveis crises políticas. O Caricom exortou o presidente Bharrat Jagdeo e o líder da oposição, Desmond Hoyte, a dialogarem e a superar as tensões o mais rápido possível.

Outra preocupação da organização é com o Haiti, membro mais recente do Mercado Comum do Caribe e envolvido num conflito político que impediu a realização de eleições parlamentares e provocou o fechamento do Congresso já que a maioria dos deputados teve seu tempo de mandato concluído.

A organização decidiu enviar uma delegação para acompanhar os preparativos para supervisionar a campanha eleitoral que deve começar em março deste ano. ■

Esteja afinado com o seu tempo

Neste fim de século, a informação é o maior capital que um profissional pode ter. Assine as nossas publicações e receba a melhor informação editada por uma equipe de reconhecida idoneidade.



DESEJO ASSINAR (assinale com um X)

☐ CADERNOS ☐ MERCOSUL ☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

- ☐ À vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado)
☐ 2 parcelas de R\$ 36,00

Pagarei da seguinte forma:

- ☐ Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)
☐ Cartão de Crédito: Nº
Val.:/...../.....

Meu nome:

Empresa: Setor:

Endereço:

Bairro: Cidade: CEP:

Estado: Tel.: (.....) Fax: (.....)

CIC: Profissão:

Data de nascimento:/...../..... Data do envio do cupom:/...../.....

Interesse por leitura na(s) área(s) de:

Assinatura

Preencha o cupom e mande pelo correio à Editora Terceiro Milênio.

Se preferir envie por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

etm@etm.com.br

http://www.etm.com.br



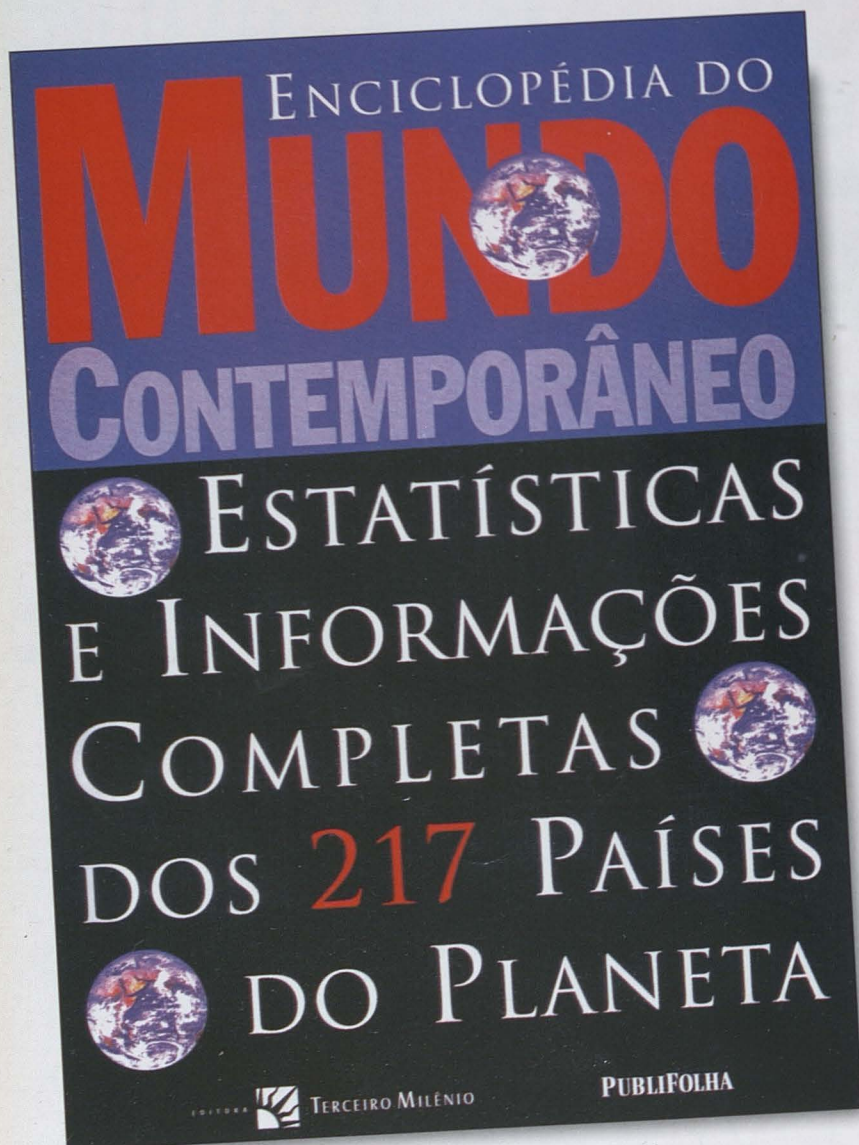
Rua da Glória, 122 - Salas 105/106 - Glória

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20241-180

Tel: (0XX21) 221-7511

Peça já o seu exemplar

A *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* é resultado de um amplo trabalho de pesquisa coordenado pelo Instituto do Terceiro Mundo, do Uruguai, e realizado mediante a cooperação de uma rede internacional de pesquisadores, editores e entidades civis. É publicada em espanhol e inglês desde 1979. A presente edição em português é uma parceria da Editora Terceiro Milênio e a PubliFolha.



*“Um instrumento de trabalho
imprescindível para quem
se interessa pelos temas
da atualidade”*

Le Monde Diplomatique, Paris

Preço: R\$ 49,00

Pagamento somente com cartão de crédito

Tel: (0XX21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

<http://www.etm.com.br>

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA